

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**Cooperativismo e cooperativas de trabalho: O caso dos “Grupos de  
Trabalhadores em Confecções de Lima Campos” Maranhão**

*Cynthia Regina Nunes Reis*

RECIFE- PE

AGOSTO/2003

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**  
**MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**Cooperativismo e cooperativas de trabalho: O caso dos “Grupos de  
Trabalhadores em Confecções de Lima Campos” Maranhão**

*Cinthia Regina Nunes Reis*

Dissertação apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em  
Sociologia para a obtenção do grau  
de mestre, sob a orientação da Prof<sup>a</sup>  
Dr.<sup>a</sup> Josefa Salete Barbosa  
Cavalcanti.

RECIFE- PE

AGOSTO/2003

**Reis, Cinthia Regina Nunes**

**Cooperativismo e cooperativas de trabalho : o caso dos “Grupos de trabalhadores em confecções de Lima Campos” Maranhão / Cinthia Regina Nunes Reis. – Recife : O Autor, 2003.**

**115 folhas : il., tab., quadro.**

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2003.**

**Inclui bibliografia e anexos.**

**1. Cooperativismo – Setor de confecções – Maranhão. 2. Cooperativas de trabalho – Reestruturação produtiva. 3. Indústria de vestuário – Lima Campos - Maranhão – Reestruturação produtiva. I. Título.**

**316.334.23  
334.6**

**CDU (2.ed.)  
CDD (21.ed.)**

**UFPE  
BC2004-109**

**BANCA EXAMINADORA**

**Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti**  
**Presidente/orientadora**

**Prf<sup>o</sup>. Dr. Jacob Carlos Lima**  
**Titular Externo – UFPB**

**Prfa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires**  
**Titular Interna - PPGS**

Ao meu pai, Ernesto Reis (em memória), essa vitória é para você, meu amigo eterno.

## AGRADECIMENTOS

---

São muitas as pessoas as quais devo agradecer, pois nenhuma atividade científica pode ser feita isoladamente. Ao longo do caminho, tive apoio e orientação de várias pessoas que depositaram confiança em mim, portanto gostaria de agradecer a todos, mas em particular:

A Deus por tudo.

À minha mãe, Graça, pelo amor e compreensão que sempre me dedicou.

Ao meu esposo, Marcelo, pelo seu companheirismo, carinho e apoio que foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

À minha prima, Eliane, e sua família, Ivanúcio, Amanda e Raiana, pela acolhida mais que familiar nas minhas estadas em Recife.

À todos os profissionais dos Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos, que sempre se colocaram à disposição para conceder informações, viabilizando o próprio trabalho.

À família do Sr. Wilson, que me acolheu em sua residência durante o período da pesquisa de campo, facilitando sobremaneira sua realização.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, que foi incansável na orientação, discussão e correção do presente trabalho, mas sobretudo, por seu apoio e carinho nas horas mais difíceis desta caminhada e da minha vida.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, pelo enriquecimento da minha formação.

Ao Programa Pós-Graduação em Antropologia e Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialmente, ao Prof. Dr. José Ricardo Ramalho, que sempre se disponibilizou a discutir o presente trabalho, contribuindo imensuravelmente para a realização do mesmo.

À Profª Drª. Helena Hirata, que gentilmente permitiu-me participar de seus seminários no Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines (IRESCO) durante o segundo semestre de 2002, fato que me possibilitou conhecer outras bibliografias enriquecendo o trabalho ora apresentado e principalmente a minha formação.

Aos meus colegas da turma de mestrado 2001, que juntos sorrimos e choramos as alegrias e angústias dessa longa caminhada.

## Lista de siglas

ACI - Aliança Cooperativa Internacional  
ASA - Ação Social Arquidiocesana  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
CE – Comunidade Européia  
CLT - Consolidação das Leis Trabalhistas  
COLEIBA - Cooperativa Leiteira de Bacabal  
COOPAES – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de São Luís Gonzaga  
COOLEITE - Cooperativa de Gado Leiteiro da Ilha de São Luis  
COPELMIRIM - Cooperativa de Leite de Pedreiras  
COPPALJ – Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco  
DRT – Delegacia Regional do Trabalho  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e  
Valorização do Magistério  
GT – Grupo de Trabalho  
INSS – Instituto nacional de Seguridade Social  
IRESCO- Institut de Recherche sur les Sociétés Contemporaines  
LER – Lesão por Esforço Repetitivo  
MCC – Mondragon Corporacion Cooperativa  
MIRA - Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana  
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra  
OIT – Organização Internacional do Trabalho  
OCB – Organização das Cooperativas Brasileira  
OCDE – Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
OCEMA – Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
PET – Programa Especial de Treinamento  
PT – Partido dos Trabalhadores  
RAIS – Relação anual das informações sociais  
SCA – Sistema Cooperativista dos Assentados

## Lista de ilustrações

### Tabelas :

Tabela 1 : Número de empregos existentes em 31/12, nos anos de 1998, 1999 e 2000, nos estabelecimentos do setor têxtil no Nordeste, segundo gênero.....	57
Tabela 2 : Distribuição populacional, segundo situação do domicílio em 1970, 1996 e 2000 em Lima Campos.....	62
Tabela 3 : População economicamente ativa, segundo situação da atividade nos censos de 1970 e 2000 em Lima Campos.....	64
Tabela 4 : Estrutura fundiária de Lima Campos em 1970 e 1996, por hectares e números de estabelecimentos.....	65
Tabela 5 : População residente em Lima Campos no censo de 2000, por grupos de idade.....	67
Tabela 6 : Número de empregos existentes em 31/12 de 1998, 1999 e 2000 no setor têxtil no Nordeste, segundo o tamanho dos estabelecimentos e o gênero.....	87
Tabela 7 : Faixa de remuneração em salários mínimos nos estabelecimentos com vínculo empregatício até 31/12, nos anos de 1998, 1999 e 2000, no setor têxtil nordestino.....	89
Tabela 8 : pessoas entrevistadas por cargo ocupado, sexo, local da entrevista e data.....	110
Tabela 9 : Descrição da linha de montagem.....	113
Tabela 10 : Cargos e pontuação para orientar o rateio.....	115

### Quadro :

Quadro 1 : Características da cooperativa de trabalho instalada em Lima Campos.....	97
-------------------------------------------------------------------------------------	----

### Box :

Box 1 : A experiência do Mondragón.....	35
-----------------------------------------	----



## **Resumo**

A criação de cooperativas passou a ser um fenômeno em expansão nas cidades do interior nordestino, conseqüência da reestruturação produtiva do setor têxtil, que para enfrentar a concorrência dos produtos externos adotou, dentre outras medidas, o deslocamento de plantas fabris e a terceirização. O problema é que estas cooperativas após a modificação no artigo 442 da CLT, puderam ser criadas para atender a demandas de empresas específicas, contribuindo com a precarização das relações de trabalho, na medida em que possibilitam a seus contratantes a utilização de força de trabalho sem o ônus de sua gestão direta e dos custos presentes no contrato de trabalho, rompendo com os princípios e valores estabelecidos pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em particular com a busca da emancipação do trabalhador frente ao capital.

Nesta dissertação procuramos problematizar a relevância das cooperativas de trabalho na emancipação do trabalhador e buscamos com base num estudo de caso da indústria de vestuário, os Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos, compreender as condições necessárias para a sua atuação no contexto social atual, focalizando as relações entre as cooperativas e as mulheres, principais trabalhadoras.

## Abstract

The creation of cooperatives started to be a phenomenon in expansion in the cities of the Brazilian northeastern interior, consequence of the productive reorganization of the textile sector, which adopted amongst other measures, the displacement of textile plants and the, *terceirização*, third party negotiated contract for purposes of receiving services in order to fight the competition of the external products. The problem is that these cooperatives after the modification in article 442 of the CLT, were created to take care of the demands of specific companies, contributing with the precariousness of the labor relations, since they allow the contractors to use labor force without the responsibility of direct management and the present costs in the contracts, breaking the principles and values established for *Aliança Cooperativa Internacional (ACI)*, in particular with its quest for the emancipation of the worker while facing the capital.

In this dissertation we intend to identify and analyse the relevant problems of the workers cooperatives when it comes to the emancipation of the worker by using the clothing industry *Groups of Workers in Confecções de Lima Campos* as case study, so to understand the necessary conditions for its performance in the current social context, focusing on the relations between the cooperatives and the women, who are the majority of workers.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo 1 :</b>	
O desafio da descoberta : a construção do objeto.....	06
1.1 Os objetivos.....	09
1.2 A metodologia.....	10
1.2.1 O marco analítico : Globalização, reestruturação produtiva, terceirização, trabalho e solidariedade.....	13
1.2.2 Os conceitos básicos.....	14
1.2.2.1 Cooperativismo.....	14
1.2.2.2 Cooperativa.....	14
1.2.2.3 Cooperativa de trabalho.....	15
1.2.3 O objeto empírico.....	15
1.2.4 A pesquisa de campo.....	20
<b>Capítulo 2 :</b>	
O cooperativismo e sua história : de ontem e de hoje.....	23
2.1 Os precursores.....	23
2.2 O surgimento do cooperativismo no Brasil.....	31
2.3 O cooperativismo hoje.....	34
2.3.1 A experiência de Mondragón.....	35
2.4 O surgimento do cooperativismo no Maranhão.....	39
<b>Capítulo 3 :</b>	
O cooperativismo e o caso das cooperativas de trabalho no debate atual.....	41
3.1 A globalização e suas conseqüências, especialmente sobre o mundo do trabalho.....	42
3.2 O cooperativismo e seu caráter de projeto.....	49
3.3 O cooperativismo e seu caráter de prática.....	52
3.4 As cooperativas de trabalho no setor de vestuário. Uma dimensão de gênero.....	54

## **Capítulo 4:**

A cooperativa de trabalho e o desenvolvimento local: o caso dos Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos.....	61
4.1 O Município e a cooperativa.....	62
4.2 A cooperativa e a participação de seus sócios.....	68
4.2.1 A greve e suas conseqüências .....	69
4.2.2 A relação da empresa-âncora com a cooperativa.....	71
4.2.2.1 A organização produtiva.....	76
4.3 A cooperativa de trabalho e o artigo 442 da CLT.....	81

## **Capítulo 5:**

Entre a exclusão e a precarização. A participação das mulheres nas cooperativas de trabalho: à guisa de conclusão.....	86
5.1 O processo de reestruturação produtiva e questão de gênero.....	86
5.1.1 As trabalhadoras da indústria têxtil nordestina.....	87
5.2 As mulheres na cooperativa de Lima Campos.....	91
5.2.1 Características demográficas e trajetória das sócias/trabalhadoras.....	93

<b>Conclusão</b> .....	99
------------------------	----

<b>Bibliografia</b> .....	103
---------------------------	-----

<b>Anexos</b> .....	110
---------------------	-----

O presente trabalho tem por objetivo discutir a relevância da cooperativa de trabalho para a emancipação do trabalhador no atual contexto social do Nordeste brasileiro, tendo como referência empírica a cooperativa denominada de “Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos”, instalada no município de Lima Campos-Maranhão.

A partir de 1990 o mercado brasileiro foi aberto às importações, afetando diretamente as indústrias nacionais que não estavam preparadas para enfrentar a concorrência (em termos de preço e qualidade) dos produtos estrangeiros, principalmente, os oriundos dos países asiáticos, instaurando uma crise no setor industrial. A crise afetou profundamente o setor industrial tradicional, a exemplo da indústria têxtil e vestuário<sup>1</sup> (confecção e calçado) como demonstra a matéria em jornal de circulação nacional,

*“Os anos 90 representam um marco na tradicional indústria têxtil brasileira. Do início da década para cá, milhares de empregos foram cortados e empresas que exibiam solidez, como as do Pólo de Americana (SP), fecharam suas portas” (Gazeta Mercantil, 1998: C-8).*

Para recuperar a capacidade competitiva de seus produtos, a indústria brasileira entrou num processo de reestruturação produtiva adotando várias medidas, destacando-se, no caso das indústrias de vestuário, o deslocamento das plantas fabris e a terceirização. O deslocamento das unidades produtivas das regiões Sul e Sudeste para áreas antes marginais, a exemplo do Nordeste, objetivava atingir o chamado “custo chinês”<sup>2</sup>. Essa realocização provocou uma nova configuração no mercado de trabalho brasileiro, na qual as cidades do interior nordestino passaram a ser atraentes para setores industriais que utilizam mão-de-

---

<sup>1</sup> Consideramos no presente trabalho que a indústria de vestuário congrega as fábricas de confecção, nosso caso particular de estudo, e as fábricas de calçados.

<sup>2</sup> O chamado “custo chinês”, é obtido com baixo valor da mão-de-obra nos setores que a utilizam intensamente.

obra intensiva e pouco qualificada, o que, dada a sua abundância na região, reduz o seu valor, possibilitando o pagamento de baixos salários. Além disso, os governos locais oferecem incentivos fiscais e logísticos, tais como: isenção de impostos e garantia da infraestrutura necessária. O intenso movimento de transferência de plantas fabris de vestuário para o Nordeste pode ser percebido pelos dados divulgados na imprensa nacional. Assim, entre 1990 e 1997 foi instalado na Bahia um pólo calçadista com 11 empresas gaúchas, totalizando investimentos na ordem de US\$ 20 milhões, ofertando em média 20 mil empregos (Gazeta Mercantil, 1997: C-3). No Ceará, de 1990 a 1995 foram instaladas 273 indústrias, com investimentos em torno de US\$ 3,2 bilhões, gerando 49.216 empregos diretos e 197.656 indiretos (Folha de São Paulo, 1995: 2-6).

A realocação de plantas fabris para o Nordeste esteve acompanhada de uma outra medida que permitia rebaixar os custos de produção ainda mais, a terceirização. Por via da terceirização empresas conseguiram potencializar a redução dos custos, subcontratando cooperativas de trabalho ou produção que passaram a operacionalizar parte do processo produtivo das empresas, livrando-as dos encargos sociais e trabalhistas que acompanham o empregado principalmente, nos casos da indústria de vestuário nas fases de montagem e acabamento das peças que utilizam intensivamente mão-de-obra e constituem um verdadeiro “gargalo de produção” (Lima, 1998: 217).

A criação de cooperativas de trabalho e produção passou a ser um fenômeno em expansão nas cidades nordestinas. Segundo a Folha de São Paulo (7/04/2002: B1), “*as cooperativas estão se alastrando pelas mais diversas atividades, especialmente as de trabalho*”. A expansão deve-se à modificação no artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) que, desde 1994 passou a vigorar, muito embora já houvesse a Lei 5.764/71 específica sobre cooperativas. A particularidade apresentada no artigo 442 é a

negação da existência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados e entre estes e os contratantes de seus serviços, é esse ponto que particulariza tais cooperativas tornando-as um “novo” fenômeno social.

A novidade das cooperativas de trabalho e produção instaladas recentemente (de 1990 pra cá) no Nordeste<sup>3</sup> está no paradoxo que a acompanha: elas estão sendo criadas, como vem acontecendo ao longo da sua história, em um momento de desemprego estrutural, justificando-se como uma alternativa de reinserir no mercado de trabalho os que dele foram expulsos<sup>4</sup> e de inserir pessoas que nunca estiveram dentro, mas estão fazendo isso precarizando o trabalhador em vez de promoverem a sua emancipação, como determinam os princípios e valores da Aliança Cooperativa Internacional (ACI).

A precarização das condições e relações de trabalho promovida pelas cooperativas de trabalho e produção tem sido objeto de questionamento vários, como veremos no decorrer deste trabalho, mas devemos destacar que essas cooperativas são experiências criadas de “cima pra baixo”, em um tipo de *associativismo induzido* (Lima, 2002: 56), freqüentemente, pelo Poder Público em parceria com a empresa que irá contratar os serviços que serão oferecidos, uma vez que o mote principal de sua criação é atender a demandas específicas da contratante. Assim sendo, na idealização do projeto de criação não há participação dos sócios/trabalhadores, gerando mal entendimento da parte destes com relação ao vínculo entre a cooperativa e a empresa contratante; os “beneficiados” são em sua maioria mulheres jovens e desqualificadas profissionalmente; a precarização se faz presente em todas as esferas da cooperativa, na medida em que nenhum direito é

---

<sup>3</sup> Estamos focalizando o problema no Nordeste por ser a região na qual ele mais se concentra, devido a certas particularidades da região, mas há experiências desse tipo espalhadas por todo país, a exemplo das cooperativas que trabalham para os exportadores de laranja em São Paulo.

<sup>4</sup> Muitas cooperativas, a exemplo da coopertêxtil em Minas Gerais, foram criadas a partir da decretação da falência da empresa original, passando o controle para seus ex-operários, evitando o desemprego.

assegurado, nem o fundo de reserva, obrigação legal da cooperativa, é sempre mantido, a rotina de trabalho também é um fator precarizador devido à fluidez dos dias e horários de trabalho, conseqüência da sazonalidade da produção.

Tais cooperativas não possuem, portanto, nem o caráter de projeto de mudança social nem o caráter de prática mercantil (Pires, 1999 a: 2), inerentes às empresas cooperativas submetidas à ACI.

É com base na articulação entre prática e projeto que procuraremos focalizar o nosso estudo de caso, os Grupos de Trabalhadores em Confeções de Lima Campos.

O Maranhão está inserido nesse contexto nordestino de atração de investimentos, como demonstram as matérias divulgadas nos jornais locais,

*“O Maranhão torna-se mais atrativo, entre os anos de 1995 e 2001, contabilizando a implantação de 79 projetos no valor global de R\$ 2,307 bilhões, com impacto na geração de quase 30 mil novos postos de trabalho diretos e indiretos, segundo dados da Subgerência de Indústria e Comércio. (...) São projetos em diversos seguimentos econômicos, (sic) nas cadeias de grão, têxtil, turismo, couro, beneficiamento de pescado, cerâmica, construção civil, telefonia, siderurgia, álcool, petróleo, bebidas, celulose, dentre outros” (O Estado do Maranhão, 20/02/2002: 9).*

*“O Maranhão é um dos Estados do Nordeste que apresenta importantes características para atrair projetos voltados para os mercados globais, especialmente, por apresentar localização estratégica facilitando o acesso aos mercados internacionais, capacidade portuária de receber navios de grande porte, boa infra-estrutura ferroviária e vantagens fiscais e tributárias” (O Imparcial, 01/09/1996: 10).*

A cooperativa de Lima Campos é fruto direto desse movimento de atração/deslocamento de investimentos industriais, uma vez que ela é a segunda etapa do processo de reestruturação produtiva de uma indústria de confecção paulista. Primeiramente, a referida indústria instalou seu chão de fábrica, posteriormente terceirizou parte da sua produção para a cooperativa (idealizada, criada e organizada por ela).

Acompanhamos o processo de instalação e o desenvolvimento da cooperativa, no qual observamos suas particularidades, despertando-nos o interesse em investigá-las. É com

base nesse exercício de investigação que construímos a presente dissertação que está dividida em cinco capítulos. No primeiro capítulo procuramos expor a construção da problemática e do nosso objeto empírico, localizando-a e delimitando conceitos, além de apresentar o nosso trabalho de campo e as principais estratégias teórico-metodológicas utilizadas.

No segundo capítulo buscamos reconstruir historicamente o surgimento do cooperativismo com o objetivo de percebermos as características do cooperativismo primitivo e suas mudanças ao longo do tempo, uma vez que o consideramos como um processo. Buscamos com isso compreender as diferenças (no tempo e no espaço) entre empresas cooperativas, uma vez que percebemos a existência de cooperativas que proporcionam aos seus associados autonomia frente ao capitalista, enquanto que outras servem para o oposto, precarizar ainda mais a situação do trabalhador e/ou para controlá-lo.

No terceiro capítulo procuramos situar os debates e teorizações atuais em torno do cooperativismo, destacando duas linhas de discussões que enfocam o seu caráter de prática mercantil e de projeto de mudança social. Além de localizarmos nessa discussão as cooperativas de trabalho estudadas aqui.

No quarto capítulo procuramos expor e analisar os dados obtidos na pesquisa, retratando as características da cooperativa de trabalho de Lima Campos, além de tentar discutir os fatores que propiciaram a sua constituição enquanto uma cooperativa precarizadora das relações e condições de trabalho.

No quinto e último capítulo, focalizamos a presença feminina nessas cooperativas, a partir do caso de Lima Campos e discutiremos a relevância da cooperativa para a inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho, ainda que em condições precárias.

### O desafio da descoberta: a construção do objeto

---

Este trabalho está direcionado para um tipo específico de cooperativa, as chamadas cooperativas de trabalho<sup>5</sup>, indagando sobre a sua capacidade de responder aos interesses de trabalhadores no atual contexto social.

Tal questão parece, à primeira vista, elementar e até mesmo já respondida, porém se olharmos com mais cuidado a diversidade de empresas que respondem como cooperativa de trabalho, percebemos que o problema não é tão simples, pois detectamos várias formas de práticas de gerenciamento que vão de encontro ao ideário cooperativista.

Essa diversidade de formas se tornou um “problema para nós”<sup>6</sup> na medida em que fomos observando que as cooperativas estudadas apresentavam características destoantes dos princípios do cooperativismo. Um grupo de cooperativas de trabalho instalado no Nordeste, na última década do século XX, não visa a autonomia do trabalhador frente ao capital, fugindo, assim, do mote principal do movimento cooperativista<sup>7</sup>.

A partir dessa observação passamos a questionar a validade do sentido clássico do termo cooperativa para esses empreendimentos. Assim, as cooperativas que não conjugam

---

<sup>5</sup> O conceito será trabalhado no item 1.2.2

<sup>6</sup> Aqui fazemos uso da noção exposta por Regina Andrade de que “o problema de pesquisa é que constrói o pesquisador (sujeito) e o objeto a ser pesquisado. Ele surge no envolvimento da vida e é ele que toma o pesquisador num primeiro momento para depois ser apossado pelo sujeito que vai investigá-lo à sua maneira” (comentários em sala na aula na disciplina Metodologia da Pesquisa Psicossocial, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2001).

<sup>7</sup> O contato com esse tipo de cooperativa foi consequência da nossa inserção na pesquisa “O processo de modernização econômica e social no Maranhão” desenvolvida no período de 1996 a 1998, pelo Programa Especial de Treinamento (PET) do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, no qual éramos bolsistas. O objetivo dessa pesquisa era compreender o processo de modernização econômico e social “cantado” pelo Governo do Estado na época (primeiro mandato da governadora Roseana Sarney - 1994 a 1998), de “Novo Tempo”.

as suas práticas com o ideário cooperativista são trabalhadas aqui enquanto “falsas cooperativas” ou “cooperfraudes”<sup>8</sup>.

Estas cooperativas de trabalho entraram no cenário maranhense como uma das várias medidas adotadas pelo governo estadual para promover o desenvolvimento local. O Governo do Estado procurava atrair, por meio de incentivos fiscais (isenção de impostos) e financiamento de infra-estrutura, empresas de outras regiões. Nessa leva, algumas fábricas e cooperativas no ramo de confecção foram instaladas em vários municípios<sup>9</sup>, sendo que duas se destacaram: a cooperativa de confecção KAO-I<sup>10</sup> (instalada na cidade de Rosário a 60 Km de São Luís), apresentada pelo governo estadual como modelo, contando quando da sua inauguração com a presença do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, e a fábrica Indústria do Vestuário (IN-VEST) instalada no município de Lima Campos. Esta última funcionou de 1995 a 1998 como uma empresa capitalista tradicional, isto é, empresa de propriedade individual com trabalhadores assalariados. Encerrou suas atividades em 98 passando a funcionar em 1999 sob a forma de cooperativa de trabalho.

Começamos a estudar a fábrica IN-VEST no período de transição para a cooperativa (final de 1997). Nesse período as trabalhadoras encontravam-se de aviso

---

<sup>8</sup> A noção de falsas cooperativas ou cooperfraudes foi adotada a partir do emprego desta pelos seus críticos que a chamam assim por “serem simplesmente trabalho assalariado disfarçado com o objetivo de sonegar os direitos trabalhistas dos operários” (Lima, 2000: 266).

<sup>9</sup> Os empreendimentos ora mencionados referem-se às cooperativas instaladas nos municípios de Bacabal, Lima Campos, Matinha, Rosário e Santa Inês.

<sup>10</sup> Fábrica faz parte do complexo empresarial de um grupo de investidores de Taiwan, especializada em confeccionar camisas masculinas. A mão-de-obra encarregada da montagem das peças era subcontratada através de cooperativas de confeccionistas criadas num programa do governo do Maranhão de geração de emprego e renda, denominado de Comunidade Viva, em parceria com a referida fábrica. Sendo esta a avalista, junto ao Banco do Nordeste, das máquinas utilizadas pelas cooperativas, que seriam fornecidas por uma outra empresa do grupo, a Yamacon, bem como a fornecedora do material a ser trabalhado e a única compradora da sua produção. Decorridos aproximadamente 07 anos da sua implantação, hoje as cooperativas, após um longo período de falência (causada por falta de repasse de material por parte da KAO-I às cooperativas), e de luta por sua reativação, estão funcionando com menos da metade da sua capacidade produtiva. Cabe ressaltar que o grupo citado no momento é o mesmo que se instalou no Maciço de Baturité –Ceará, estudado por Maria Vilma Coelho Moreira (1997 a ; 1997 b).

prévio, o que se prolongou por quase um ano, e o recrutamento de associadas para a cooperativa estava em fase inicial. Concluído o nosso estudo com a fábrica, no qual procuramos compreender o seu processo de trabalho, as novas relações sociais estabelecidas na fábrica e na comunidade, tendo em vista que a sua instalação foi um marco na história do município caracterizado por falta de postos de trabalho e sem tradição fabril, passamos a acompanhar o processo de concretização da cooperativa.

Com o acompanhamento desse processo algumas questões nos foram surgindo, a exemplo da permanência de algumas características, como o processo de trabalho, mantido nos moldes do exercido na fábrica, e da ruptura de outras, como a ausência de direitos trabalhistas.

Ao observar as continuidades e as rupturas no decorrer de sua prática, levantamos a hipótese de que a empresa cooperativa por si só, isto é, uma empresa legalmente registrada enquanto cooperativa, não responde aos anseios e necessidades dos seus associados; o que a distingue das demais empresas é o seu ideário cooperativista e este precisa ser introjetado e perseguido por todos (administração e sócios/trabalhadores) para que a empresa cooperativa seja realmente um modelo alternativo às empresas capitalistas, no que se refere à forma de gestão e participação dos trabalhadores.

O cooperativismo, ao ser resgatado como modelo alternativo de empresa, por ser portador de duas capacidades básicas, digo: geração de emprego e renda e barateamento do custo da mão-de-obra; deve ter os seus princípios e valores reforçados. Essas duas capacidades do cooperativismo podem ser entendidas, ao nosso ver, como correspondentes ou não aos interesses dos trabalhadores. Elas correspondem quando a empresa cooperativa é criada com o objetivo de gerar emprego e renda numa determinada comunidade a partir do potencial local, com a participação efetiva das pessoas que serão beneficiadas e, não

correspondem quando a cooperativa é criada com objetivo de baratear o custo da produção, pois neste caso, muito presente no Brasil, especialmente no Nordeste<sup>11</sup>, as pessoas envolvidas embora se beneficiem por passarem a receber alguma renda onde antes nada tinham, serão exploradas, precarizadas, pelas chamadas “empresas-mãe”<sup>12</sup>, justamente por causa da sua situação de extrema necessidade, que as faz submeter-se na expectativa de “um pouco ser melhor do que nada”.

O recurso da cooperativa como meio de barateamento da produção no Brasil foi possível a partir da mudança nas leis trabalhistas com a promulgação da Lei 8.949/94, que acrescentou o Parágrafo Único ao artigo 442 da CLT, no qual passou a constar que *“qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela”*.

### **1.1- Os objetivos**

O objetivo geral deste trabalho é discutir, por meio de um estudo de caso, a relevância da cooperativa de trabalho na emancipação do trabalhador no atual contexto social nordestino. Os objetivos específicos são:

— Analisar a repercussão da implantação da cooperativa selecionada sobre o tecido social e econômico no qual está inserida;

---

<sup>11</sup> Terceirizar parte da produção recorrendo às cooperativas de trabalho com o objetivo de reduzir custos com a mão-de-obra não é um fenômeno exclusivo do Nordeste, ele está presente nos Estados das regiões Sul e Sudeste, porém nelas, segundo Lima (2000: 265), o *“controle sindical garante aos trabalhadores a posse do empreendimento”*. Mas cabe ressaltar, como já mencionamos anteriormente, que mesmo nestas regiões há experiências precarizadoras.

<sup>12</sup> O termo empresa-mãe é utilizado por Lima (2000: 258) quando a empresa contrata os serviços prestados pela cooperativa através de um acordo de exclusividade no qual vigora que somente a empresa pode fornecer o material a ser manipulado pela cooperativa, determinando também a metodologia de trabalho a ser empregada e a cooperativa só poderá negociar sua produção com a referida empresa. Esse contrato geralmente já estabelece um valor para cada peça por um período determinado que pode variar entre cinco e oito anos.

- Analisar a significação para o grupo social envolvido da inserção de um elevado número de mulheres, anteriormente excluídas, no mercado de trabalho;
- Captar as dificuldades e tensões da cooperativa apontadas pelos atores nela envolvidos.

## 1.2 – A metodologia

Assim como Pires (1999 a: 15) concebemos o cooperativismo como um processo em constante construção, o que nos permitiu visualizar sua dinâmica marcada por continuidades, descontinuidades, rupturas e fusões.

Seguindo essa perspectiva, partimos de uma definição de cooperativa, que além de considerar o aspecto legal procura incluir também as práticas diárias adotadas pelas empresas na vivência cooperativista.

Dessa forma, elegemos as noções de prática e projeto social<sup>13</sup>, como fundamentais para a nossa análise. A prática é tida como um “*conjunto de procedimentos adotados pelos indivíduos e condutas observáveis no cotidiano, capaz de assegurar a criação de um mundo objetivo e a sua reprodução num espaço de tempo*” (Pires, 1999 a: 16). Enquanto que o projeto é o “*conjunto de orientações da vida coletiva com grande carga moral e simbólica que se volta para o futuro alimentado por uma esperança profética*” (Pires, 1999 a: 17).

Essas noções são essenciais na medida em que se referem ao “*espaço de reprodução e exploração da força de trabalho e a um instrumento de reprodução dos valores e princípios do ideário cooperativista*” (Pires, 1999 a: 18). A prática revela o suporte ideológico que diferencia uma empresa cooperativista de uma empresa capitalista. Assim, interessam-nos as formas de gestão, de organização do trabalho, de divisão sexual, de recrutamento dos associados, a legislação brasileira acerca do cooperativismo, a relação da cooperativa com a comunidade e com o mercado.

---

<sup>13</sup> Noção elaborada e trabalhada por Pires (1999 a).

Focalizando esses itens procuraremos analisar também a tensão existente entre a dupla natureza da cooperativa: de um lado ela é uma empresa e como tal não pode escapar dos imperativos econômicos, mas por outro lado ela deve atuar conforme os princípios éticos e morais do ideário cooperativista que prega a solidariedade, igualdade de direitos, democratização do poder que muitas vezes se tornam incompatíveis na disputa do mercado, como apropriadamente demonstrou Pires (1999 a: 19).

Para a análise desse fenômeno optamos por um estudo de caso, fazendo uso primordialmente das técnicas de coleta e análise de dados qualitativos, pois nosso objeto apresenta situações complexas e particulares; buscamos com ele, uma descrição dessa complexidade e compreender processos dinâmicos vividos pelo grupo social considerado. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas e de observação não participante.

Também lançamos mão de abordagens quantitativas quando do manuseio dos dados censitários elaborados pelo IBGE sobre o município no qual a fábrica foi instalada. Cabe ressaltar que esses dados nos foram úteis na caracterização municipal, na qual procuramos comparar dados dos censos de 1970 e 2000 e a contagem populacional de 1996, com o objetivo de observarmos as mudanças demográficas e socioeconômicas no município, porém é importante frisar a dificuldade em compará-los devido à indisponibilidade de alguns dados do último censo, que só serão divulgados ao longo deste e do próximo ano. Também utilizamos dados estatísticos sobre a indústria têxtil no Nordeste nos anos de 1998, 1999 e 2000 elaborados pelo Ministério do Trabalho.

As entrevistas foram gravadas e seguiram a modalidade de semi-estruturadas com base em roteiros elaborados previamente, mas que se expandiram no decorrer da fala dos

entrevistados que forneceram dados complementares e essenciais não previstos anteriormente. Foram realizadas 24 entrevistas gravadas<sup>14</sup>.

Cabe ressaltar que ao entrevistarmos pessoas em posição hierárquica diferenciada tivemos a preocupação de manter alguns itens dos roteiros das entrevistas, visando uma comparação interna e procuramos atentar para as especificidades das atividades exercidas pelos entrevistados. Assim, entrevistamos pessoas da administração da fábrica contratante dos serviços da cooperativa, pessoas do corpo administrativo da cooperativa, associados sem função no gerenciamento e pessoas da comunidade, como alguns comerciantes. Em virtude do longo período de pesquisa com o grupo social aqui estudado, em alguns casos, entrevistamos a mesma pessoa ao longo desses anos (06 anos de estudo), pessoas estas que vivenciaram e vivenciam diversas etapas da vida da cooperativa, isto é, desde a implantação e funcionamento da antiga fábrica, passando pelo período de transição desta para cooperativa até a sua constituição e funcionamento atual. Neste caso, a escolha dos informantes não se deu aleatoriamente, pois pretendíamos obter dados dentro de um recorte temporal comparando a situação anterior (a fábrica) com a situação atual (a cooperativa); em outros casos a escolha se deu com base na ausência da experiência anterior. Quanto aos comerciantes escolhemos de acordo com o ramo de atividade (alimentício e vestuário).

A amostra considera a variável sexo, tendo em vista a particularidade da cooperativa que embora seja composta por homens e mulheres, estas predominam, uma vez que correspondem a 80% dos associados. A nossa amostra procurou contemplar aproximadamente esse mesmo percentual, por homens e mulheres, isto é, das 24 entrevistas realizadas 05 foram com pessoas do sexo masculino e as outras 19 com pessoas do sexo feminino.

---

<sup>14</sup> As entrevistas estão discriminadas no Anexo 1.

A observação direta se deu durante toda nossa estadia em campo, porém não tivemos um envolvimento profundo em todas as dimensões da vida do grupo. Acompanhamos o dia-a-dia da cooperativa focalizando o processo de produção, quando entrevistávamos nossos informantes *in loco*. Algumas entrevistas foram realizadas na residência dos informantes, devido à falta de trabalho no dia para determinados setores da produção, fato corriqueiro, e em alguns casos, devido à inibição provocada pelo espaço de trabalho; em casa algumas pessoas se sentiram mais à vontade para falar. Com esse contato fora do espaço de trabalho aproveitamos para observar um pouco as relações familiares e a rotina no espaço doméstico, fato este também observado informalmente quando das conversas travadas sentadas à porta das casas, prática costumeira nas cidades do interior maranhense.

## **1.2. O marco analítico: Globalização, reestruturação produtiva, terceirização, trabalho e solidariedade**

Considerando que recorrer de forma intensificada (a partir dos anos 90) ao modelo de produção cooperativista foi uma das alternativas encontradas para o processo de reestruturação produtiva “imposto” pela globalização da economia e que a terceirização é um recurso privilegiado dessa reestruturação, elegemos esses elementos como os marcos analíticos do nosso estudo. Estes foram trabalhados com base nas discussões travadas em torno dessa temática a partir do último decênio do século XX. Assim, seguimos as noções elaboradas por Anderson (1995), Antunes (1995), Benakouche (1998), Chesnais (1996), Gorender (1997), Harvey (1994), Lima (1998, 2000, 2002), Mattoso (1998), Mauad (2001), Offe (1994), Ramalho (1994, 1997), Santos (2002), Santos & Rodriguez (2002), Singer (1997, 1998, 2002), Thompson e Hirst (1998).

## **1.2.2 Os conceitos básicos**

### **1.2.2.1 Cooperativismo**

O cooperativismo é trabalhado no momento como um movimento de abrangência mundial e secular, sendo um sistema econômico-social integral, mas que não exclui outras formas associativas ou organizativas na sociedade. “Ele é pautado numa legislação própria e segue um conjunto doutrinário e filosófico que prega valores e princípios humanitários tais como: ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, eqüidade, solidariedade, responsabilidade social” (Pires, 1999 a: 24). São seus princípios e valores, reformulados em 1995 pela Assembléia da ACI em Manchester, que caracterizam sua diferença em relação a outras formas de organização, são eles:

- a) Adesão voluntária e aberta;
- b) Gestão democrática por parte dos sócios;
- c) Participação econômica eqüitativa dos sócios na formação do capital da cooperativa;
- d) Autonomia e independência da cooperativa;
- e) Educação, formação e informação a seus sócios;
- f) Cooperação entre cooperativas;
- g) Interesse pela comunidade<sup>15</sup>.

### **1.2.2.2 Cooperativa**

A cooperativa é entendida, no presente trabalho, como a materialização do cooperativismo.

A Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.) define a cooperativa enquanto

---

<sup>15</sup> Silva Filho (2002: 151-162) faz uma apresentação comentada de cada princípio.

*“Uma associação de pessoas que é voluntariamente agrupada para atender a uma finalidade comum, a partir da constituição de uma empresa dirigida democraticamente, fornecendo uma quota parte equitativa de capital necessário e aceitando uma justa participação nos riscos e nos produtos da empresa, na qual os membros participam ativamente” (O.I.T. Recomendações127, 1996 apud Pires 1999 a: 25).*

A ACI a define enquanto

*“Uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de uma empresa de propriedade coletiva e democraticamente gerida” (ACI, 1995 apud Silva Filho, 2002: 51).*

É com base nessas duas definições oficiais que se corroboram, que empregaremos, assim como Pires (1999 a: 26), os termos empresa, associação ou cooperativa como sinônimos, da mesma forma o faremos para as noções de membros, associados, cooperativados ou sócios que se referirão às pessoas formalmente vinculadas à cooperativa.

### **1.2.2.3 Cooperativa de trabalho**

A cooperativa de trabalho, segundo o documento da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), é aquela que *“reúne diversos tipos de profissionais para prestar serviços para terceiros”* e, cooperativa de produção é a que, *“organiza a produção participando de todo o processo técnico e funcional da empresa”* (OCB apud Lima 1998: 211). No presente trabalho empregaremos os termos cooperativa de trabalho e cooperativa de produção como sinônimas, pois, assim como Lima (1998:211) a cooperativa sobre a qual trabalharemos conjuga elementos dos dois tipos de cooperativas conceituados pela OCB.

### **1.2.3 O objeto empírico**

A opção por um estudo de caso deu-se em virtude de este possibilitar o acesso a um grande número de informações detalhadas, justamente devido ao seu limite no que se refere à quantidade de sujeitos, fato que não invalida sua capacidade de generalização, pois como Bourdieu, citado por Pires (1999 a: 31) acreditamos que se pode *“apreender a lógica*

*mais profunda do mundo social emergindo na particularidade de uma realidade empírica, historicamente situada e datada, construindo-se como um caso particular do possível”.*

Assim, para compreendermos qual a relevância da cooperativa de trabalho na emancipação do trabalhador frente ao capital e quais condições necessárias para tal, escolhemos Os Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos/Maranhão como o nosso pano de fundo.

A nossa opção por essa cooperativa, que é uma cooperativa de trabalho, deu-se em virtude de ela ser um caso particular na medida em que sua história está relacionada a dois processos de reestruturação produtiva - deslocamento regional de planta fabril e terceirização - característicos do processo de reorientação do capitalismo no final do século XX e início do XXI que, por sua vez, marcou a retomada acelerada da criação de empresas cooperativas em âmbito mundial.

Os Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos<sup>16</sup> foram criados na cidade de Lima Campos no final de 1998. Este município localiza-se na Mesorregião do Centro Maranhense, pertencendo à Microrregião do Médio Mearim distando da capital do Estado em aproximadamente 270 Km.

Os Grupos são formados por 15 associações: Getúlio Vargas, Gonçalves Dias, INVEST I, INVEST II, INVEST III, Joca Mota, Juscelino Kubstichek, Quinze de Novembro, Roseana Sarney, Santa Amália, Santos Dumont, Shalom, Sete de Setembro, Tiradentes e Vitorino Freire.

---

<sup>16</sup> A cooperativa denominada Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos produz calça social masculina.

A criação dos Grupos partiu da idealização do proprietário da fábrica IN-VEST<sup>17</sup>, instalada no município em 1996. A IN-VEST, na época, empregava 150 pessoas diretamente e atingia uma produção de 900 a 1000 peças/dia, embora estivesse preparada, segundo o seu proprietário, para produzir cerca de 1300 peças e com um mercado (São Paulo) que absorveria toda a produção.

A cooperativa foi criada, segundo seu idealizador, para gerar mais emprego e renda no município e para resolver dois problemas vividos pela fábrica<sup>18</sup>.

O primeiro problema era uma questão de logística, pois o setor de corte (e *design*) estava em São Paulo na sede da empresa. Essa distância se tornava fatal quando ocorria um erro numa das peças a ser montada, tendo em vista que para corrigir a falha era oneroso em tempo e dinheiro, comprometendo a capacidade de aumento da produtividade. Com a constituição da cooperativa o corte seria transferido pra unidade da IN-VEST em Lima Campos, que se responsabilizaria somente por esse setor, enquanto que a montagem das peças (etapa mais demorada e com alta necessidade de mão-de-obra) ficaria a cargo da cooperativa, eliminando, assim, a distância entre os dois setores e com todos os problemas decorrentes dela.

Apesar desse problema, a IN-VEST se encontrava em uma fase de crescimento, com a inserção de seus produtos em outros estados brasileiros além de São Paulo, este fato, por sua vez, exigia aumento da produção e para isto a fábrica “precisava” fazer investimentos em maquinários e em contratação de mão-de-obra, caracterizando o segundo problema para o seu proprietário. Em meio a esta necessidade, o empresário recorreu ao

---

<sup>17</sup>Esta fábrica era uma faccionista especializada em calça masculina nos tecidos de linho puro, misto, microfibras e *tac-tell*. Faccionista é a empresa que realiza tarefas específicas por encomenda.

<sup>18</sup> Todas as informações sobre a criação da cooperativa foram obtidas nas entrevistas com o proprietário da IN-VEST, com representante da diretoria da cooperativa, digo, sua presidente e com sócios fundadores da mesma.

Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com o objetivo de obter um empréstimo para a ampliação do empreendimento que passaria a empregar 400 funcionários. O empresário após ter contatado o Banco teria sido procurado pelo governo estadual que lhe propôs parceria na criação de uma cooperativa em vez da ampliação da fábrica. Embora não soubesse bem como trabalhar com a cooperativa a proposta lhe pareceu interessante, na medida em que com ela aumentaria a sua produção sem custos adicionais com a mão-de-obra, uma vez que o setor de montagem seria terceirizado pela cooperativa, sem perder o controle do mesmo, assegurado pelo contrato de exclusividade entre a fábrica e a cooperativa<sup>19</sup>. Nas palavras do empresário,

*“... Na época eu me reuni com meu irmão e coloquei pra ele as minhas preocupações com relação a esse negócio de grupo, mas como era uma proposta ao meu ver interessante, que era o quê? Era você ter um grupo de 600 pessoas produzindo sem ser empregado teu, porém com tua responsabilidade sobre ele. (...) Nós não conhecíamos o sistema de cooperativa e eu fiquei preocupado com o que seria, mas como era, aparentemente, vantajoso porque nós não íamos investir em infraestrutura, nós íamos investir em matéria-prima, teríamos capital de giro pra fazer os produtos chegarem nos magazines, nós resolvemos encarar um projeto de cooperativa e começamos a fazer o projeto ” (proprietário da empresa-mãe).*

Assim, o proprietário da IN-VEST elaborou o projeto de criação da cooperativa. Este recorreu ao BNB que utilizando os recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financiou, por meio de empréstimo, a compra dos equipamentos e a construção dos galpões<sup>20</sup> nos quais as 15 associações seriam instaladas. O governo estadual (na época comandado pela Governadora Roseana Sarney), por meio do projeto “Comunidade Viva”

---

<sup>19</sup> A fábrica, neste caso, assume a função central na cadeia de produção, sendo esta o elo entre as suas terceirizadas, no caso as cooperativas, e o mercado. No contrato estava regido que somente a fábrica IN-VEST poderia fornecer o material a ser produzido (aviamentos e tecidos já cortados) e comprar toda a produção. Este contrato teria uma vigência de seis anos, no qual cada peça seria comprada por um valor de R\$ 1,10 (um real e dez centavos).

<sup>20</sup> Os galpões foram construídos entre a entrada da cidade e o seu centro. Eles não possuem janelas, apenas uns blocos vazados de concreto por onde entra a ventilação, para amenizar o calor (temperatura média anual da região é de 30° C) foram instalados ventiladores.

financiou o treinamento da mão-de-obra, tendo em vista que a maior parte não possuía experiência fabril, pagando os instrutores e a matéria-prima. Cabe ressaltar que o governo municipal, alegando dificuldades financeiras, não contribuiu com o investimento e até hoje tem-se mantido ausente da vida da cooperativa. Fato gerador de contendas entre a direção da cooperativa e a prefeitura, constituindo-se uma particularidade dessa cidade, tendo em vista que nos demais municípios, como mostra a literatura, há a participação efetiva do governo municipal nesse processo.

A cooperativa foi formada por 15 associações que reuniram 40 associados cada uma, perfazendo um total de 600 pessoas beneficiadas diretamente, dessas 600 pessoas 120 eram ex-operárias da IN-VEST que haviam sido demitidas para comporem 03 associações (IN-VEST I, IN-VEST II, IN-VEST III).

A divulgação da criação da cooperativa e da inscrição para aqueles que desejavam associar-se a ela ficou a cargo da própria fábrica, bem como coube a esta a escolha da construtora dos galpões, escolhendo ainda a empresa fornecedora do maquinário a ser comprado pela cooperativa.

Mediante a construção dos galpões e a instalação do maquinário, começou o processo de treinamento de pessoal. Nesta etapa, os problemas de ingerência da fábrica sobre a cooperativa começaram a aflorar. As associações foram divididas, 12 foram instaladas nos galpões e iniciaram o processo de treinamento que duraria quatro meses e não seria remunerado, embora houvesse a promessa do governo estadual de pagar uma bolsa-treinamento. As três restantes compostas por ex-operárias da empresa ficaram instaladas no espaço físico da fábrica, onde trabalharam normalmente sem passar pelo processo de treinamento, recebendo por cada peça produzida o valor acertado no contrato.

Essa diferenciação, na qual uns recebiam rendimentos e outros não, adicionada ao longo período de treinamento que extrapolou os quatro meses previstos, chegando aos seis meses de funcionamento, nos quais já saía “uma certa quantidade<sup>21</sup> de produção” que foi negociada pela empresa-mãe no mercado paulista, mas que não havia sido rateada entre os membros, gerou uma tensão entre estes; a direção da cooperativa e os administradores da empresa, sendo decretada uma greve na cooperativa.

Decretada a greve em junho de 1999, toda a produção foi paralisada e sem negociação resolveram quebrar as máquinas de costura.

A greve, que teve duração de um mês, foi um marco na vida da cooperativa, de seus membros e do município, visto que nada parecido havia ocorrido por lá. As leituras feitas acerca da greve variam conforme os atores.

Sanados os problemas que ocasionaram a greve, a cooperativa iniciou, de fato, suas atividades. De lá pra cá vem passando por várias crises (financeira e de pessoal) e reestruturações (sempre sugeridas e orientadas pela empresa-mãe), apresentando alto índice de rotatividade de associados, estando a todo momento ameaçada de “fechar as portas”.

#### **1.2.4 A pesquisa de campo**

O nosso trabalho de campo foi realizado com base em visitas, divididas ao longo de seis anos.

A primeira se deu entre 17 e 24 de setembro de 1997, período no qual estabelecemos contatos com o sócio-proprietário da fábrica IN-VEST que nos fez um relato histórico da mesma e contatamos a sua gerente de produção, que além de nos prestar algumas informações sobre o funcionamento da empresa e do seu processo de produção,

---

<sup>21</sup> A imprecisão na quantidade de peças produzidas e negociadas reflete a falta de domínio por parte dos sócios sobre o seu trabalho e o fruto deste.

acompanhou-nos durante a nossa permanência no estabelecimento. Cabe-nos esclarecer que nesta etapa não utilizamos nenhum recurso material, como gravador e/ou máquina fotográfica.

A segunda se iniciou em 20 de novembro de 1997. Permanecemos no município por 11 dias. Nesta etapa entrevistamos um total de 13 pessoas, entre o sócio-proprietário, uma gerente de produção, a secretária, 06 operárias, duas ex-operárias, uma dirigente de associação que na época estava em formação e um operário. Para tal, recorremos ao registro em gravador. Aproveitamos nossa estadia e visitamos a construção dos galpões nos quais seriam instaladas as 15 associações que compõem a cooperativa. Fomos também à Delegacia Regional do Trabalho (DRT), sediada no município de Pedreiras, a 15 km de Lima Campos, com a intenção de obter informações acerca das condições de trabalho e regularização da mão-de-obra.

A terceira ocorreu a partir do dia 1º de julho de 1998, permanecemos no local por cinco dias. Esta se deu em função de um conflito instaurado entre os cooperativados que já se encontravam trabalhando e a empresa-mãe. Nesta etapa, ficamos observando o conflito, mas sem registro material (fotografias e/ou gravações em fitas cassetes) devido à tensão vivida no momento por ambos os lados. Aproveitamos para conversar, informalmente com os atores envolvidos, destacando-se um dos líderes do movimento, o sócio-proprietário da fábrica mãe, e um componente do Comitê municipal criado pelo BNB para avaliar projetos que, por ventura, venham a ser implementados.

A quarta deu-se de 08 a 20 de janeiro de 2002. Nesta etapa, exclusiva para obter dados para o presente trabalho acompanhamos o processo de produção, entrevistamos nove pessoas com registro em gravador, sendo: a presidente de uma associação e que responde

pelos Grupos, o proprietário da empresa-mãe, o diretor administrativo dos Grupos, três associadas, vice-presidente de uma associação e dois comerciantes no município.

A quinta, ocorrida entre 18 e 22 de julho de 2002, deu-se em virtude da necessidade de complementação de dados obtidos na etapa anterior. Assim, refizemos algumas entrevistas, entrevistamos duas outras associadas e fizemos observações diretas sobre o dia-a-dia da cooperativa.

Faz-se necessário declarar a nossa dificuldade no momento de trabalharmos as informações obtidas através das entrevistas, devido à necessidade de relativizá-las, considerando as relações pessoais (familiares) estabelecidas entre os proprietários da empresa-mãe com alguns dirigentes e associados da cooperativa. Além disso, atentamos para a existência de rivalidades e disputas internas entre os “parentes” e “não parentes”. Porém tais tensões não foram observadas com frequência na cooperativa.

Outra dificuldade encontrada refere-se à mudança de posição dos atores ao longo desses seis anos, uma dinâmica inerente aos fenômenos de mobilidade social. Ao entrevistarmos, em alguns casos, as mesmas pessoas nesse período percebemos mudanças no discurso, mudanças estas que variaram conforme a posição na estrutura da cooperativa, bem como em relação à aproximação ou distanciamento com os representantes da empresa-mãe.

A dinâmica inerente às mudanças sociais tem marcado o movimento cooperativista que vem apresentando alterações no seu caráter de prática e de projeto ao longo da sua história, tema que trataremos no capítulo seguinte.

### O cooperativismo e sua história: de ontem e de hoje

---

A recuperação da história do cooperativismo parece-nos importante na medida em que nos permite perceber as diferenças nos objetivos últimos que motivaram e motivam a criação de empresas cooperativas. Tais diferenças (localizadas no espaço<sup>22</sup> e no tempo) podem ser vistas como esclarecedoras do fato de existirem cooperativas que proporcionam aos seus associados autonomia frente aos capitalistas, por serem frutos de um movimento de conquista social, a exemplo das experiências européias referidas abaixo, enquanto que outras servem para o oposto, precarizar ainda mais a situação do trabalhador e/ou para controlá-lo, na medida em que resultam dos interesses das elites políticas e econômicas que visam se beneficiar de alguma maneira, seja por controlar grupos sociais, por meio da intervenção estatal nas empresas cooperativas, seja por privilegiar um setor da economia, a exemplo da agricultura para exportação no Brasil. Essas diferenças também demarcam a forma de gerenciar a empresa, o papel que os associados desempenham, enfim dão feições diferenciadas às empresas.

Cabe ressaltar que a apresentação das diferenças de forma generalizadora e dicotômica é para demarcar o contraste, sem ter a pretensão de afirmar que a existência de um tipo de cooperativa exclua o outro.

#### 2.1 – Os precursores

O movimento cooperativista não é um fenômeno recente, há registro de formas de cooperação e associação solidária desde os primórdios da história da civilização, fazendo-se presente nos mosteiros cristãos na Idade Média, na Rússia e entre os povos eslavos no

---

<sup>22</sup> A localização espacial refere-se à Europa, Brasil e Maranhão.

século XIV (Bialoskorki, 1997: 519). Porém a consolidação da sua expressão se dará no sistema capitalista.

O ambiente capitalista é fértil para o desenvolvimento de experiências cooperativistas na medida em que seus valores (individualismo, concorrência, etc) e suas práticas (apropriação privada, exploração, desigualdade social, etc ) possibilitam o surgimento de idéias e posturas que lhes vão de encontro, isto é, “*a história do capitalismo é também a história das lutas de resistência e da crítica a esses valores e práticas*” (Santos & Rodriguez, 2002: 23).

No constante desafio ao modelo capitalista excludente, têm-se várias tradições de pensamento que procuraram e procuram formas de sociedade mais justas, solidária e democrática. Como a cooperação é um elemento essencial nessas formas alternativas de organização social, o cooperativismo é um fenômeno de relevante interesse para várias áreas do conhecimento, destacando-se a economia e a sociologia, sendo um objeto de estudo privilegiado.

Assim, no final do século XVIII e início do século XIX, em meio à Revolução Industrial na Europa Ocidental, que tinha por base as idéias econômicas dos fisiocratas e clássicos, bem como as práticas do liberalismo econômico (Pinho, 1976: 91), surge um grupo de economistas, os socialistas, propondo uma correção do liberalismo por meio de “*uma organização específica dos trabalhadores de vários setores, de forma associada e eliminando aqueles que exploram o trabalho e a propriedade privada*” (Bialoskorski, 1997: 519).

Estes socialistas, especialmente os utópicos (associativistas) – Charles Fourier, Louis Blanc, Philippe Buchez, William King, Pierre Proudhon, Saint-Simon, Charles Gide

e outros - são considerados como os precursores do pensamento cooperativista moderno, tendo em Robert Owen sua expressão máxima<sup>23</sup>.

Robert Owen (1771 – 1858), segundo Bialoskorski (1997: 520), foi o primeiro autor a empregar o termo cooperação, sendo este antônimo de *concorrência*, termo-chave do liberalismo econômico vigente na época, assim como *liberdade de movimentação de capitais e propriedade privada*.

Para este pensador, segundo Pinho (1976: 96),

*“O homem era resultado do seu meio social, não sendo nem bom nem mal por natureza. Para modificá-lo, tornava-se necessário modificar o seu meio social, mas de forma pacífica, gradual e moderada, a fim de que nenhuma parte do corpo político e nenhum indivíduo sofressem com a mudança”.*

Tais idéias tiveram aplicação prática na sua experiência como administrador de uma fábrica têxtil em New Lenark (Escócia), no início do século XIX. Nessa experiência ele reduziu a jornada de trabalho<sup>24</sup>, aumentou o salário, proibiu o trabalho infantil para menores de dez anos. Fora do espaço fabril, ele melhorou as condições de moradia dos seus operários, bem como possibilitou o acesso destes aos produtos de consumo familiar mais baratos, por meio da compra em atacado e o acesso de seus filhos à escola. O resultado positivo das suas medidas foi percebido no aumento da produtividade, na redução do absenteísmo, elevando o valor da fábrica e do seu lucro<sup>25</sup>.

New Lenark se tornou uma referência diante da situação de extrema precarização na qual estavam inseridos os operários europeus, principalmente os britânicos.

Owen, enquanto militante dos movimentos sociais, lutou, junto ao parlamento inglês, pela aprovação da lei que limitava o trabalho de mulheres e crianças nas fábricas,

---

<sup>23</sup> Como discute Bialoskorski (1997), Lima (2002), Pires (1999 a).

<sup>24</sup> Lima (2002: 34) refere-se a uma redução de dezessete horas para dez horas e meia, enquanto que Pinho (1997: 97) refere-se a uma redução de quatorze para dez horas e meia.

<sup>25</sup> Esses resultados são discutidos por Lima (2002), Pinho (1976), Pires (1999 a).

bem como participou do primeiro congresso no qual as *Trade-Unions* (sindicatos que agrupavam um grande número de trabalhadores) se fundiram numa grande organização sindical, visando a sua transformação em agrupamentos produtivos e auto-administrados.

Embora tivesse logrado êxito na concretização de suas idéias, Owen se deparou com o fracasso da sociedade dos seus sonhos, a *New Harmony* (criada no dia 1º de maio de 1825). Esta tinha por lema a cooperação entre seus membros, a partir de seus esforços solidários, abolindo a propriedade privada e o salário. Assim um grupo de 900 pessoas heterogêneas (intelectuais, artesãos, excluídos da sociedade industrial emergente) foi reunido, porém não surtiu o efeito esperado, sendo apontado como motor do fracasso a falta de uma organização que disciplinasse a produção pela divisão de tarefas (Pires,1999 a: 83).

Após essa experiência, que consumiu parte substantiva da sua fortuna, Owen, ainda fundou uma “bolsa de câmbio” em 1832, objetivando a supressão do lucro industrial e comercial, pois defendia o estabelecimento do preço justo, baseado somente na remuneração do trabalho. Diante de mais um fracasso (a bolsa de câmbio durou dois anos), Owen se afastou do movimento social e sindical e a partir de 1836 começou a escrever o “Livro do Novo Mundo Moral”, no qual ele desenvolveu suas doutrinas.

As experiências inglesas de construção de sociedades alternativas baseadas na noção de cooperação, solidariedade e equidade, tiveram repercussões na França, onde Charles Fourier foi o grande nome.

Charles Fourier (1772 – 1837), partindo da idéia evolucionista da história (Pires,1999: 86), demarcava em 5 as etapas da humanidade, sendo apenas a primeira, o Éden, na qual todos os homens gozavam de plena liberdade amorosa, a etapa ascendente ou harmoniosa, as demais (Selvageria, Patriarcado, Barbárie e Civilização) eram classificadas como descendentes ou caóticas. Elas viriam em uma escala de degradação da formação

social, sendo a civilização o ápice da degradação. Contrapondo-se a moral societária que inibia as paixões, fonte de toda felicidade, ele propôs a sociedade da Harmonia, na qual não haveria nenhuma moral ou censura, onde todas as paixões poderiam ser vivenciadas, pois para ele, as paixões reprimidas eram fontes de vícios, como por exemplo, o regime salarial, fonte de injustiça, e por isso seria substituído pela livre associação e pelo jogo das paixões, centrando no desejo e não no lucro a base da sua economia.

Fourier idealizou a criação de falanstérios, unidades auto-suficientes formadas pela reunião de “falanges” grupos primeiros compostos por até 1620 homens e mulheres. A organização social, nesse grande edifício, dar-se-ia pela escolha de cada associado de participar das atividades que lhes dessem prazer, tanto em função do tipo de trabalho como em função da companhia. A vida comunitária seria exercida em sua plenitude, nas refeições, nas programações culturais, até na estrutura familiar, pois a monogamia seria extinta e a educação das crianças caberia a um grupo de amas. Embora Fourier tenha descrito minuciosamente todo o seu plano organizacional e arquitetônico, não encontrou quem o financiasse e por isso não conseguiu pô-lo em prática<sup>26</sup>. Apesar da não concretização da sociedade dos seus sonhos, suas idéias foram bastante difundidas, principalmente no que se refere ao caráter das associações agrícolas e industriais, várias experiências inspiradas em suas idéias se converteram em cooperativas<sup>27</sup>, algumas bem sucedidas e outras nem tanto. O sucesso que Fourier obteve com suas idéias, chegando a ser

---

<sup>26</sup> Todas as informações sobre o falanstério e Fourier foram obtidas em Pinho (1976) e Pires (1999 a).

<sup>27</sup> Cooperativa de consumo (1834 e 1838) instalada por Michel Derrion em Lyon; modelo de cooperativa de produção a “padaria verídica”, instalada por Andron e Czynski,

considerado como o “precursor genial” (Charles Gide) é questionado por alguns estudiosos do tema<sup>28</sup>.

Dentre outros precursores de destaque na literatura encontra-se William King que organizou em Brighton no ano de 1827 uma cooperativa de consumo, a qual serviu de inspiração para mais de 300 sociedades semelhantes (Lambert e Petitfils *apud* Pires, 1999 a: 90); encontra-se também Buchez (1796 – 1865) que em meio à efervescência das idéias de emancipação do proletariado através de associações defendeu a tese de associação cooperativa dos produtores livres, mas de forma pacífica e sem espoliação. A formação dar-se-ia por meio da reunião das poupanças dos operários de uma categoria profissional, estes procurariam empréstimos sem recorrer, no entanto, aos auxílios financeiros governamentais, produziriam em comum, sendo o salário igual para todos e os ganhos aplicados em um fundo comum (Pinho, 1976: 108). As idéias de Buchez divergiam das de Blanc (1818 – 1882) no que se refere à participação do Estado na criação das associações, pois para este último o Estado deveria intervir amplamente nas associações operárias, para que estas pudessem modificar o meio socioeconômico, assim as “oficinas sociais” seriam organizadas com empréstimo estatal, este também deveria fixar os estatutos sociais, nomeando, no início, os cargos de direção, a eleição seria empregada somente após um período de reconhecimento mútuo.

Cabe ressaltar que Charles Gide (1847 – 1932), economista francês, é identificado na literatura como o sistematizador da doutrina cooperativista, imprimindo a esta um forte

---

<sup>28</sup> Segundo Pinho (1976), Charles Gide teria ressaltado a importância do pensamento de Fourier para o embasamento da Doutrina Cooperativa, enquanto que Poisson, dentre outros, afirmaria o contrário, baseando-se na finalidade do falanstério. Tal autor destaca que ao criar um mundo novo, auto-suficiente, à parte da sociedade este (falanstério) se distanciaria das cooperativas, pois estas permanecem integradas na sociedade capitalista, embora forjem novas relações econômicas, morais e sociais entre seus membros e a sociedade global.

caráter da moral cristã, particularmente no que se refere à recriminação do egoísmo e a instauração de uma prática solidária (Pires, 1999 a: 89).

Apesar das várias experiências de criação de associações cooperativas desde 1823 na França com as cooperativas de trabalhadores, e em 1826 na Inglaterra, é a criação de *Rochdale Society of Equitable Pioneers*, cooperativa de consumidores de Rochdale, cidade industrial próxima a Manchester, Inglaterra, que será o marco do movimento cooperativista mundial.

A cooperativa de consumo de Rochdale surgiu da tentativa de um grupo de operários tecelões ingleses de escapar do estado de miséria a que estava subjugado. Após uma discussão sobre as possibilidades disponíveis, já que estes operários vinham de uma greve fracassada por melhores salários, decidiram em 1843 recolher dinheiro próprio para a formação de um caixa com a finalidade de formar uma sociedade cooperativa. A decisão do grupo foi influenciada diretamente pelos socialistas utópicos, discípulos de Owen e King (Bialoskorski, 1997: 520).

Assim, em outubro de 1844, com aproximadamente 28 libras, estes operários tecelões registraram e fundaram a Sociedade dos Justos Pioneiros de Rochdale, um armazém cooperativo que oferecia a seus associados pequenas quantidades de manteiga, açúcar, farinha de trigo e aveia.

Apesar de modesto em recursos, o projeto de Rochdale era ambicioso, visava: a venda de alimentos e vestuários a baixos preços; comprar e construir habitações para seus membros; proporcionar a criação de empregos (por meio da fabricação de artigos) para os membros sem ocupação ou para melhorar o salário que fosse insuficiente; até atingir a organização da produção, da distribuição e da educação em seu próprio meio, ou seja, visava organizar uma colônia autônoma em que todos os interesses seriam comuns.

Em 1850 os pioneiros de Rochdale abriram a primeira cooperativa de produção industrial, um moinho; em 1854 abriram a segunda, uma tecelagem, seguida por uma fiação, seu crescimento foi gradativo com o aumento de associados e de capital<sup>29</sup>. A experiência de Rochdale foi de tamanha importância que a base doutrinária do seu estatuto norteia toda organização cooperativa até hoje. Os princípios normatizadores da sua atividade foram adotados e propagados pela Aliança Cooperativa Internacional, criada em 1895 em Genebra, e aperfeiçoados nos congressos posteriores (1934, 1972 e 1995).

Inicialmente os princípios de Rochdale pregavam: 1) adesão livre e voluntária, 2) gestão democrática, 3) interesse limitado sobre o capital, 4) retorno dos excedentes por rateamento, proporcional à atividade e à operação de cada associado, 5) neutralidade política, religiosa e racial, 6) educação dos membros. Com a expansão intensa do cooperativismo em países que apresentam as mais heterogêneas estruturas econômicas, políticas e sociais, a Aliança Cooperativa Internacional, em seu XXII Congresso, realizado em Bournemouth, em 1963, decidiu rever estes princípios com o objetivo de atualizá-los e assim, em 1966 no Congresso realizado em Viena acrescentou mais um item: a cooperação entre as cooperativas, em plano local, regional nacional e internacional.

Cabe ressaltar que os princípios adotados pelo movimento cooperativista mundial partiram de cooperativas de consumo, mas que existem distintos campos de atuação do cooperativismo: na produção, no crédito, no trabalho, no serviço, na educação, na agropecuária, etc. A história do movimento cooperativista na Europa mostra que este visava a melhoria das condições socioeconômicas do proletariado, extremamente degradadas pelo

---

<sup>29</sup> As informações sobre a cooperativa de consumidores de Rochdale foram obtidas em Bialoskorski (1997), Lima (2002), Pinho (1976), Pires (1999 a), Santos & Rodriguez (2002).

capitalismo industrial, esse objetivo marca uma diferença entre as cooperativas européias e algumas experiências brasileiras.

## 2.2 - O surgimento do cooperativismo no Brasil

Segundo Pinho (1976), Santana Nery, um representante brasileiro, teria participado do Congresso Cooperativista realizado na França, e em 1888, a Revista Financeira, do Rio de Janeiro, teria chamado atenção para as cooperativas, como uma forma de reorganização da produção e de comercialização agrícola fazendo frente à crise no setor agravada pela abolição da escravatura.

A Associação Cooperativa dos Empregados, em Limeiras/SP, segundo Pires (1999 a), foi a primeira experiência cooperativista criada no Brasil, em 1891; Em 1894, foi criada, em Pernambuco, a Cooperativa de Consumo de Camaragibe; Caixas rurais (seguindo o modelo de Raiffeisen<sup>30</sup>) foram criadas no Rio Grande do Sul a partir de 1902, e em 1907, em Minas Gerais, foram criadas as primeiras cooperativas agropecuárias.

O cooperativismo no Brasil, segundo Pinho (1976: 35), foi propagandeado por alguns idealistas (Carlos Alberto de Menezes, Joaquim Inácio Tosta, Adolfo Gredilha, Saturnino Brito, Fabio Luis Filho) e por experiências de imigrantes, destacando-se, os japoneses, os italianos e os alemães, no início do século XX, porém o marco da sua formalização legal dar-se-á com o primeiro estatuto jurídico em 1932. A partir de então há

---

<sup>30</sup> Friedrich Wilhelm Raiffeisen (1818 – 1888), criou cooperativas de crédito agrícola, durante a crise de 1847-48 na Alemanha. Sua experiência visava solucionar os problemas de crédito dos agricultores necessitados de Flammersfeld, para isso, criou uma sociedade de auxílio-mútuo, a qual fundamentava-se no princípio cristão de “amor ao próximo”, ressaltando a importância da formação moral dos seus membros, tinha ainda como princípio o *self-help*, embora aceitasse o auxílio de caráter filantrópico, defendia a não remuneração dos seus dirigentes, a não distribuição do retorno e a organização de um banco central para atender às necessidades das diversas cooperativas de crédito (Pinho, 1976: 124-125).

um florescimento de empresas cooperativas incentivadas pelo Poder Público que as identifica como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas, diferenciando-as de outras formas de associação, como os sindicatos (Pires, 1999 a: 113).

A participação governamental no percurso do cooperativismo brasileiro foi visto por alguns autores, a exemplo de Rech (*apud* Cordeiro, 2001: 32), de forma negativa, na medida em que este destaca a imagem do intervencionismo centralizador do Estado, sendo paternalista na perspectiva de Getúlio Vargas (1930-1945 / 150-1954); brutal e anacrônico a partir de 1964 com a ditadura militar; controlador e centralizador com o monopólio da Organização das Cooperativas Brasileiras em 1971. A interferência Estatal sobre as organizações cooperativas só deixará de ser incisiva<sup>31</sup> com a promulgação da Constituição de 1988 (Bialoskorski *apud* Cordeiro, 2001: 33), quando, de fato, as cooperativas assumem seu caráter de autogestão.

A história do cooperativismo brasileiro é marcada por sua relação com o Estado, como nos apontam alguns autores<sup>32</sup>, e essa inter-relação pode ser percebida, ainda que por vias indiretas, na análise da sua trajetória quando, por exemplo, detectamos que seu desenvolvimento é diferenciado entre as regiões, sendo mais forte e representativo nas regiões Sul e Sudeste. Pires (1999 a: 113) assinala que *“apesar de submetido a determinações de ordem geral, razões de ordem política, econômica e social contribuíram*

---

<sup>31</sup> O caráter de intervenção incisiva do governo sobre as cooperativas durante esse período é observado quando por exemplo, a reforma tributária empreendida entre 1966 e 1967 reduziu os benefícios fiscais ocasionando um “pandemônio” nas empresas ; várias fecharam, outras se enfraqueceram ou se reestruturaram. Tem-se ainda, como exemplo, a Lei 5.764/71 que impôs uma estrutura muito rígida na organização das cooperativas e consagrou o sistema tutelar do Estado, na medida em que a abertura de novas empresas cooperativas dependeria da autorização de órgãos públicos, bem como a sua fiscalização caberia a este (Cordeiro, 2001: 33).

<sup>32</sup> Além dos autores mencionados no texto também destacamos Pinho (1976: 35) para quem *“os Poderes Públicos da União e dos Estados passaram a estimular o Cooperativismo como solução a problemas da produção agropecuária, da comercialização e do consumo”*.

*para sedimentar uma distribuição desigual da presença e do peso econômico do cooperativismo no país*”. Essa diferenciação tem por base a influência dos imigrantes lá instalados (região Sul e Sudeste) e as diversas políticas agrárias (incluindo os privilégios fiscais e creditícios) voltadas para as culturas de exportação, dinamizando as atividades agrícolas nestas regiões, bem como a estruturação do seu cooperativismo competitivo. Assim sendo, pode-se ler o surgimento do cooperativismo no Brasil como uma forma de adequação aos interesses das elites políticas e agrárias, sendo não um movimento de conquista social, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal, desvirtuando-se dos objetivos perseguidos pelos criadores históricos das empresas de tipo cooperativista.

A diferenciação regional no desenvolvimento e consolidação de empresas cooperativistas ainda é mantida na atualidade. Fazemos esta consideração partindo da observação de que embora existam empresas que estão sendo chamadas de falsas cooperativas no Sul e Sudeste, nestas regiões já se apresentam movimentos de reações contra elas, tais como Ação Civil Pública junto ao Ministério Público, à Justiça do Trabalho denunciando a criação e funcionamento de cooperativas de trabalho que têm por finalidade fraudar a legislação trabalhista, exemplos de tais ações encontram-se no Tribunal Regional do Trabalho – 3ª Região Belo Horizonte/MG<sup>33</sup>, Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho - 15ª Região de Campinas/SP<sup>34</sup>, Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região Florianópolis/SC<sup>35</sup>. O mesmo não se verifica, pelo menos com tanta intensidade, em se tratando da região Nordeste, com isso pode-se especular a falta de

---

<sup>33</sup> Silva Filho (2002: 112 – 122).

<sup>34</sup> Divisão de Informática-PRT15ª Região última atualização: 23/10/1997.

<sup>35</sup> ACÓRDÃO-1ªT-Nº 06705 /2001.

informação e conhecimento dos direitos trabalhistas e cíveis dos trabalhadores/associados, bem como a falta de entidades que se interessem em encabeçar tais lutas, a exemplo de federações de trabalhadores, ou mesmo sindicatos ou ainda ONGs.

A partir desta constatação, pode-se deduzir que esse fenômeno de abrangência nacional tenderá a se perdurar mais no nordeste, onde as reações ainda não se tornaram freqüentes, vitimando trabalhadores à precarização. Embora não possamos esquecer que tal situação mesmo precarizadora é vista por esses trabalhadores<sup>36</sup> como o meio de obtenção de alguma renda para o sustento de suas famílias, revelando assim, a complexidade do fenômeno, dadas as características do desemprego e pobreza da região.

### **2.3 O cooperativismo hoje**

A prática cooperativa e o pensamento associativista que a fundamenta não chegaram a ser predominantes, segundo Santos & Rodriguez (2002: 34). Desde o final do século XIX, as ciências sociais acusam as empresas cooperativas de serem intrinsecamente instáveis, e que, citando Hist, o associativismo ainda não teria amadurecido a ponto de se converter em uma ideologia coerente, capaz de se confirmar como uma alternativa importante frente ao liberalismo individualista ou capaz de se defender das acusações dirigidas pelas teorias do socialismo centralizador<sup>37</sup>. Apesar disso, o movimento cooperativista apresentou um crescimento considerável quando se observa o número de

---

<sup>36</sup> Fazemos essa afirmação com base nas entrevistas, que serão apresentadas no quarto capítulo.

<sup>37</sup> As teorias do socialismo centralizado acusam o cooperativismo de não se constituir enquanto uma alternativa de fato emancipatória ao capitalismo na medida em que está inserido nele, embora tenha como objetivo defender uma economia de mercado pautada nos princípios da cooperação e mutualidade. Outra acusação que recai sobre a empresa cooperativista é que esta tende a fracassar na medida em que sua estrutura democrática retarda a tomada de decisões quando comparada a uma empresa capitalista e atrapalha na obtenção de recursos financeiros necessários para sua expansão, na medida em que os possíveis investidores desejam intervir com poder proporcional a sua contribuição (Santos & Rodriguez, 2002: 34).

empresas cooperativas criadas ao longo do século XX<sup>38</sup>. A utilização do cooperativismo em momentos particulares da história recente do mundo ocidental tem sido a prática corrente. O final do século XX e início desse novo milênio têm sido marcados pela retomada do pensamento associativista, bem como de experiências cooperativistas com o objetivo de criar alternativas econômicas, tendo em vista, por um lado, o colapso das economias centralizadas (final da década de 1980 e início da de 90), e por outro, a ascensão do discurso e práticas neoliberais<sup>39</sup>.

Com isso, tem estado em voga, nos estudos e discussões, experiências reais de organizar a produção de forma não capitalista, destacando-se as cooperativas.

### **2.3.1 – A experiência do Mondragón**

Como o marco do surgimento do cooperativismo foi a experiência dos Pioneiros de Rochdale, a experiência do Mondragón tem sido apresentada como o símbolo da viabilidade das cooperativas no momento atual.

As cooperativas operam no campo da produção (com um grupo industrial formado por 86 empresas), distribuição (com um grupo de distribuição que inclui supermercados e cooperativas agropecuárias) e no campo de crédito (com um grupo financeiro que obtém um banco, *La Caja Laboral Popular*), além de atuar nas áreas da educação (que inclui uma universidade), serviços, habitação. O Complexo é fruto da coordenação realizada pela Divisão Empresarial FAGOR e pela própria *Caja Laboral* que exerce também a função de incubadora de novas empresas.

---

<sup>38</sup> Apesar de terem sido criadas em números consideráveis neste período, poucas empresas cooperativas conseguiram manter-se por muito tempo, ou como nos fala Lima citando Hannah e Stirling (2002: 39), “poucas conseguiram sobreviver ao período entre guerras”, com exceção das instaladas na Itália.

<sup>39</sup> Santos & Rodriguez (2002: 35) demonstram o crescimento desse interesse tendo por base a bibliografia produzida sobre esse tema, tanto nos países centrais como nos periféricos.

### Box 1: A experiência do Mondragón<sup>40</sup>

Mondragón, mais precisamente o Complexo Cooperativo Mondragón, localiza-se nos arredores da cidade do mesmo nome, no País Basco espanhol. Sua origem partiu da iniciativa de um padre, D. José María Arizmendiarieta, que ao ser convidado para dar aulas de religião na escola de aprendizes de uma fábrica, sugeriu que a escola fosse aberta para os demais jovens da comunidade. A fábrica recusou a proposta e a partir daí ele iniciou uma campanha entre os moradores da região para arrecadar fundos com o objetivo de abrir uma escola, a Escuela Profesional, hoje Mondragón Eskola Politeknikoa. Com o apoio de 15% da população e o patrocínio de pequenos e médios empresários, em 1943 abriu a escola com 20 alunos.

Para a manutenção da escola foi formada a Liga de Educação e Cultura, composta por patrocinadores que contribuía com cotas mensais, pois a escola não podia receber subvenções estatais da Ação Católica. Com o apoio da Liga, a escola ampliou sua cobertura de ação abrindo novos ciclos de educação abrangendo da formação básica de ensino profissional ao curso universitário em engenharia industrial, por meio de um convênio com a Universidade de Saragoza, no qual os alunos da Politécnica poderiam prosseguir seus estudos na universidade.

A idéia de criação de uma cooperativa de produção industrial surgiu, nas reuniões que o padre mantinha com os alunos. O desenvolvimento do projeto se deu com a participação de cinco ex-alunos já formados no curso superior de engenharia. Estes buscaram o apoio da população local, e com os recursos arrecadados compraram uma fábrica de produtos elétricos e mecânicos que falira. A nova fábrica, chamada de Ulgor, foi fundada em 1956 como uma empresa comum, pertencente aos cinco fundadores, somente em 1959 que ela se constituiu legalmente como cooperativa. A transformação da empresa em empresa cooperativa deu-se com a criação de uma assembléia geral, na qual foram eleitos pelos trabalhadores o gerente executor e os conselheiros (de administração, de direção e o social).

A Ulgor foi a primeira empresa do complexo econômico chamado Mondragón, a partir de então novas cooperativas foram criadas com o objetivo de fornecer os produtos que a Ulgor necessitava. E assim, atualmente o complexo conta com aproximadamente 103 cooperativas e 30.000 trabalhadores, dos quais apenas 10% não são associados.

O sucesso do Mondragón a tornou um modelo para o cooperativismo contemporâneo. As razões do seu êxito são atribuídas, segundo Santos & Rodriguez (2002), à inserção das cooperativas que compõem o grupo em redes de apoio e ao eterno esforço de tornar as cooperativas competitivas também no mercado global; para O'Connor e Kelly, Oakesshott citados por Lima (2002), caberia ao nacionalismo do País Basco o diferencial de Mondragón; e para Kremer (Lima, 2002) tal sucesso seria fruto da restrição do controle operário através da delegação de autoridade e, também, da restrição do tamanho das cooperativas, que se limitam a 500 trabalhadores no máximo.

---

<sup>40</sup> Todas as informações sobre o Complexo Cooperativo Mondragón foram retiradas, principalmente, de Lima (2002) e do livro Mondragón Corporación Cooperativa: "Historia de una Experiencia" (2001), mas também recorremos aos autores Santos & Rodriguez (2002) e Hacker (1998).

O sucesso do Complexo na visão de seus membros (presente no livro sobre a história do MCC) estaria na sua forma de organização produtiva e administrativa, na medida em que elas estão sempre mudando conforme as necessidades do momento,

*“A adaptação ao quadro profundamente mutante tanto no âmbito econômico como no social, político etc, no qual suas atividades são desenvolvidas, é uma necessidade imprescindível não só para sobreviver, mas para progredir na obtenção dos objetivos desejados” (MCC, 2001: 1)<sup>41</sup>.*

Eles reconhecem também que essa forma de conduzir suas atividades acarreta tensões entre o que Pires (1999 a) chamou de prática e projeto,

“Esta linha orientadora da ação tem exigido e exigirá sempre um esforço permanente na busca de equilíbrios, evidentemente instáveis, entre atributos aparentemente paradoxais da realidade empresarial cooperativa, tais como:

- *Eficácia e democracia*
- *O econômico e o social*
- *Igualdade das pessoas e organização hierárquica*
- *Interesse particular (das pessoas e das empresas) e interesse geral*
- *Identificação com o modelo cooperativo e cooperação com outros modelos empresariais.*

*Da tensão inerente a estes paradoxos da cultura empresarial cooperativa e a necessidade de adaptar-se à realidade mutante deriva uma inovação organizativa constante ao largo da história desta experiência, que afeta a cada cooperativa, ao seu conjunto e as relações com o exterior” (MCC, 2001:1)<sup>42</sup>.*

Essa forma de pensar e conduzir as atividade pode ser claramente observada nas três etapas demarcadas por eles de desenvolvimento da história do Complexo: 1955 a 1970, 1970 a 1990, e a partir de 1990.

A primeira de 1955 a 1970, período caracterizado por um grande dinamismo (com a criação de várias cooperativas) aproveitando o crescimento da economia espanhola na década de 50, que ao estar com seu mercado fechado para o exterior, absorvia toda a

---

<sup>41</sup> Tradução nossa.

<sup>42</sup> Tradução nossa.

produção que eles ofertavam ; nesse período a produção era voltada para o mercado interno. A segunda engloba o período de 1970 a 1990, fase marcada pela criação de novas cooperativas e consolidação das existentes, destacando um grande avanço na área de pesquisa com a criação do Centro de Investigações Tecnológico, fase esta, também, de busca de novos mercados, tendo em vista a crise econômica pela qual passou a Espanha nos anos 80, e fase de reestruturação da organização produtiva, tendo em vista a criação da Comunidade Econômica Européia (CE) e a intensificação da globalização da economia, as cooperativas passaram a ser agrupadas setorialmente segundo suas finalidades produtivas, deixando de ser estruturadas em função da proximidade espacial. Esta fase, portanto, foi uma fase de mudanças e adaptações muito intensas, na qual destaca-se o aumento das exportações como um elemento central de superação da crise econômica, destacando-se, ainda, o início da criação de plantas fabris no exterior como México e Tailândia.

A terceira iniciou-se em 1990, com a consolidação da reestruturação da organização produtiva, seguindo a lógica da organização setorial, extinguindo de vez a organização baseada geograficamente. Esta medida encontrou fortes resistências pelo fato de alterar relações pessoais e sociais fortemente arraigadas no decorrer da história do Complexo. Além disso, essa é a etapa do processo que transforma o Grupo Mondragón em Corporação.

Ao observar a trajetória do Complexo Mondragón, percebemos que o seu sucesso é fruto da junção de todos os elementos elencados pelos autores citados, bem como pela sua particular maneira de estar em uma constante adaptação às novas necessidades, contando, ainda, com a perspicácia de seus administradores em antecipar certas medidas que posteriormente mostram-se acertadas, embora, muitas vezes, sejam a princípio motivos de discórdia entre seus membros.

Podemos destacar ainda a política de desenvolvimento local, na qual empresas são criadas para suprir necessidades daquela existente. Esse tipo de atuação parece-nos fundamental para a manutenção das empresas, tendo em vista, o círculo virtuoso de produção, gerando novos postos de trabalho. Entretanto, esse tipo de preocupação está ausente em algumas experiências instaladas no Nordeste brasileiro, a exemplo da cooperativa que é nosso objeto de estudo.

A atração de empresas que possam compor o chamado círculo virtuoso no Nordeste brasileiro parece ser preocupação até o momento só do Estado do Ceará, que tem procurado atrair toda a cadeia produtiva do setor (vestuário), buscando a formação de *clusters* (Lima, 2002 : 53).

#### **2.4 – O surgimento do cooperativismo no Maranhão**

A atividade cooperativista no Maranhão<sup>43</sup> foi promovida pela Igreja Católica.

Dom José Medeiros Delgado, um paraibano, foi nomeado arcebispo de São Luis, em 1951. Seus trabalhos enquanto arcebispo começaram com a fundação, em 1952, da Ação Social Arquidiocesana (ASA) que objetivava orientar os jovens e os homens do campo. Ainda no mesmo ano criou a Missão Intermunicipal Rural Arquidiocesana (MIRA) visando divulgar a educação rural.

A MIRA foi presidida pelo Padre Sidney Castelo Branco Furtado, maranhense, com formação em cooperativismo na Universidade São Francisco Xavier, em Atiogonish-Canadá. Já em setembro de 1952 foi fundada a primeira cooperativa maranhense, a Cooperativa Banco Rural do Maranhão Ltda, contando com 5.000 sócios.

---

<sup>43</sup> Todas as informações sobre a história do cooperativismo maranhense foram obtidas na cartilha “O Cooperativismo Maranhense” elaborada pela OCEMA (1999).

A assembléia de fundação da cooperativa foi realizada no Palácio Arquiepiscopal, sob a presidência do arcebispo Dom José Madeiros Delgado, sendo secretariada pelo cônego Carlos Couto Bacelar e orientada por um técnico do Ministério da Agricultura.

A posse dos eleitos deu-se no salão contíguo à Catedral Metropolitana, contando com a presença de várias autoridades políticas, a exemplo do próprio Governador do Estado, na época, Eugênio Barros.

O cooperativismo no Maranhão encontrava-se em desenvolvimento quando em 1961 assume o Governo do Estado o então Deputado Federal José Sarney, este levou para a Secretaria de Agricultura uma equipe de técnicos jovens que impulsionou a criação de novas cooperativas, principalmente, no segmento rural. Assim foram criadas: Cooperativa de Gado Leiteiro da Ilha de São Luís (COOLEITE), Cooperativa de Leite de Pedreiras (COPELMIRIM), Cooperativa Leiteira de Bacabal (COLEIBA), além das Cooperativas Agrícolas de Rosário, Colinas, Balsas, Pinheiro, Pio XII. Em 1971 foram criadas as Cooperativas de Eletrificação Rural. Embora não se tenha dados exatos, essas cooperativas já foram desativadas<sup>44</sup>.

O movimento cooperativista no Maranhão nasceu atrelado ao Estado e até o momento várias experiências mantêm essa característica. Como exemplo dessa situação atualmente podemos destacar a experiência da Kao – I (mencionada no capítulo anterior) e a própria cooperativa objeto do presente estudo, que embora seja fruto do interesse particular de uma empresa capitalista, ela foi criada no seio do projeto de geração de emprego e renda do governo estadual recebendo seus subsídios e sua ingerência. Cabe ressaltar que apesar desse atrelamento, algumas experiências conseguiram se instalar de

---

<sup>44</sup> As informações obtidas na OCEMA não apresentam consistência documental, apenas informam que foram desativadas, mas sem dados concretos, como datas.

modo desvinculado, a exemplo da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de São Luís Gonzaga e da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco, ambas voltadas para a coleta e beneficiamento do coco babaçu<sup>45</sup>.

A diversidade das formas de apresentação do cooperativismo será o tema trabalhado no capítulo seguinte.

---

<sup>45</sup> Para informações sobre estas cooperativas ver Silva (2001).

### O cooperativismo e o caso das cooperativas de trabalho no debate atual

---

O cooperativismo desperta grandes interesses em momentos de crise econômica e/ou de emprego, como já afirmamos nos capítulos anteriores, e considerando que o momento atual se caracteriza justamente pelo alto índice de desemprego nos países desenvolvidos e em desenvolvimento nada mais normal do que o (re)surgimento de debates e teorizações em torno do cooperativismo. Assim, no presente capítulo procuraremos destacar duas linhas de discussões atuais sobre cooperativismo que enfocam o seu caráter de prática e projeto.

O binômio prática e projeto pode ser visto como gerador de tensão na medida em que enfoca duas naturezas distintas da cooperativa, porém complementares, o seu lado de empresa e o seu ideário emancipatório e solidarista. A partir dessa dicotomia<sup>46</sup> apresentaremos duas tendências de análise do cooperativismo que ressaltam uma das duas naturezas. Pretendemos com isso visualizar a situação do trabalhador/associado nas duas vertentes.

Antes de entrarmos na apresentação propriamente dita de cada uma das tendências de análise, faremos uma contextualização do momento histórico no qual estão inseridas as tendências, pois acreditamos que tal contextualização nos ajuda a entender o posicionamento de cada vertente. Cabe frisar que a contextualização dar-se-á com base no marco analítico, digo, globalização, trabalho, reestruturação produtiva, terceirização e solidariedade.

---

<sup>46</sup> A dicotomia é remarcada aqui para efeito metodológico, pois somos cientes da necessidade de uma articulação entre as duas esferas para a viabilidade do empreendimento.

### **3.1 A globalização e suas conseqüências, especialmente sobre o mundo do trabalho**

Desde os anos de 1970, segundo Mattoso (1998), mudanças significativas ocorreram no sentido de ultrapassar as fronteiras internacionais e de acentuar o processo de internacionalização do capital.

Esse processo de expansão do capitalismo denominado usualmente de globalização é muitas vezes adjetivado de capitalista ou neoliberal ou é chamado ainda de mundialização do capital<sup>47</sup> (Chesnais, 1996), com o intuito de demarcar as suas particularidades, conseqüências e alternativas, rompendo assim, com a idéia de uma globalização de mão única, inevitável e irreversível, rompendo, em última instância, com a noção de *fim da história e das utopias*.

A globalização neoliberal é, segundo Santos (2002: 14), a forma dominante e hegemônica da globalização, porém não é a única forma. A globalização neoliberal

*“Corresponde a um novo regime de acumulação do capital, que visa, por um lado, dessocializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado”.*

Para Chesnais (1996: 13), a globalização, ou melhor, a mundialização do capital

*“Está-se designando bem mais do que outra etapa no processo de internacionalização, na verdade seria uma nova configuração do capitalismo mundial e nos mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação”.*

Dessa forma, a globalização neoliberal elegendo o mercado como o agente regulador e ordenador da sociedade, pretende reduzir o poder do Estado no que lhe for conveniente, isto é, reduzir a intervenção estatal na reprodução da força de trabalho e na

---

<sup>47</sup> Globalização é um termo mais de cunho anglo-americano, enquanto que os franceses, como Chesnais (1996) preferem empregar a terminologia de mundialização do capital.

sua proteção frente à exploração capitalista. Proteção esta conquistada paulatinamente pelos trabalhadores através de sangrentos movimentos operários que ocorreram desde o final do século XIX e de um tipo de resposta da direita esclarecida aos prognósticos de Marx sobre a inexorabilidade da revolução proletária engendrada no bojo da insuperável contradição do capitalismo: a socialização na produção de riquezas e a apropriação privada das mesmas por parte dos proprietários dos meios de produção, como nos sugere Lima (2002).

A redução do estado de bem-estar social na Europa Ocidental e do *new deal* norte americano deu-se com a crise do modelo econômico do pós-guerra que levou o mundo capitalista na década de 1970 a uma longa e profunda recessão. A crise econômica que pôs fim a este período chamado de *fordista*<sup>48</sup> foi fruto de uma conjunção de fatores, tais como a “*elevação do preço do petróleo em 1973; o esgotamento de mercados consumidores; a crise fiscal nos países centrais ameaçados com a transferência de indústrias para países com mão-de-obra mais barata e a industrialização de partes da periferia*” (Lima, 2002:19).

Segundo Anderson (1995), a Inglaterra foi o primeiro país capitalista avançado que publicamente empenhou-se em adotar o programa neoliberal<sup>49</sup> em 1979 e foi também o que mais se aproximou do modelo puro. No ano seguinte, com a vitória dos conservadores,

---

<sup>48</sup> O período foi chamado de fordista pela predominância do método de trabalho elaborado por Henry Ford, no começo do século, que visou a suplantação da produção artesanal, introduzindo a produção em massa, ou seja, a produção em grande escala, a princípio na indústria automobilística. Para tal, Ford fundiu seu método com a doutrina da organização científica do trabalho sistematizada por Frederick Taylor, e juntos conseguiram a eliminação dos tempos mortos no processo de trabalho, através da separação entre trabalho intelectual (reservado aos diretores e gerentes) e trabalho manual (realizado pelos trabalhadores no chão da fábrica) que foi parcelado em tarefas, as quais eram executadas por um trabalhador específico. Assim, foi imposta uma nova ética, um novo padrão de conduta aos trabalhadores em busca do aumento do volume da produção a custos baixos. Para uma análise mais detalhada BRAVERMAN (1997).

<sup>49</sup> O programa neoliberal foi idealizado por Friedrich Hayek, logo após a Segunda Guerra Mundial, e foi propagandeado por Milton Friedman. Seus propósitos eram : *combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes, e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro, pois o Estado de bem-estar destruiu a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos* (Anderson, 1995 : 10).

foi a vez dos Estados Unidos. Em 1982 foi a Alemanha. Em 1983, foi a Dinamarca e em seguida todos os países do norte da Europa Ocidental, com exceção da Suécia e da Áustria. Cabe ressaltar que, no continente europeu, o neoliberalismo adotado foi mais cauteloso, mantendo ênfase na disciplina orçamentária e nas formas fiscais, sem aplicar reduções drásticas no social. Outra observação importante é que nos países do sul, durante esse período, elegeram-se governos de esquerda (França – Mitterrand, Espanha – Gonzáles, Itália – Craxi, Portugal – Soares), apoiados nos movimentos operários e populares, contrastando com a linha adotada pelos governos de Thatcher, Reagan, Kohl, e os do norte da Europa.

Os governos de esquerda que se apresentaram como uma alternativa progressista ao reacionário neoliberalismo, embora tenham se esforçado para realizar uma política que visasse o social, em primeira instância, como foi o caso da França e da Grécia, acabaram, segundo Anderson (1995), por ceder, já em 1982-83, às pressões do mercado financeiro internacional e reorientaram sua política, priorizando a estabilidade monetária, a contenção do orçamento, as concessões fiscais aos detentores do capital e o abandono do pleno emprego.

A adoção, pelo menos em parte, do programa neoliberal, para Anderson (1995), foi motivada pela vitória do Ocidente sobre o Leste europeu. Tendo em vista que o objetivo último deste, isto é, *“reanimação do capitalismo avançado mundial, restaurando taxas de crescimento estáveis, como existiam antes da crise dos anos 70”*, não foi atingido. Seu êxito limitou-se às questões de combate à inflação, de recuperação dos lucros, de combate ao movimento sindical e do aumento do desemprego (funcional).

O resultado paradoxal entre recuperação dos lucros e a não recuperação dos investimentos, está, segundo Anderson (1995), diretamente relacionado com o tipo de investimento que foi beneficiado pelo programa. Pois, a desregulamentação financeira, item

importante da pauta neoliberal, favoreceu a inversão especulativa em detrimento da produtiva, diminuindo o comércio mundial de mercadorias reais, aumentando as transações puramente monetárias.

Esta análise é corroborada por vários outros autores como Benakouche (1998:10) o qual afirma que a globalização é relativa quanto a uma série de item, nela está inclusa a abertura comercial. Para este autor,

*“As economias da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) têm pequeníssimos graus de abertura”, ele ilustra sua afirmação demonstrando que “o volume das exportações e importações da Grã-Bretanha era, em relação ao PIB, de 4% em 1913, proporção igual a do ano de 1994”.*

Para Chesnais (1996: 211)

*“O papel da liberalização do comércio na mundialização é importante, mas não é aquele celebrado pelos economistas neoclássicos. O comércio liberado teve um papel integrador, à escala de certas partes do sistema internacional, e precisamente nos pólos da Triade<sup>50</sup>. Mas quando se examina a economia mundial como um todo, constata-se, ao contrário, que a liberalização levou a uma notável acentuação de sua polarização, bem como à crescente marginalização de muitos países”.*

Acrescenta ainda que

*“... Nos países avançados, o que predomina são os intercâmbios diretos entre (empresas) filiais... já nos países em desenvolvimento, predominam os fluxos provenientes da matriz e do país de origem desta, para as filiais”. E suas conseqüências são “aumento das importações e déficit comercial dos países em desenvolvimento, redução dos suprimentos locais, acarretando o fechamento de empresas e elevação do desemprego, e enfraquecimento do setor industrial, onde houvera algum desenvolvimento industrializante” (Chesnais, 1996: 228).*

Esse novo padrão de acumulação que foi instaurado, sob o domínio da esfera financeira provocou dentre muitas conseqüências a desorganização do mundo do trabalho (mercado, condições e relações de trabalho), com a ampliação das desigualdades sociais no plano nacional, regional e internacional (Mattoso, 1998: 41).

---

<sup>50</sup> Estados Unidos, Europa e Japão.

O novo padrão, chamado de acumulação flexível, segundo Lima (2002: 19), alterou radicalmente a relação capital x trabalho. As alterações foram possibilitadas pela adoção de inovações tecnológicas (cibernética, biotecnologia, engenharia genética, informática, microeletrônica), em especial as tecnologias informacionais, pautadas nos computadores, chamadas de Terceira Revolução Industrial. Mas também por questões conjunturais, como o abandono das estratégias políticas de pleno emprego e a ausência de políticas que propiciem amplo entendimento entre empregadores e empregados.

A acumulação flexível que é considerada como um novo padrão de acumulação do capital, inspirada no modelo japonês de organização do trabalho, representa, na concepção de Harvey (1994), “um confronto direto com a rigidez do fordismo e com sua produção em massa”. O modelo *fordista* baseado na economia de escala com vistas a um grande mercado, não se adequava ao pequeno tamanho do mercado japonês no imediato pós-guerra. Assim, os administradores japoneses em especial o engenheiro da fábrica automobilística Toyota, Taiichi Ohno, criaram um modelo que conjuga a produção em pequena escala e diversificada e ainda assim a custos baixos. Esse modelo é chamado de japonês ou *toyotismo*. O *toyotismo* tem como elementos fundamentais: a economia de escopo, ou seja, produção em lotes menores e mais diversificação de modelos; as equipes de trabalho (também chamadas por grupos de trabalho ou células de produção) que passaram a ser autônomas para desenvolverem seu programa de trabalho obedecendo à meta fixada pela gerência sob os aspectos da qualidade e quantidade; o *just in time*, isto é, redução de estoque de insumos de reserva, calibrando-o conforme o nível da demanda em cada momento dado e; o *kaban*, diretamente associado ao *just in time*, é um cartaz ou mostrador utilizado por cada equipe para informar àquela que se encontra à sua frente a quantidade de peças trabalhadas dentro de um certo lapso de tempo, eliminando assim o

estoque de peças anteriormente produzidas<sup>51</sup>. Assim, o modelo *toyotista* de organização do trabalho e da produção tem seu fundamento centrado na noção de flexibilidade que se opõe diretamente à rigidez do modelo *fordista*.

Além dessas “inovações”, a organização japonesa instaurou, segundo Gorender (1997), um regime especial de relações da empresa com os trabalhadores e sindicatos. Estas relações também são caracterizadas pela flexibilidade que neste caso, segundo Mattoso (1998: 44), está diretamente vinculada a um conjunto de inseguranças que passou a caracterizar o mundo do trabalho. São elas: a) *insegurança no trabalho ou flexibilidade no trabalho*, identificada pelo desemprego crescente e permanente, que agora atinge não só os trabalhadores mais jovens ou mais velhos sem instrução, mas também os de elevada formação; b) *insegurança do emprego ou flexibilidade do emprego*, visualizada por meio da redução do emprego industrial, estável ou permanente em empresas com direitos sociais garantidos e, por outro lado, do aumento da terceirização, da subcontratação de trabalhadores temporários, em tempo parcial, a domicílio ou independentes como estagiário; c) *insegurança da renda ou flexibilidade da renda*, resultante de um maior distanciamento da relação salário/produktividade e da reestruturação setorial do emprego que promoveu grandes disparidades salariais e desigualdades entre trabalhadores permanentes e periféricos; d) *insegurança da contratação ou flexibilidade da contratação*, observada através do movimento tendencial de negociação e regulação do trabalho de forma individualizada em detrimento de formas coletivas, além da ampliação, como já mencionamos, de formas de contrato por tempo determinado ou parcial, bem como de formas de relações de trabalho sem contrato e; e) *insegurança na representação do trabalho ou flexibilidade na representação do trabalho*, medida por meio da acentuada

---

<sup>51</sup> Para um estudo mais detalhado sobre o toyotismo ver CORIAT (1994). GORENDER (1997).

redução do nível de sindicalização os anos de 1980 e do enfraquecimento de suas práticas de conflito e negociação (Mattoso, 1998: 42).

Essas *inseguranças* agora sinônimas de flexibilidades podem ser lidas enquanto um retrocesso nas relações e condições de trabalho a um período anterior à Segunda Guerra Mundial.

Embora inserido neste contexto (globalização neoliberal, acumulação flexível do capital e suas conseqüências, sobretudo, no mundo do trabalho) um conjunto de iniciativas, movimentos e organizações tem se dedicado a encontrar alternativas a ele, procurando criar por meio de vínculos, redes e alianças locais/globais, novos caminhos para a emancipação social. Dentre as alternativas buscadas encontram-se as cooperativas que

*“Apontam para uma forma de remuneração igualitária dos trabalhadores-proprietários das empresas cooperativas, bem como, para a criação de formas de sociabilidade solidárias baseadas no trabalho colaborativo e na participação democrática na tomada de decisões sobre a empresa”* (Santos & Rodriguez, 2002:29).

As cooperativas de certo são exemplos especiais de formas de produção não capitalista, mas que têm capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo, característica essencial para a viabilidade dessas experiências alternativas, uma vez que estas não são empregadas com a pretensão, pelo menos a curto e médio prazo, de provocar uma revolução nos termos socialistas ou a substituição do capitalismo por um novo sistema de produção, porém podem ser um ponto de partida para uma transformação gradual da economia para formas de produção, intercâmbio e consumo não capitalistas. Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que elas também podem servir como coadjuvantes nesse processo de precarização das relações e condições de trabalho, na medida em que sua regulação é vinculada à legislação de cada país, que por sua vez pode ser trabalhada no sentido de beneficiar a elite, o capital. No Brasil, por exemplo, a mudança nas leis

trabalhistas com a promulgação da Lei 8.949/94, acrescentou o Parágrafo Único ao artigo 442 da CLT, passando a constar que “*qualquer que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviço daquela*”, essa modificação embora tenha sido sugerida pelo “Movimento dos Sem-Terra (MST) e encaminhada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) ao Congresso Nacional, visando beneficiar os trabalhadores assentados em projetos de reforma agrária” (Lima, 1998: 211), possibilitou aos empresários recorrerem à cooperativa como meio de barateamento da produção, na medida em que eles podem contratar os seus serviços sem responsabilidade pelos direitos sociais e encargos trabalhistas.

### **3.2 O cooperativismo e seu caráter de projeto**

O cooperativismo enfatizado por sua natureza de projeto de mudança social tem sido resgatado atualmente pela chamada economia solidária ou social.

Em verdade, a economia social é uma dos numerosos movimentos que procuram combater ou pelo menos amenizar os valores e as práticas (desigualdade de recursos e poder, individualidade e concorrência, exploração descontrolada dos recursos naturais) que constituem o núcleo central do capitalismo, procurando manter a esperança moderna de emancipação social (Santos & Rodriguez, 2002: 23-24).

A economia social difere da “*esfera estatal – guiada por normas impessoais - e da esfera do mercado – guiada pela busca desenfreada do lucro*” (Pires, 1999 a: 48), procurando suprir as demandas pessoais e sociais com base “*numa nova concepção de solidariedade que deixa de ser institucional, burocrática e assistencialista*” (relacionada ao Estado-Providência), para assumir uma “*forma ativa que repousa na idéia de direito à*

*renda e ao trabalho; trabalho entendido a partir de um conceito mais amplo, que extrapola a noção de emprego*<sup>52</sup> e se estende pelas formas mais diversificadas de participação social” (Pires, 1999 a: 106).

Assim, a economia social é uma forma de reinserção da massa dos “sem-trabalho” e dos que sobrevivem precariamente com trabalho incerto na economia (Singer, 1998: 122), através das empresas solidárias que negam a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. Trabalho e capital estão fundidos porque todos os que trabalham são proprietários da empresa e não há proprietário que não trabalhe nela. A propriedade e o poder de decisão da empresa são divididos por igual entre todos os trabalhadores. Sua administração, em geral, é feita por sócios eleitos que devem seguir as diretrizes aprovadas em assembléias gerais ou por conselhos de delegados eleitos por todos trabalhadores. Dessa forma, os atores centrais da empresa solidária são os trabalhadores, que secundariamente são seus proprietários, essa característica está relacionada à sua finalidade básica que é a qualidade e a quantidade do trabalho e não a maximização do lucro (Singer, 2002: 83-84).

Por todas essas características, a cooperativa de produção é a modalidade básica da economia solidária (Singer, 2002: 84). Essas cooperativas como as habitacionais são chamadas cooperativas de “terceira onda” (Bouchard, 1997 *apud* Pires, 1999 a: 48).

As cooperativas de produção e trabalho que privilegiam a esfera do projeto representam, como sugere Ramírez (1998/1999: 82-85), uma forma mais radical de democracia industrial, contribuindo para fortalecer as bases que sustentam o sistema democrático, uma vez que os indivíduos socializados nesta forma de produção,

---

<sup>52</sup> Nota nossa para esclarecer a noção de emprego. Emprego, segundo Singer (1998 : 12), *é o resultado de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado, pagando-o por meio de salário. Este difere da noção de ocupação que compreende toda atividade que proporciona sustento a quem a exerce, assim o emprego assalariado é um tipo de ocupação* (Singer, 1998 : 14).

provavelmente, não se conformarão com um menor grau de participação em outros âmbitos da sociedade civil. Essa visão soma-se à de Pires (1999 a:47-48) quando esta autora menciona que a análise que privilegia os valores democráticos identifica a empresa cooperativa como um fórum de politização de questões mais amplas da sociedade – como desemprego, exclusão social, políticas públicas, desenvolvimento regional, segurança alimentar, a adoção de tecnologias e a sustentabilidade. Seguindo essa lógica, conforme Pires, têm-se as chamadas “cooperativas de solidariedade” ou “cooperativas de serviços”, tendo em vista que estas *destinam-se especialmente à prestação de serviços à domicílio para pessoas idosas e doentes bem como, à inserção de pessoas (desfavorecidas economicamente e incapacitadas física e mentalmente) na atividade produtiva, via capacitação e treinamento.*

Ainda no campo da economia social, encontra-se, segundo Singer (2002: 84), a cooperativa de comercialização, composta por produtores autônomos, individuais ou familiares (camponeses, taxistas, profissionais liberais, artesãos, etc.) que fazem suas compras em comum e, quando cabe, também suas vendas. Há também o “sistema alternativo de cooperativismo” como exemplo de cooperativas que privilegiam a esfera do projeto. Este refere-se ao Sistema cooperativista dos assentados (SCA) criado pelo MST, como uma organização com princípios de ação que se afastam do cooperativismo tradicional<sup>53</sup>, na medida em que é identificado como um instrumento de participação e ressocialização das populações rurais dentro de uma lógica econômica de cooperação, procurando reunir numa ação mais ampla de trabalho coletivizado, grupos de famílias,

---

<sup>53</sup> O cooperativismo tradicional tem como seus representantes as cooperativas financeiras e de produção agrícola. Estas, segundo Pires (1999 a: 52), *servem-se de recursos pouco ortodoxos ao mundo cooperativo e que, pelo seu comportamento agressivo no mercado, mais se assemelham às grandes organizações capitalistas.*

associação de máquinas, grupos de produção (Pires, 1999 a: 49). Para Coutrot (1999: 87), as iniciativas de auto-organização econômica democrática contestam em prática a pretensão do capitalismo de deter o monopólio da racionalidade econômica. Elas tentam instaurar laços verdadeiramente humanos entre os atores econômicos, sem negligenciar a questão da eficácia.

Diante do exposto pode-se pensar que as empresas cooperativas centradas na sua natureza de projeto tendem a minimizar a precarização das relações e condições de trabalho, propiciando ao seu sócio um crescimento enquanto indivíduo e principalmente enquanto ser social.

### **3.3 O cooperativismo e o seu caráter de prática**

É em nome da eficácia diante da acirrada competição entre as empresas numa economia globalizada que algumas cooperativas vêm recorrendo a recursos pouco ortodoxos ao mundo cooperativo para assegurar a sua sobrevivência (Pires, 1999 a: 52).

Os setores financeiro e de produção agrícola são os que concentram uma maior quantidade de experiências de cooperativas que adotaram (adotam) estratégias de gestão bastante semelhantes ao modelo de empresa capitalista. As cooperativas de crédito são empresas de intermediação financeira possuídas pelos depositantes. Elas aplicam os depósitos em empréstimos pessoais aos cooperados por meio de crédito rotativo. As cooperativas de crédito “tendem à formação de associações locais, regionais, nacionais e internacionais impulsionadas pelos ganhos em escala que permitem reduzir custos; pela necessidade de juntar recursos para desenvolver nova tecnologia e difundi-la, além de outros empreendimentos de alto custo e alto risco. Estes impulsos fazem parte do mesmo conjunto de fatores que produz a centralização dos capitais em grandes empresas multinacionais e conglomerados” (Singer, 2002:85).

As cooperativas agrícolas, segundo Pires (1999 a), “precisam adequar sua capacidade produtiva, comercial e financeira para enfrentar a concorrência das grandes empresas”. Esta adequação passa pelo “desenvolvimento de alianças, pelo estabelecimento de fusões e aquisições de empresas, que busquem parceiros e conquistem novos mercados”, revelando assim, o seu interesse por lucros crescentes para a reprodução de sua tecnoestrutura e o aumento da competitividade no mercado de agronegócios dentro do mesmo ideal capitalista (Medeiros, 1998 *apud* Pires, 1999 a: 53). As cooperativas agrícolas que vêm se estruturando dessa forma inserem-se no movimento recentemente criado, denominado de “Nova Geração de Cooperativas” (Martinez & Pires, 1999: 127). Esse movimento surgiu nos estados americanos de Dakota do Norte e Minnesota, com aproximadamente cinquenta cooperativas, no início dos anos de 1990, objetivando o desenvolvimento das suas áreas rurais (Stefanson, Fulton and Harris, 1995 *apud* Martinez & Pires, 1999:127) e apresentam particularidades, como, por exemplo: a obtenção de um maior valor agregado através da transformação e/ou posterior distribuição dos produtos entregues à cooperativa; o controle da qualidade e quantidade dos bens entregues à cooperativa por meio de um contrato ou direitos de entrega, que autoriza a cooperativa a abastecer-se no mercado, caso as exigências não sejam cumpridas pelos sócios; a existência de uma relação direta entre os direitos de entrega dos sócios, o capital social da cooperativa e a delimitação do número de sócios.

As particularidades apresentadas pela nova geração de cooperativas impõem a introdução de novos métodos organizacionais e gerenciais que privilegiem a busca por novos padrões de alocação de recursos, destacando-se a capitalização da empresa via abertura de capitais no mercado (Martínez & Pires, 1999: 127).

A adoção pelas cooperativas de nova geração de comportamento cada vez mais semelhante ao das empresas capitalistas suscita preocupações em torno da preservação dos princípios cooperativos, segundo Martínez & Pires (1999: 130) citando Dijk, *há quem argumente que alguns princípios irão desaparecer enquanto outros tenderão a ser “reinventados”*; porém para as autoras o mais importante na avaliação dessas experiências deve ser o seu resultado no desenvolvimento local, tendo em vista que elas possibilitam aos produtores rurais a inserção em estruturas empreendedoras muito competitivas, gerando ocupação e renda para as populações envolvidas.

Assim como García-Gutiérrez Fernández (*apud* Martínez & Pires, 1999:130) acreditamos que dentro desse contexto mais amplo, que seja mantido e cumprido pelo menos o princípio da gestão democrática por parte dos sócios, respeitando-se, assim, a propriedade coletiva.

Ao analisarmos essas duas tendências atuais de discussão sobre o cooperativismo percebemos que elas apresentam em comum uma preocupação com o desenvolvimento local, procurando fazer um contraponto com o processo de globalização (ou inserir-se nele, como as cooperativas agrícolas), como apropriadamente observou Pires (1999 a: 63).

A vertente que enfatiza no cooperativismo a sua natureza de projeto procura com ele promover o desenvolvimento local com base em sistemas alternativos (ao capitalismo) de produção que se centram na democracia participativa, fortalecendo as coletividades locais, visando a emancipação social.

A vertente que enfatiza no cooperativismo a sua natureza de prática mercantil tende a promover o desenvolvimento local na medida em que possibilita, segundo Pires (1999 a: 63), “a organização dos produtores com vistas à produção e à comercialização dos seus produtos, bem como ao aumento da oferta de trabalho e renda”.

### 3.4 As cooperativas de trabalho no setor de vestuário. Uma dimensão de gênero

O nosso caso particular de estudo escapa dessas duas vertentes, tendo em vista que não se trata de cooperativas rurais que visam o desenvolvimento local, procurando sua inserção no mercado mundial, nem fazem parte das cooperativas solidárias, muito pelo contrário, ele é um exemplar de empresa cooperativa que foi criada com o objetivo de reduzir custos do capitalista por meio da precarização das relações e condições de trabalho, a partir de uma ‘brecha’ legal criada em 1994 na legislação brasileira.

A literatura tem chamado essas experiências de ‘falsas cooperativas’ ou ‘cooperfraudes’. Elas são criadas para atender determinadas empresas, sendo desvinculadas do desenvolvimento industrial local. Este ‘tipo’ de cooperativa aproxima-se, segundo Lima (2000: 264), das *maquiladoras* asiáticas e norte-americanas na América Central e no México<sup>54</sup>.

A aproximação das *maquiladoras* com algumas cooperativas instaladas, principalmente, no Nordeste brasileiro, está no fato dessas cooperativas também servirem de unidades de montagem para empresas específicas, visando um mercado externo (grandes cidades, outros estados brasileiros), utilizando insumos de fora aproveitando do local apenas a mão-de-obra, que em condições “normais” já é barata, com pouca qualificação, sem organização sindical, e na condição de associada torna-se ainda mais flexibilizada reduzindo e muito o chamado “custo Brasil”.

---

<sup>54</sup> As *maquiladoras* são unidades montadoras voltadas para exportação (“fábricas para o mercado mundial” Frobel, Heinrichs y Kreye, 1980 *apud* Carrillo, 1998: 158) criadas em países em desenvolvimento, principalmente em cidades fronteiriças, para aproveitar suas vantagens comparativas com relação à mão-de-obra (baixos salários, direitos trabalhistas limitados ou até mesmo inexistentes, desorganização sindical, etc), tendo em vista que não utilizam insumos locais. Elas surgiram na década de 1960 apresentando grande expansão no final deste decênio na indústria de confecção de roupas, seguida pela indústria eletrônica na década de 1970 e de autopeças na década de 1980 (Carrillo, 1998: 158).

Estas cooperativas de produção passaram a figurar no cenário nordestino como uma alternativa para assegurar o processo de acumulação de capital por parte das empresas centradas em bens de consumo não duráveis, que foram afetadas pela política de abertura do mercado interno às importações, iniciada pelo governo Collor. Essa medida foi tomada sem as devidas considerações às suas conseqüências para o parque fabril brasileiro.

A abertura do mercado interno às importações afetou diretamente o setor fabril. O sucateamento das empresas, com queda da produção industrial, a elevação do desemprego e a liquidação das reservas cambiais, foram suas conseqüências.

O setor têxtil, de modo geral, foi um dos setores que mais sofreu os impactos negativos da política de abertura da economia. Suas importações cresceram à taxa média de 30% a.a. entre 1990 e 1996, enquanto que as exportações apresentaram um acréscimo de 0,6% a.a. no mesmo período. Com isso, este setor foi o primeiro a apresentar um déficit em torno de US\$ 800 milhões na balança comercial brasileira (Gorini & Siqueira, 1997: 143-146). Contudo, esses impactos não foram uniformes, variando conforme o porte e estágio de atualização tecnológica das empresas. A maioria destas, as classificadas como médias, pequenas e micro (empresas intensivas em mão-de-obra e concentradas no setor de confecção), que reunidas somam 89,5% do total das indústrias do setor, não haviam passado por nenhum processo mais acentuado de modernização nas duas últimas décadas do século XX, acabaram sendo as mais atingidas.

As grandes empresas exportadoras chamadas empresas integradas, isto é, que compreendem todo o processo de produção, desde a fiação até o acabamento, que gradativamente vinham reduzindo seus custos de produção e aumentando sua produtividade procuraram adotar medidas que as levassem a atingir o nível de competitividade internacional, visando assegurar o seu mercado externo que estava se restringindo. Com

esse objetivo, essas empresas adotaram medidas como: fusão, incorporação, aumento da capacidade instalada, terceirização, modernização do maquinário e deslocamento regional da planta fabril (Gorini & Siqueira, 1997: 143-146).

Dentre as medidas acima listadas, as referentes ao aspecto da terceirização<sup>55</sup> e deslocamento regional das plantas fabris, antes situadas em regiões de maior tradição fabril e sindical para áreas rurais do nordeste brasileiro, foram as que mais marcaram o processo de reestruturação produtiva do setor têxtil, proporcionando a recuperação da sua capacidade produtiva, como nos mostram os dados na tabela abaixo referentes ao setor têxtil no Nordeste brasileiro (RAIS, Estatísticas de 1998 a 2000; Área geográfica: Região Nordeste, 2002<sup>56</sup>).

**Tabela 1: Número de empregos existentes em 31/12, nos estabelecimentos com vínculos empregatícios no setor têxtil, segundo o gênero**

	1998	1999	2000
<b>Total</b>	100.769	108.597	120.159
<b>Masculino</b>	46.615	48.624	53.849
<b>Feminino</b>	54.154	59.973	66.310

Fonte: RAIS (Anuário Estatístico, 2002)

---

<sup>55</sup> Terceirização é uma forma de gestão, na qual transfere-se para firmas “terceiras” tarefas anteriormente realizadas pelas empresas principais, sendo um tipo de subcontratação (Ramalho, 1997: 88). No trabalho ora apresentado, adotaremos um conceito mais específico de terceirização, cunhado por Abreu e Sorj, chamado de “terceirização por contingência”, que se refere à transferência dos “custos de energia, equipamento e espaço para o trabalhador, ficando a força de trabalho, para a empresa contratante, isenta de ônus da legislação trabalhista, tendo em vista que esse ônus é assumido pela empresa subcontratada (1994: 64-65).

<sup>56</sup> Cabe registrar que os dados disponibilizados pela RAIS nos parecem um tanto quanto insuficientes para uma análise do fenômeno mais detalhada.

Os dados nos apontam que: houve um crescimento de 19,24% no número de empregos no setor entre 1998 e 2000; e que os empregos existentes eram ocupados predominantemente pelas mulheres. Estas ocupavam em 1998 53,74% das vagas no setor, enquanto que os homens ocupavam 46,25%. Em 1999 as mulheres aumentaram seu percentual para 55,22%, enquanto os homens diminuíram para 44,77%, embora tenham aumentado em números absolutos (2.009), mas as mulheres aumentaram ainda mais (5.819). Em 2000 o percentual da mão-de-obra feminina ficou em 55,18%, enquanto que a masculina foi para 44,81%.

Nesse segmento industrial, o processo de reestruturação adotado baseou-se, com maior frequência, numa prática específica de terceirização seguindo a lógica da precarização das relações de trabalho; as chamadas cooperativas de produção, que acabaram assumindo esse papel, devido, como já mencionamos anteriormente, à ‘brecha’ legal aberta na legislação brasileira, as cooperativas surgem de uma parceria entre órgãos patronais, empresariais e governos federal, estaduais e municipais que possuem uma política oficial de atração dessas novas formas de indústrias para, principalmente, as pequenas cidades do interior desprovidas de atividade industrial.

Essas cooperativas não são concebidas a partir dos próprios trabalhadores, suas gerências acabam ficando a cargo dos funcionários da empresa que as conceberam, pois seu objetivo final é “atender às demandas de empresas específicas”. Dessa forma, o trabalho dos cooperados só difere dos trabalhadores assalariados no que se refere à ausência dos direitos formais constantes na legislação trabalhista<sup>57</sup> (Lima, 1998: 213).

Assim, estas cooperativas surgem não como uma alternativa do trabalhador frente ao capital, mas para otimizar este último. Dessa forma elas fogem do seu princípio

---

<sup>57</sup> Abreu e Sorj (1994) já nos chamavam atenção para esse problema quando apontam, na terceirização por contingência que a relação de dependência que se estabelece entre a parte contratada e a contratante “transforma o trabalho subcontratado num tipo fortemente ambíguo de ocupação, reunindo ao mesmo tempo certas marcas características da relação assalariada, com a imposição do que e quanto produzir, e outras típicas do trabalho autônomo, como negociação de preços, realização do trabalho fora do controle direto do contratante”, etc (p. 64-65).

primeiro<sup>58</sup>, e parafraseando Lima (1998 : 212), são polêmicas, pois têm agrupado trabalhadores rurais e industriais, que passaram a vender serviços para agro-indústrias e fábricas, sem a devida clareza sobre a diferenciação entre trabalho cooperativado<sup>59</sup> e trabalho assalariado<sup>60</sup>, entre autonomia e subordinação.

Porém, devemos mencionar que a criação desses empreendimentos nessas localidades provocou impactos significativos, uma vez que tais municípios têm suas histórias marcadas por ausência de empreendimentos industriais, centrando sua geração de renda no setor público (empregos na prefeitura e em alguns órgãos estaduais que possuam departamentos locais) e na atividade agrícola<sup>61</sup>.

Além disso, considerando-se a pequena oferta de postos de trabalho na cidade para o contingente de mão-de-obra disponível, a instalação das cooperativas pode, pelo menos em curto prazo, vir a contribuir positivamente para com a região na qual são

---

<sup>58</sup> O cooperativismo como fruto do movimento operário tem como princípio primeiro basicamente três características: a “associação de pessoas e não de capital (propriedade cooperativa), a gestão cooperativa na qual a assembléia de associados é que detém o poder de decisão e a repartição cooperativa que se pauta na distribuição das sobras financeiras entre os associados considerando a sua participação nas operações da mesma e não baseada na proporção de títulos de capital social (Rios, 1989: 13-15).

<sup>59</sup> Trabalho cooperado dá-se a partir de uma adesão voluntária e livre à cooperativa que deve possuir uma gestão democrática na qual cada membro deve votar para decidir os objetivos e metas, a participação econômica, bem como a divisão dos lucros devem ser igualitários, a autonomia da cooperativa deve ser garantida em todos os acordos firmados com terceiros, além de conter princípios de ordem ética, social e educacional (Lima, 1998: 212-213).

<sup>60</sup> Trabalho assalariado dá-se numa “*relação desigual de compra e venda da mercadoria força de trabalho, tendo como pressuposto a subordinação desta ao capital, assim como a apropriação privada dos resultados do trabalho*” (Lima, 1998: 212).

<sup>61</sup> Esta observação está presente nos trabalhos já realizados sobre cooperativas no nordeste brasileiro, caso dos estudos de Lima (1997, 1998, 200, 2001) e do nosso realizado em 1999 na cidade de Lima Campos/MA, no qual detectamos que, segundo os dados do censo demográfico do IBGE de 1970, isto é, aproximadamente 10 anos após a emancipação do município, sua população se concentrava na zona rural (76,2%) e a atividade econômica que mais ocupava a mão-de-obra disponível era a agrícola (77,3% da masculina e 6,4% da feminina) enquanto que as outras atividades reunidas (industrial, prestação de serviços, administração pública e comércio) só respondiam por 3,4% e 0,9% respectivamente. Esta configuração não se alterou mesmo com o acentuado processo de concentração fundiária ocorrido no período de 1970 a 1996 que provocou uma redução nos percentuais da zona rural (52%) e uma elevação nos da zona urbana (48%), mas esta última continuou concentrando menos pessoas, segundo dados do censo demográfico de 1996.

instaladas, pois “*incluem no mercado uma população tradicionalmente excluída*” (Lima, 1998: 213), gerando efeitos como o reaquecimento do comércio local.

Outra repercussão observada refere-se ao emprego majoritário de mulheres nessas unidades industriais, na cooperativa instalada no município de Lima Campos, por exemplo, 80% dos sócios são do sexo feminino, o que pode marcar uma profunda transformação na relação entre homens e mulheres nessas sociedades com traços fortemente patriarcais, nas quais as atividades das mulheres estavam relegadas ao espaço doméstico<sup>62</sup>.

Estas observações só confirmam, como apropriadamente colocou Pires (1999 a : 111), a necessidade de discussões em torno da contribuição do cooperativismo na ampliação do conceito de trabalho enquanto possibilidade de inclusão dos indivíduos na atividade produtiva ou enquanto ampliação de uma arena de debate político inspirada em seus princípios e valores democráticos, uma vez que algumas experiências nordestinas, a exemplo do nosso estudo de caso, apontam para uma contribuição limitada em vários aspectos quando inseridas em determinados contextos.

No capítulo seguinte procuraremos localizar mais detalhes, com base na experiência dos Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos/Maranhão, contextos e práticas das cooperativas de trabalho.

---

<sup>62</sup> Sem contudo esquecer que, as atividades desenvolvidas por elas não fogem ao padrão da divisão social/sexual do trabalho, pois cabem a essas mulheres, principalmente, as tarefas de costurar, de ajudar nas costuras, separar as peças de tecido por cor, funções que “necessitam” de certas habilidades que são socialmente determinadas como femininas, ficando a cargo dos homens a parte de mecânica (conserto das máquinas, etc), por exemplo.

### **A cooperativa de trabalho e o desenvolvimento local: o caso dos Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos**

---

Visando a redução do chamado “custo Brasil” algumas plantas industriais originárias de outras regiões brasileiras, particularmente Sul e Sudeste, vêm instalando suas unidades em algumas cidades do interior nordestino que apresentam carência de postos de trabalho e abundância de mão-de-obra (desqualificada e inexperiente em trabalho fabril), como vimos nos capítulos anteriores. Para esses empresários, principalmente do setor de vestuário<sup>63</sup>, as precárias condições de emprego dessas cidades nordestinas lhes oferecem oportunidades de pagar pisos salariais baixos, sem pressão de organização sindical, nem a presença efetiva de órgãos públicos de defesa dos trabalhadores, como DRT e Tribunal Regional do Trabalho (TRT). Somando-se a estas vantagens (para os empresários) encontram-se os incentivos fiscais dados pelos governos locais e a possibilidade de terceirização de parte da produção em cooperativas de trabalho que liberam os empresários dos encargos sociais.

Com isso, viu-se explodir a criação de cooperativas de trabalho em várias cidades nordestinas<sup>64</sup>, sendo o Ceará o Estado pioneiro. No Maranhão a experiência dos Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos, nos oferece a possibilidade de através de um estudo de caso, analisar detalhes e meandros desse processo de multiplicação do número de cooperativas semelhantes no Nordeste.

---

<sup>63</sup> Este setore utiliza largamente o trabalho intensivo na fase de acabamento de seus produtos, considerado o gargalo da produção (Lima, 1998 : 217).

<sup>64</sup> Para a obtenção de informações mais detalhadas sobre estas cooperativas ver Lima (1997, 1998, 2000 e 2002) e Moreira (1997 a ; 1997 b).

#### **4.1 O município e a cooperativa**

A caracterização do município é importante, para podermos analisar com mais profundidade o fenômeno dessas cooperativas de trabalho, e as particularidades que determinam a instalação destas num lugar e não em outro.

O município de Lima Campos tem sua história associada à seca que assolou o nordeste brasileiro na década de 1930. A sua história teve início quando um grande fazendeiro do Rio Grande do Norte solicitou ao Interventor do Maranhão uma área em que pudesse assentar seus colonos, que se encontravam em situação de calamidade devido à seca de 1932. O Prefeito de Pedreiras ao saber do ocorrido prontificou-se a conseguir uma área em seu município e, assim, comprou as terras da fazenda Santa Amália, oferecendo-as para a instalação da Colônia. Ainda em 1932, chegou a primeira leva de imigrantes norriograndenses. Estes receberam lotes de 25 hectares, iniciando-se a Colônia Lima Campos, cujo crescimento esteve associado à atividade agrícola de arroz e café, principalmente. Em 1961 Lima Campos conseguiu sua emancipação de Pedreiras, ocupando atualmente uma área total de 343,91 Km (IBGE, 1997).

O censo demográfico, realizado pelo IBGE, em 1970, isto é, há aproximadamente 10 anos após a emancipação do município, a contagem populacional de 1996, período de instalação da fábrica que se tornou a empresa-mãe e o último censo realizado em 2000, período em que a cooperativa já se encontrava em atividade, revelam uma profunda transformação na situação de domicílio da população do município, como nos mostra a tabela 1:

**Tabela 2: Distribuição populacional, segundo situação do domicílio em 1970, 1996 e 2000.**

	<b>1970</b>	<b>1996</b>	<b>2000</b>
<b>Total</b>	10.639	13.174	10.749
<b>Zona urbana</b>	2.528	6.318	6.128
<b>Zona rural</b>	8.111	6.856	4.621

Fonte: IBGE (1970, 1996 e 2000).

Segundo os dados do IBGE, de 1970 para 1996 houve um aumento populacional de 23,82%, já de 1996 para 2000 houve um movimento contrário, isto é, uma redução de 18,40%. Além da redução populacional quando comparados os dois últimos censos, observamos também que houve um discreto aumento entre 1970 e 2000, este em números absolutos foi de 110 pessoas, ou seja, 1,03%. Para entendermos esse movimento procuramos analisar o deslocamento das pessoas para outro município ou país em busca de trabalho ou estudo<sup>65</sup>. Os dados referentes a esse movimento não são suficientes para explicar tal fenômeno, uma vez que revelaram um deslocamento de apenas 94 pessoas, 0,87%<sup>66</sup>.

Os dados revelaram também uma inversão na concentração da população limacampense. A zona rural que em 1970 abrigava 76,23% da população; em 1996 apresentou uma redução de 24,19%, passando a abrigar 52,04%; e em 2000 esse percentual ainda foi menor ficando na casa dos 43%. Enquanto isso, a zona urbana apresentou um aumento de 134,09% entre os censos de 1970 e 1996, e um leve decréscimo de 3% entre 1996 e 2000, resultando num aumento total, considerando os três censos, 131,09%.

---

<sup>65</sup> Categoria trabalhada pelo IBGE.

<sup>66</sup> Cabe mencionar que buscamos dados referentes à mortalidade no município, mas estes ainda não estavam disponibilizados pelo IBGE.

O deslocamento da zona rural, embora bastante significativo entre os anos de 1970 e 2000, foi gradual, pois até o censo de 1996 a zona rural ainda mantinha a maior concentração populacional.

Com o intuito de compreendermos o movimento da população entre a zona urbana e a zona rural, procuramos visualizar como se constituiu a economia do município no período ora trabalhado:

**Tabela 3: População economicamente ativa<sup>67</sup>, segundo situação da atividade nos Censos de 1970 e 2000.**

	<b>1970</b>	<b>2000</b>
<b>Total</b>	3.685	3.828
<b>Atividade rural</b>	3.084	2.478
<b>Atividade urbana<sup>68</sup></b>	164	1.345

Fonte: IBGE.

Ao analisarmos a distribuição da população economicamente ativa, detectamos que as atividades relacionadas ao meio rural (agricultura, exploração florestal, caça, pesca, pecuária, silvicultura) eram as que mais ocupavam a mão-de-obra disponível em 1970 correspondendo a um percentual de 83,69%. Em 2000, embora tenha havido uma redução de 18,96%, o meio rural se manteve como o maior concentrador de mão-de-obra absorvendo 64,73%. Enquanto que a zona urbana em 1970 só ocupava 4,45% dos limacampenses em 2000 houve um acréscimo de 30,68%, passando a absorver 35,13% da população economicamente ativa.

<sup>67</sup> Pessoas de 10 anos ou mais, segundo a classificação do IBGE.

<sup>68</sup> Reunimos sob a denominação de 'atividade urbana' as atividades desenvolvidas na indústria de transformação e distribuição de eletricidade, gás e água, na construção, no comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, alojamento e alimentação, transporte, armazenagem e comunicação, intermediação financeira, e atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas, administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais, outros serviços coletivos, sociais e pessoais, serviços domésticos.

Os dados ora analisados nos chamaram atenção para o fato de ter praticamente triplicado a concentração populacional na zona urbana e de ter praticamente setuplicado a população ocupada em atividades nesta zona, ainda que a zona rural se mantenha como a maior concentradora da população economicamente ativa. A capacidade da zona rural em ocupar a mão-de-obra disponível pode ter sido reduzida por causa da acentuação do processo de concentração de terras no município, como nos mostra a tabela a seguir:

**Tabela 4 : Estrutura fundiária de Lima Campos em 1970 e 1996**

1970		1996	
Hectares	Estabelecimento	Hectares	Estabelacimento
2.732	1.554	1.921	1.187
6.649	210	11.191	347
8.709	37	9.147	47
8.211	4	5.518	1

Fonte: IBGE (1970, 1996)

Quando afunilamos a análise na zona urbana com o objetivo de percebermos a importância da cooperativa na geração de emprego e renda no município, descobrimos que a seção de atividade na qual está inserida, isto é, indústria de transformação (confecção de artigos do vestuário e acessórios), absorve 17,39% da mão-de-obra, sendo os serviços da administração pública (educação 123 pessoas, administração pública, defesa e seguridade social 197) o maior empregador, correspondendo com 23,79%, seguido do comércio e reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos, os quais correspondem com 20%.

O setor público ainda é o maior empregador embora a cooperativa tenha sido criada sob o argumento de gerar 600 postos de trabalho diretos, como nos falam, respectivamente, o proprietário da empresa-mãe e o diretor administrativo da cooperativa:

*“... O projeto aqui é pra 100 mil calças/mês, emprego pra 600 pessoas em Lima Campos”.*

*“... A expectativa antes de começar pra grande maioria era de ser muito bom, porque no início do projeto era pra emprego, pra gerar emprego pra 600 pessoas... expectativa de gerar 600 empregos diretos e vários outros indiretos, era uma expectativa muito boa, tanto pros que estavam aqui dentro como pros comerciantes e outras pessoas também por que poderia gerar empregos indiretos”.*

Os 600 postos de trabalho nunca foram preenchidos, segundo o diretor administrativo “... no início eu acho que não chegamos ao número de 600, mas nos aproximamos muito”, atualmente a cooperativa conta com menos de 200 associados, aproximadamente 14 pessoas por associação, segundo a diretora geral.

Outro dado importante sobre a população economicamente ativa do município em 2000 refere-se à questão de gênero. Do universo de 3.828, os homens contabilizam um total de 2.590 enquanto que as mulheres somam em 1.238. Assim, 67,67% da população economicamente ativa são homens enquanto que 32,34% são mulheres. Esse dado comparado ao da composição de pessoal da cooperativa revela a importância desta para a ocupação da mão-de-obra feminina, tendo em vista que 80% do quadro de associados é composto por mulheres.

Dados referentes à remuneração nos mostram que o valor médio dos rendimentos mensais no município é de R\$ 183,92 (cento e oitenta e três reais e noventa e dois centavos), os homens recebem em média R\$ 199,21 (cento e noventa e nove reais e vinte e um centavos) e as mulheres recebem R\$ 161,33 (cento e sessenta e um reais e trinta e três centavos)<sup>69</sup>. Na cooperativa as sobras a serem rateadas entre os associados (costureiras e ajudantes de costura) nunca atingiram o equivalente ao salário mínimo, nem mesmo chegou à média mensal do município, segundo a fala das costureiras e da diretora geral, a seguir:

*“Pra falar a verdade, eu sou costureira, eu nunca cheguei a receber um salário por mês, o máximo é assim R\$ 120,00; R\$ 130,00; R\$ 140,00, quando a produção é boa” (costureira).*

---

<sup>69</sup> Dados obtidos no Censo Demográfico 2000, IBGE.

*“Não é um salário, assim mês passado eu tirei R\$ 136,00” (costureira).*

*“Quando a gente produz melhor a média é em torno de R\$ 150,00 (reais); R\$ 130,00 por aí” (diretora geral).*

Apesar da remuneração ser muito baixa, estando por volta de 80% da renda média mensal no município, no caso das mulheres, que por sua vez corresponde, aproximadamente 60% do salário mínimo nacional, o proprietário da empresa-mãe aponta crescimento econômico a partir da criação de lojas,

*“Da IN-VEST pra cá Lima Campos mudou, não tinha uma loja de móveis, não tinha nada, hoje tem várias pequenas lojas, você vê a cidade crescendo em termos de construção. Olha até isso mudou, hoje as meninas aqui casam por amor porque elas têm o salário delas, se o marido for bater pensa duas vezes antes de maltratar, a gente via muito aqui meninas se prostituindo pra beber uma cerveja, hoje elas podem pagar” (proprietário da empresa-mãe).*

Para os comerciantes locais houve um incremento comercial após a criação da IN-VEST, no gênero de alimentos alguns produtos como iogurte e leite em pó passaram a ser consumidos com mais frequência, mas desde a instalação da cooperativa tem havido uma redução no consumo desses “supérfluos”. Outro dado colocado pelos comerciantes refere-se ao aumento do número de bicicletas rodando pela cidade, a loja chegou a vender 10 bicicletas em um único dia, fato inédito no município.

Cabe ressaltar que há uma regra<sup>70</sup> no rateio que diferencia cada atividade: a administração, por exemplo, chega a receber R\$ 370,00 (trezentos e setenta reais), os mecânicos também estão inclusos nessa média.

A população economicamente ativa no município concentra-se na faixa etária dos 10 aos 39 anos que reunidos atinge 51,48% do total da população, como mostra a tabela:

---

<sup>70</sup> O rateio se dá com base no número de horas trabalhadas vezes o ponto da cada atividade. A tabela dos pontos está no anexo 4.

**Tabela 5: População residente em Lima Campos por grupos de idade**

Total/%	0 a 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 anos ou mais
10.749	1.084	1.198	2.703	1.543	1.289	1.023	789	1.120
100%	10,08	11,14	25,14	14,35	11,99	9,51	7,34	10,41

Fonte: IBGE (2000).

Na cooperativa, a faixa etária predominante segue a linha do município, mas concentra-se mesmo na faixa entre 15 e 33 anos<sup>71</sup>, segundo o proprietário da empresa- mãe, a idade não foi critério para seleção no recrutamento, aceitaram pessoas “*de até 35 anos*”. Também não foi considerado, para efeito de recrutamento, o nível de escolaridade<sup>72</sup>. O município apresenta baixo nível de escolaridade das pessoas de 10 anos ou mais de idade: o grupo de pessoas sem instrução e menos de 01 ano de estudo concentra 31,67%; o grupo de 1 a 3 anos absorve 29,67%; de 4 a 7 anos fica com 25,29%; de 8 a 10 anos 6,85%; de 11 a 14 anos 5,01 e; de 15 anos ou mais 0,12%. Os dados nos mostram que 61,34% das pessoas com 10 anos ou mais não concluíram o ensino fundamental I (até quarta série), e 86,63% não chegaram a concluir o ensino fundamental II (de quinta a oitava série).

O cenário apresentado pelo município, como podemos observar acima, congrega todos os elementos “requeridos”, segundo analisamos nos capítulos anteriores, para a instalação de cooperativas de trabalho que executarão tarefas terceirizadas por empresas-mães, como indicado nos capítulos iniciais.

#### **4.2 A cooperativa e a participação dos seus sócios**

Os Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos surgiram, como vimos no primeiro capítulo, do processo de terceirização da fábrica IN-VEST que foi

<sup>71</sup> Cabe ressaltar que os homens estão na faixa entre 20 a 30 anos.

<sup>72</sup> Tendo em vista que para esse tipo de produção não é necessária alta escolaridade.

transferida de São Paulo para Lima Campos em busca do barateamento dos custos da produção. A criação da cooperativa foi o segundo momento do processo de reestruturação da fábrica que se encontrava em pleno crescimento econômico,

*“... Nós íamos ampliar porque ele (projeto da fábrica) tava dando muito certo, era uma fábrica que tava dando certo, nós tínhamos uma produtividade melhor do que a de São Paulo, então nós resolvemos ampliar a fábrica do Maranhão e até fechar a fábrica de São Paulo, como foi feito na época”* (proprietário da empresa-mãe).

As particularidades desta cooperativa já começam a aparecer desde o início, na medida em que o fator propulsor da sua criação foi uma situação de prosperidade de uma empresa privada e não de crise ou falência desta. Um dos desdobramentos deste fato é o alheamento dos “beneficiados”, estes (os associados) não participaram da idealização nem da construção do projeto e até hoje eles são mantidos nesta situação, embora haja “crítica” na fala da direção da empresa-mãe com relação a este comportamento,

*“O Donato fez, a governadora veio e fez, ninguém, não houve aquele envolvimento, eles (os sócios) não conquistaram, caiu do céu, esse é um diferencial que eles não conseguem ver, lá não (comparando com uma cooperativa de outro município), lá cada um participou desde a montagem, e o viu crescer e discutiram e se empolgam de falar, e tudo mais, esse é coisa que aqui não tem”*.

A alienação à cooperativa e ao sistema cooperativo é unânime entre os sócios, como demonstram as falas a seguir:

*“Como surgiu na cidade a história dos grupos eu não estou lembrada, mas acho que partiu deles mesmo (os dirigentes da IN-VEST) virar cooperativa, pra gente virar grupos, porque depois daí da IN-VEST foi feito os grupos foi todo mundo pra lá, foi veio a associação pra fazer os 15 galpão. A gente teve informação que a gente ia virar cooperativa, associação, só que muitas vezes eu mesmo o pessoal vai falar eu não entendo”* (costureira e secretária de uma associação).

*“O fim da IN-VEST que eu me lembro, é o negócio dos grupos, eles pegaram falaram que era melhor pra gente os grupos que produção era melhor, aí eles arrumaram lá o negócio dos grupos lá”* (revisonista).

A falta de conhecimento sobre o sistema cooperativo tem gerado várias conseqüências para este grupo, que decretara uma greve logo no início do projeto, caso mencionado no primeiro capítulo.

#### **4.2.1 A greve e suas conseqüências**

A greve foi desencadeada pelo descontentamento dos associados pertencentes ao grupo maior<sup>73</sup> agravado pela falta de recebimento da bolsa-treinamento prometida pelo governo estadual enquanto durasse a fase de capacitação. Sem a bolsa-treinamento, nem o recebimento da remuneração pelas peças produzidas, como acontecia com grupo menor dos sócios, além da falta de conhecimentos sobre o sistema cooperativo, gerou-se uma tensão no grupo maior com o desencadeamento da greve.

A situação na qual uns não recebiam remuneração enquanto outros recebiam o pagamento pela produção realizada foi lida pelos primeiros como “estar trabalhando de graça” e, a partir daí, o grupo maior resolveu parar o treinamento exigindo do proprietário da empresa-mãe a imediata ativação do pagamento sob ameaça de destruição das máquinas.

A greve foi interpretada pelos atores envolvidos de acordo com a posição ocupada na hierarquia da cooperativa.

A direção diz não entender os motivos da greve, visto que a reivindicação de pagamento de salário não cabia, uma vez que eles eram cooperativados e não funcionários da empresa-mãe, além do mais eles estavam em período de treinamento “se não estavam recebendo nada, também não estavam pagando nada por sua capacitação”, sem contar que as peças produzidas, que foram aproveitadas, estavam sendo negociadas, só faltava o dinheiro ser repassado para a cooperativa para que fosse rateado, assim, teria havido uma precipitação do “grupo grevista”.

---

<sup>73</sup> No período de treinamento as associações foram divididas em dois grupos: o maior, composto por 12, ficou instalado nos galpões construídos para a cooperativa e o grupo menor, composto pelas pessoas já treinadas, permaneceu nas instalações da fábrica IN-VEST.

Os associados que estavam trabalhando nas instalações da empresa-mãe não souberam responder sobre esta questão, só ficaram sabendo que houve a greve, mas não se envolveram, até porque estavam recebendo o acertado com a empresa, uma vez que não precisaram passar pelo período de capacitação. Quanto aos participantes do chamado “grupo grevista”, estes afirmam que “estavam trabalhando de graça”, porque mais de 3 mil peças teriam sido entregues à empresa para esta negociar em São Paulo e não havia devolução, logo o dinheiro estaria “nas mãos dele” (o proprietário), enquanto eles (os cooperativados) estavam “passando fome”.

Para a solução do conflito houve o rateamento do dinheiro arrecadado com a venda das peças. Com a greve, algumas particularidades do sistema cooperativo, como a idéia de “não ter patrão”, nem direitos assegurados, foram explicadas aos associados. Entretanto, pouca coisa mudou na forma de ingerência da empresa-mãe na cooperativa, ou na conscientização e participação dos associados que até hoje visualizam o proprietário da fábrica como o responsável pelo empreendimento, como demonstram as falas a seguir:

*“... Mulher, é quase que assim a gente não tem patrão e tem, porque eles dizem assim: isso aqui é de vocês. Só que como é nosso? Se é nosso e a gente faz o que eles querem, tem que fazer o que eles querem”* (costureira e secretária de uma associação).

*“... Na IN-VEST nós tinha um patrão e lá (cooperativa) não tem, eles dizem assim: ah! Vocês são os patrões daqui, mas, no entanto, nós não somos, pra mim eles continuam sendo, até porque Fulano e Sicrano querendo ou não eles mandam até hoje lá, eles mandam, as pessoas só fazem o que eles querem”* (costureira).

A ingerência da empresa-mãe sobre a cooperativa é muito grande, gerando esse tipo de confusão. Este problema foi detectado por Lima (2002: 129) em sua análise sobre os trabalhadores associados em Itapajé (CE), Santa Cruz (RN) e Orobó (PE), os quais

associavam inevitavelmente a cooperativa com a empresa-mãe devido à onipresença desta na organização e controle da produção da cooperativa.

#### 4.2.2 A relação da empresa-mãe com a cooperativa

A relação entre a empresa-mãe e a cooperativa se constitui enquanto uma *cadeia produtiva verticalizada marcada por uma grande assimetria de poder e pela fragilidade da regulação dessa relação* (Díaz, A. 1991; Díaz, A. 1996, *apud* Abramo, 1998:46), sendo a instabilidade e a dependência, sob a alcunha de “parceria,”<sup>74</sup> a característica mais proeminente. Como veremos, a tradicional separação entre concepção e execução típica do *taylorismo-fordismo* caracteriza o processo produtivo da cadeia, sendo a empresa-mãe ou “empresa-cabeça”<sup>75</sup> a responsável pelo *design*, modelagem, corte e negociação com o mercado (etapas que exigem trabalhadores qualificados) enquanto que a cooperativa faz o papel da “empresa-mão” montando as peças. A cooperativa, formada por pessoas inexperientes em trabalho fabril e em gerenciamento, é totalmente dependente da empresa e amarrada a ela pelo contrato de exclusividade firmado entre ambas, no qual consta que somente a empresa pode fornecer o material a ser montado pela cooperativa, ou seja, a ser produzido pela cooperativa e somente à empresa a cooperativa pode entregar a produção, como vimos no primeiro capítulo, estando a todo o momento sob ameaça de falência, vejamos a fala do empresário:

*“essa parceria quando ela foi idealizada eu participei da montagem do estatuto dos grupos, aonde previa uma responsabilidade por parte da empresa-mãe que somos nós, que era de transmitir Know-how, tem lá o pessoal transmitindo know-how, e da parte deles ter ou manter*

---

<sup>74</sup> A parceria estabelecida entre ambas dá-se nos seguintes termos : a empresa entraria com o *know-how* e fornecimento de serviço (peças a serem montadas), a cooperativa entra com a mão-de-obra trabalhando exclusivamente para a empresa, disponibilizando todo o seu recurso de pessoal e maquinário somente para a empresa.

<sup>75</sup> Os termos empresa-cabeça e empresa-mão, citados por Abramo (1998 : 44) foram cunhados por Castillo & Santos, 1993.

*exclusividade conosco no que eles fossem capazes de produzir, esse contrato é um contrato legal, registrado em cartório, mas independente de estar registrado em cartório ou não, há um compromisso moral entre a gente de manter esse pessoal trabalhando” (proprietário da empresa-mãe).*

Embora o empresário em seu discurso fale em compromisso moral ou social, a todo o momento coloca em risco a existência da cooperativa quando ameaça mudar a linha de produção para outro lugar, vejamos:

*“No caso da cooperativa eu posso muito bem pegar meu produto e mudar pra outra fábrica, pra outro estado, não preciso me submeter a isso... a relação que existe entre a empresa e a cooperativa é muito paternalista” (proprietário da empresa-mãe).*

O contrato de exclusividade da cooperativa para com a empresa limita suas opções de trabalho, considerando que a demanda do setor de confecção é muito sazonal, pode-se deduzir que há períodos sem trabalho ou sem serviço, como eles denominam, e, portanto, sem remuneração, uma vez que esta é paga pela produção. É comum passarem vários dias sem ter nenhuma atividade e quando chega alguma encomenda são obrigados a trabalharem dia e noite para entregar o pedido na data exigida.

A dependência da cooperativa provoca nos associados um comportamento subserviente na medida em que qualquer resistência torna-se motivo para a empresa ameaçar “deixá-los a ermo”. A greve, embora não tenha provocado o desligamento da empresa com a cooperativa, “provocou”, segundo o proprietário, a transferência da produção de outras mercadorias para outros lugares, como refletem as falas abaixo:

*“Aquela greve foi um divisor na minha vida até pessoal, na época eu fiquei muito machucado a ponto de interromper um projeto muito bom de paletó, mudei pra outra cidade, mas o meu projeto era fazer tudo aqui só que hoje nós tamos fazendo bermuda no interior de São Paulo, calça feminina em Minas Gerais, tirando os produtos de Lima Campos” (proprietário da empresa-mãe).*

*“Inclusive a pessoa que botava serviço pra nós antes é o mesmo, só que antes, no meu ponto de vista, ele se interessava muito mais pelo projeto, pelas pessoas que trabalhavam aqui, só que hoje, é quando começou se complicar que houve até uma greve aqui no início do projeto, que foi onde foi tendo obstáculo, ficou pior, eu acho que eles hoje não estão tão*

*interessados assim pelo nosso projeto e mesmo porque eles tão colocando outras empresas fora” (diretor administrativo e encarregado de passadoria).*

A fala do empresário é reveladora das contradições e particularidades dessa cooperativa, uma vez que ele alega ter instalado a fábrica e posteriormente a cooperativa devido a sua ligação afetiva com a cidade, tendo em vista que é “filho de Lima Campos”, e “*não entendia porque tinha mais (recursos) do que seus primos, sobrinhos e irmãos*”, resolvendo, então, investir no município para dar trabalho a essa gente, neste sentido os empreendimentos (fábrica e cooperativa) seriam consequência de uma preocupação social, segundo a sua fala,

*“Montar uma estrutura pra produzir em Lima Campos, é preciso ter muita ligação social, porque você poderia fazer em qualquer lugar próximo de você, nós estamos a 3 mil Km do meu cliente que é em São Paulo, do meu fornecedor de tecido que é em São Paulo, do meu desenvolvimento que é em São Paulo, então isso que é você produzir com responsabilidade social ” (proprietário da empresa-mãe).*

A contradição se apresenta quando ele ameaça (e no caso da produção de paletó cumpriu) a todo o momento romper o contrato (um tanto quanto unilateral) estabelecendo-se em outra cidade, esquecendo-se do “compromisso social com seu povo”. Com essa passagem também fica claro a relação de domínio dele sobre a empresa cooperativa, reconhecendo que a sobrevivência desta depende da sua vontade. Além de reconhecer que esse tipo de cooperativa de trabalho pode ser aberta e/ou fechada ao bel prazer do contratante, reconhecendo, assim, a relação de dependência da cooperativa com a empresa-mãe.

O controle que a empresa-mãe exerce sobre a cooperativa, pode ser percebido também na sua interferência na organização interna, desde a metodologia de trabalho até formas de punição, esse fato é identificado por todos os atores envolvidos, como demonstram as falas a seguir:

*“As pessoas estão acostumadas a serem mandadas, quando elas ficam por conta delas se perdem”* (proprietário da empresa-mãe).

*“Eles ( empresa) que determinam tudo, nós não decidimos nada, quando vamos vê já são as decisões”* (costureira).

*“Quem administra mesmo é eles lá (empresa)”* (costureira).

*“Eles (da empresa) continuam organizando tudo, é por isso que eu digo assim: não há diferença (com relação ao período da fábrica), eles não são patrão, mas eles continuam mandando... nada é decidido pela maioria até porque a maioria tem medo, por mais que eles (associados) reconheçam os direitos deles, eles têm medo de tentar resolver alguma coisa, de tentar falar alguma coisa”* (costureira presidente de uma associação).

*“Ele (empresário) não só se envolve com o que é dele, tem que se envolver, tem que interferir, na administração, em tudo, enquanto tiver assim isso aqui não anda porque fica até difícil de uma diretoria trabalhar na frente com um pessoal desse aí”* (diretor administrativo e encarregado de passadoria).

A estrutura administrativa da cooperativa<sup>76</sup> foi recentemente reformulada “visando” reduzir a sobrecarga de trabalho da diretora geral mas, como veremos adiante, o objetivo ficou só na “intenção”. Os cargos a serem ocupados são decididos conforme o grau de interesse da empresa, os encarregados de setor<sup>77</sup> são decididos diretamente pela empresa com a participação da diretora geral da cooperativa, considerando que esta pessoa ocupa o referido cargo desde a fundação dos Grupos, ela possui uma relação de parentesco<sup>78</sup> (sobrinha) com o empresário, sendo mais identificada como uma pessoa ligada à empresa do que à cooperativa, como veremos nas falas a seguir:

*“Uma coisa que marcou a reunião foi porque ela dizia, se julgava ficar muito sozinha, pra que nós completássemos a diretoria pra que ela não ficasse sozinha, e na minha opinião não era uma pessoa só a mais era pra ser quatro, queria uma secretária, que se faz jus, ela (diretora geral) na administração do financeiro ou na administração geral, o diretor de produção, eu fui indicado pelo pessoal que trabalha comigo, mas eu senti*

---

<sup>76</sup>A estrutura administrativa é formada pelo presidente, vice-presidente, diretor financeiro, diretor de produção e o suplente de diretor financeiro, secretário, o conselho fiscal e os suplentes de fiscais.

<sup>77</sup> Cargo responsável pelo controle da produção.

<sup>78</sup> Cabe explicar que o proprietário da empresa-mãe é natural de Lima Campos, assim, tanto na antiga fábrica como na cooperativa o quadro de trabalhadores possui vários parentes dele. A presença de relações de parentesco na cooperativa motiva rivalidades internas, assim como havia na fábrica, mas atualmente percebemos uma redução desses conflitos, fato que tendemos a associar ao nível de precarização que tem atingido a todos, “parentes e não parentes”.

*que a partir daquele momento que o pessoal me escolheu, ela não foi, ela aceitou assim porque eu já tava escolhido. Uma coisa pra você ver como é administração só na teoria, se der um problema num aparelho desse aí (ventilador), são 15 galpões cada um tem 6, são 4 ou 5 galpão funcionando, eu não posso chamar o mecânico e dizer pra ele trocar, eu tive que falar com ela, e pra ela aceitar, minha amiga, foi luta. Então eu sou diretor administrativo daqui só na teoria, na prática continua a mesma coisa, eu nem me acho um diretor” (diretor administrativo e encarregado de passadoria<sup>79</sup>).*

*“Eles (da empresa) que decidem quem vai ser a encarregada, os outros cargos, presidente, vice, isso é em eleição, eu acho que é só pra fazer de conta, eu mesmo não sei de nada que acontece, eu sou a fiscal, eu sou a vice-presidente parece de uma associação lá dos grupos, eu acho que é a vice-presidente, eleita agora em agosto do ano passado (2001), não, não é presidente é secretária, eu estou errando tudo, só que eu sou secretária só porque a gente assinou um papel lá” (costureira e secretária de uma associação).*

Os cargos que não possuem interesse, que seriam de “fachada”, como demonstram as falas acima, estes ficam a cargo da assembléia geral, embora haja influência da diretora geral. A assembléia geral, instância máxima decisória numa cooperativa, nos Grupos de Lima Campos não possui poder nenhum. As poucas reuniões que acontecem são para a informação de problemas como, por exemplo, a retirada de algum benefício (redução monetária no rateio). Não há prestação de conta, nem discussões sobre a vida da cooperativa. Os rumos e gestão da empresa são determinados pelo contratante dos seus serviços. Esta realidade fica bem transparente nas falas a baixo:

*“Eu mesma não sei de nada dessas coisas aí (prestação de contas), não adianta eu dizer que sei, sem eu saber, nunca ninguém me disse nada, nem eu fui atrás, que também às vezes a gente vai fazer uma pergunta ela (diretora geral) se zanga, acha que a gente tá desconfiando dela” (costureira e secretária de uma associação).*

*“Às vezes em reunião é uma coisa muito difícil é fazer reunião aqui, as pessoas não comparecem nas reuniões é incrível como não gostam, é toda essas coisinhas que as pessoas querem cobrar, cobrar, mas não sabendo que numa associação só o fato de você não participar não lhe dá o direito de você cobrar nada é aceitar o que os poucos decidiram” (diretora geral).*

---

<sup>79</sup> Passadoria é o setor encarregado por passar o ferro nas peças para desamassá-las, conforme anexo 3.

#### 4.2.2.1 A organização produtiva

A organização da produção<sup>80</sup> é totalmente determinada pela empresa-mãe, até porque uma das suas responsabilidades era repassar seu *know-how*. O trabalho é organizado por operação seguindo a linha *taylorista*, distribuída entre os galpões. Cada galpão é responsável por uma tarefa específica e nele há pessoas de todas as associações, uma vez que as pessoas executam a tarefa que lhe for mais apropriada<sup>81</sup>, as peças são transportadas entre os galpões pelas chamadas “ajudantes de costura”, eliminando o que seria o “tempo morto”. Cabe ressaltar que a fragmentação das tarefas impossibilita o conhecimento da produção no seu todo, neste caso as costureiras não sabem fazer uma calça sozinhas, elas nos disseram que não conseguiriam viver como costureiras particulares.

*“A gente nunca faz uma peça todinha, um faz um serviço outro faz outro, eu mesmo comecei estagiando no vivo do bolso e nele eu fiquei”* (costureira).

*“Você viu lá como é o processo, que cada costura, cada detalim de uma calça passa por uma mão... Até pra passar (engomar), um só, se ele for passar a calça todinha, não produz o tanto. Se a gente colocasse um pra gomar uma calça sozim a produção cai, cai e não é só 50% não, é uma faixa de 80%”* (gerente de produção).

Cabe ressaltar que a linha de montagem, descrita no anexo 3, apresenta-se enquanto “grupos de trabalho”, fato que poderia nos levar a pensar em uma aproximação com o modelo de produção *toyotista*, mas esta aproximação, ao nosso ver, pode ser descartada uma vez que os grupos não são autônomos para desenvolver e executar um programa de trabalho, nem possui trabalhadores polivalentes, cada um desempenha e só sabe fazer uma função específica, determinada e controlada pela empresa-mãe.

A divisão sexual do trabalho foi pensada em função da capacidade física e habilidade determinadas socialmente para cada gênero. Assim, os homens são responsáveis,

---

<sup>80</sup> Ver no anexo 3 a descrição da linha de montagem.

<sup>81</sup> Tarefa apropriada é aquela em que a pessoa consegue ser mais produtiva.

no geral, pelas atividades consideradas pesadas, como a passadoria, marcação<sup>82</sup> e mecânica. As mulheres ocupam as atividades propriamente da costura<sup>83</sup>.

As punições ao não cumprimento das normas estabelecidas variam conforme o grau de infração. Não há relógio de ponto, cartão ou livro, mas há um painel que contém as horas trabalhadas por dia por cada um dos associados, marcado pelos encarregados dos setores. Caso haja atraso de 10 minutos a pessoa perde o turno de trabalho, conseqüentemente perde as horas e no final do mês a redução no rateio é enorme. Expulsão nunca existiu, mas a rotatividade de mão-de-obra é grande.

O ritmo de trabalho é intenso, quando há serviço não existe domingo nem feriado. O trabalho, normalmente, começa às 7:15, tem um intervalo de 20 minutos no período da manhã, param para almoçar às 12:00, retornando às 13:00, há um intervalo de 10 minutos no período da tarde e o final da jornada é às 17:30. A correria para cumprir os prazos é apontada também como causadora da má qualidade, como mostram as falas a seguir:

*“O trabalho lá é um pouco pesado, é porque quando eles querem o pedido, querem a entrega no dia aí a gente trabalha à noite, trabalha no domingo, no feriado, trabalha tudo”*(costureira).

*“Hoje é um dos dias que nós vamos ter que trabalhar à noite pra fazer a entrega, nós já passamos duas semanas sem serviço, aí ele chega, por exemplo, num dia de quinta-feira, sexta-feira nós já tem que entregar aí é aonde nós gera a má qualidade do produto”* (diretor administrativo e encarregado de passadoria).

As falas corroboram a afirmação de Hirata (1998:09) sobre uma maior intensificação do trabalho e de sua cadência na produção flexível; segundo a autora, a pesquisa sobre condições de trabalho efetuada pelo Ministério do Trabalho francês revelou que entre 1984 e 1993 o percentual de assalariados que declarou ter seu ritmo de trabalho

---

<sup>82</sup> Tarefa de separar os lotes de calças.

<sup>83</sup> Costuram as peças, fazem sua limpeza (retirar pedaços de linha e qualquer outro resíduo) e examinam a qualidade.

determinado por normas ou prazos de um dia ou menos de 24 horas, passou de 19% para 44%.

A questão da má qualidade do produto, segundo os padrões definidos pelos informantes, associada ao fator da disciplina e da capacidade produtiva são apontados como problemas presentes na cooperativa.

A capacidade produtiva, quando comparada ao período da fábrica, apresentou queda significativa. A explicação para tal resultado varia conforme a posição assumida na cooperativa. Assim, para a diretora geral, a queda está relacionada à falta de disciplina. Em suas palavras:

*“As pessoas não querem aceitar uma disciplina se eu quero te disciplinar simplesmente ela chega e diz você é um sócio igual a mim, eu sou dono disso, eu venho a hora que eu quiser, mas não pode ser assim, porque nós temos um compromisso e a partir do momento que a gente se compromete com um lote, nós temos data de entrega. Quando não é isso, ficam embromando só pra fazer hora, produção mesmo fica por isso”* (diretora geral).

Para os demais sócios a questão está na falta de incentivos para produzir mais e melhor,

*“Quem trabalha lá não trabalha tão satisfeito, tem muita cobrança, o pagamento é com atraso, então não há prazer”* (costureira).

*“A nossa qualidade (IN-VEST) era muito superior a que nós tem hoje. As pessoas tinham muito interesse de ganhar bem, produzir muito pra ganhar muito, só que aqui são horas trabalhadas, o que aconteceu foi que se produzia 25 mil peças/mês ganhava um total x, se você produzia 17 mil calça às vezes as 17 mil você ganhava mais do que aquelas 25 mil porque nós comparávamos aquele total de hora das 17 com as 25, o total das 17 apesar da produção ser menos, podia se ganhar mais. Além disso, nós trabalhávamos muito corrido, era 25, 26 mil/peças, só que não tava compensando, o povo se desinteressou porque estava se desgastando, trabalhando muito e a compensação tava vindo o mínimo”* (diretor administrativo e encarregado de passadoria).

A queda de produtividade frustrou as expectativas do proprietário da empresa-mãe. Ele atribui o baixo rendimento à falta de cultura cooperativista,

*“Esse pessoal daqui não estão acostumados a ter parceiros, estão acostumados a ter patrão, eu hoje não faria jamais um sistema desse aqui, porque essas pessoas não têm a cultura do cooperativismo, falta disciplina, essa foi a única coisa que mudou da IN-VEST pra cooperativa, os equipamentos agora são melhores, o tempo de trabalho é o mesmo, a calça é a mesma e no entanto hoje eles conseguem produzir metade do que eles produziam na IN-VEST, só que quem não queria trabalhar ia pra casa, aqui não se pode mandar ninguém embora”.*

Em virtude dessa situação, a empresa-mãe irá implantar um novo sistema disciplinar, mas não quis nos adiantar nenhuma informação. Os conflitos entre os sócios e a direção da cooperativa, especificamente com a diretora geral<sup>84</sup>, são constantes. A diretora geral é o alvo preferido para as críticas, tanto externas (pessoas da comunidade) como dos sócios, por ser identificada com a empresa-mãe e por centralizar a administração.

Outro fator que pode contribuir para a baixa produtividade e qualidade é a rotatividade de mão-de-obra, segundo a diretora geral *“esse é um problema eterno”*. A rotatividade é consequência das condições de trabalho oferecidas pela cooperativa, baixa remuneração e incerteza na data de recebimento, ritmo intenso e ausência de direitos, como demonstra o depoimento abaixo,

*“Houve muitos desistentes do nosso projeto, sócios junto com a gente desde o início, que chegou um tempo que não agüentou mais ficar que é pai de família, é mãe de família que depende do dinheiro daqui pra sustentar a família, que no entanto a gente ficava 3, 4 meses sem receber, a gente produzindo, tudo bem, produzia pouco, mas havia produção, e as pessoas não suportou, muitas saíram... e hoje nós não tamos com 200 pessoas, embora já tenha havido nova entrada de pessoas, mas não dá pra corresponder com o número que a gente queria, pra pelo menos a 300 pessoas eu acho que a gente não vai chegar nunca, porque as pessoas estão desacreditadas do nosso projeto”* (diretor administrativo e encarregado de passadoria).

---

<sup>84</sup> A diretora geral é sobrinha do proprietário da empresa-mãe. Ela, segundo nos relatou em sua entrevista, trabalhou como empregada doméstica em Fortaleza-CE, onde concluiu o ensino médio. Após a sua formatura, foi trabalhar em uma fábrica de confecção, mas engravidou e retornou para Lima Campos, ficando desempregada por um longo período. Só retornou ao mercado de trabalho com a instalação da IN-VEST. Segundo sua análise, ela assumiu o cargo de diretora porque os demais associados não possuem interesse, nem possuem conhecimento para gerenciar, embora ela mesma reconheça suas limitações, considerando o seu desempenho como “força de vontade pessoal”.

A baixa produtividade e qualidade dos produtos da cooperativa pode ser lida como uma das conseqüências do processo de terceirização que busca a redução dos custos via precarização das condições de emprego, como sugere Gitahy (*apud* Abramo, 1998: 49).

Como podemos perceber, esta cooperativa não beneficia o trabalhador como o esperado, mas ela é a única fonte de renda possível no momento,

*“É pouco o que a gente ganha, mas é melhor do que estar em casa direto, pra mim que meu marido faleceu eu fiquei com esse servicinho, se não fosse ele, tem a minha mãe que me ajuda, mas se não fosse ele, por isso que a gente tem que ficar porque não pode (sair)”* (costureira).

*“Eu fui trabalhar lá porque a cidade não nos oferece muitos recursos”* (costureira).

*“Não é um salário legal, não é, trabalha demais? Sim trabalha, mas pior sem ele, porque há famílias lá completa trabalhando”* (costureira).

Assim, a precarização pela cooperativa de trabalho vem se justificando e se espalhando, principalmente, no Nordeste brasileiro.

Quando solicitamos nas entrevistas que fosse feito um paralelo com o período de trabalho na fábrica, as respostas sempre foram positivas em relação a este, vejamos os depoimentos:

*“Em termos da IN-VEST não tem nem comparação, talvez não seja o que eu pensava o que eu penso hoje, hoje eu acho que era muito melhor, lá tinha tudo certinho, depois que passamos para os galpões tudo mudou, nós trabalhamos mais e a gente ganha menos, ninguém nunca tem férias, nunca tem feriado pra mim isso é uma grande mudança, ”* (costureira e presidente de uma associação).

*“Eu acho assim, ficou mais ruim em tudo por tudo, da forma que ganhava lá pra daqui tem diferença, porque quando a gente trabalhava na IN-VEST era fixo o salário, e agora não, é pelas horas e tem vez que como no mês passado, a gente produziu 25 mil peças aí o preço da hora foi mais pouco do que o quando a gente produziu 17 mil. Eu não entendo nada”* (revisionista).

A partir das falas podemos perceber que os associados estão fazendo uma conexão direta entre empresa cooperativa e ausência de direitos e, com isso, estão substituindo a positividade da propriedade coletiva pela negatividade do acesso a direitos trabalhistas,

como se esses não fossem possíveis enquanto trabalhador autônomo, como também nos aponta Lima (2002: 130). Além disso, tendem a valorizar o trabalho assalariado e os direitos acoplados a ele como forma de garantia de cidadania. É interessante observarmos que essa associação não é feita só pelos trabalhadores, mas pela própria direção da empresa-mãe quando esta, na figura do seu proprietário, afirma que irá premiar alguns bons trabalhadores/associados contratando-os para o setor de corte da sua empresa, que será transferida de São Paulo para Lima Campos, ficando instalada em um dos galpões da cooperativa. É importante frisarmos que a Organização das Cooperativas do Estado do Maranhão (OCEMA), segundo um diretor, não tem conhecimento dessa cooperativa particular, nem de outras semelhantes a esta instaladas no Estado.

É importante frisar ainda que essa leitura é feita com base num tipo de cooperativa criada a partir da modificação da legislação brasileira.

### **4.3 A cooperativa de trabalho e o artigo 442 da CLT**

Para Raimundo Simão de Melo, Procurador-Chefe do Ministério Público do Trabalho/15ª Região-Campinas, a Constituição Federal de 1988 (art.51, incisos XVII e XVIII), fomentou e valorizou a criação e desenvolvimento do cooperativismo no Brasil; com esse instrumento definira-se a não fiscalização sobre seu funcionamento; eliminação da subordinação do prestador de serviços, quando se trata de cooperativa de trabalho e de prestação de serviços, contribuindo para flexibilização do Direito Trabalhista, traduzida como modernização das relações de trabalho. E foi nesse sentido que acrescentaram o Parágrafo Único ao artigo 442 da CLT, que, aliás, foi apenas uma complementação ao artigo 90, da Lei 5764/71, no qual já constava a inexistência de vínculo empregatício entre a cooperativa e seus associados. A questão é que com a nossa cultura do “jeitinho

brasileiro”, como discutido por Da Matta (1990), empresários têm usado de tal instituto para diminuir o custo da mão-de-obra e aumentar os lucros, conseqüência deletéria dessa alteração legislativa não prevista por seus criadores. Estas conseqüências são danosas não só para os trabalhadores, mas também para a sociedade como um todo, tendo em vista que, além de burlar os direitos trabalhistas, não há recolhimento de INSS e FGTS, nem respeito a qualquer norma de segurança do trabalho.

Cabe ressaltar que apesar da possível “brecha legal” aberta por essa alteração, existem mecanismos de verificação de fraude e, se constatada, de punição ao infrator.

As fraudes, segundo o boletim do GT sobre Cooperativas (Campinas, 1997), podem ser identificadas a partir de algumas observações, como: a) **quanto à eventualidade da tarefa**, sua relação com a atividade-fim do contratante, local no qual ela se desenvolve e a posse dos materiais utilizados; b) **quanto à autonomia do trabalhador**, quem determina a forma, o horário e os meios para a execução da tarefa, se há trabalho em equipe, como trabalhava antes da cooperativa e em que a cooperativa alterou sua forma de trabalho; c) **quanto à pessoalidade**, como ingressou na cooperativa, como ficou sabendo da existência da mesma e se houve critérios para o ingresso; d) **quanto à igualdade**, se existe igualdade entre os membros, quando existe liderança de equipe como é feita a escolha, se pode haver e se houve troca de posições dentro da equipe, se os direitos e deveres são iguais para todos, se os cooperados são chamados a participar de reuniões ou assembléias, se participam das assembléias qual a força destes nas decisões tomadas e quem determina o valor do trabalho; e) **quanto ao *affectio societatis***<sup>85</sup>, se há conhecimento sobre cooperativismo e cooperativa, como o cooperado se define, o que ele prefere contrato de

---

<sup>85</sup> *Affectio societatis*, segundo Silva Filho (2002 : 102), é uma antiga expressão latina utilizada por Ulpiano para distinguir a intenção de associar em sociedade.

trabalho ou cooperativa e o porquê da escolha e; f) **quanto à forma de administração**, quem administra a cooperativa, quanto recebe e se tem conhecimento dos balancetes financeiros.

Essas questões devem ser consideradas tendo em vista que cooperar significa trabalhar junto e para isto é preciso haver identidade profissional ou econômica entre as partes envolvidas. Quando existe multiplicidade de profissões nos quadros da cooperativa, como argumenta o Boletim, ela provavelmente será fraudulenta; além dessa igualdade de atividade, há que ter igualdade social entre os cooperados. A igualdade social decorre da natureza do trabalho e se espelha na forma pela qual esse trabalho é desenvolvido.

Para que haja igualdade, os cooperados não devem exercer completo domínio sobre o seu trabalho, de forma a que possam realizá-lo com ou sem a participação dos demais cooperados. A cooperativa não altera a natureza do trabalho; apenas organiza, facilita, melhora, proporciona ganhos melhores, otimiza recursos. Esse domínio pode ser técnico, se o profissional necessita apenas de seus conhecimentos e habilidades para desenvolvê-lo (médico, por exemplo) e pode ser material, se o profissional depende também de equipamentos para realizá-lo (por exemplo, motoristas de táxi, analistas de sistema). Isso é essencial porque o trabalhador que não detiver tais conhecimentos ou equipamentos, enfim, não puder dominar técnica e materialmente o seu próprio trabalho sempre dependerá de alguém para operar. E essa dependência quebra a possibilidade de haver igualdade entre os que se associam, porque quem detiver mais conhecimento e/ou equipamento dominará a sociedade e dela extrairá mais do que o outro, que será dominado.

Daí que somente aquele que possa desenvolver individualmente o seu trabalho pode entrar em cooperação. O trabalho que exige equipe exclui a autonomia da vontade em sua execução, porque o membro da equipe realiza apenas parte do todo, não exerce o

domínio sobre ele e é forçado a se sujeitar a horários e regras de outrem. É, portanto, subordinado. A subordinação do trabalho impede que o trabalhador seja cooperado, porque a igualdade técnica e social não será jamais alcançada. Além disso, o trabalhador cuja atividade seja subordinada por natureza não vende trabalho, mas força de trabalho. O médico, por exemplo, vende tratamento da doença. O advogado vende a defesa do cliente. O taxista o transporte. O analista um programa. Eles decidem quando, de que forma e com que meios cumprirão seu contrato, e não interessa ao cliente quanto tempo o profissional dedicará ao estudo do seu caso ou a distância percorrida para levá-lo ao seu destino, diferentemente do operário cujo trabalho se desenvolve em equipe sob o comando de gerentes e/ou contratantes, pois estes não vendem um produto porque contribuem para a realização apenas de parte dele. Daí que, não importa se o pagamento é feito por horas ou produção, o que o trabalhador de equipe vende é o seu esforço, a sua energia, a sua inteligência: não o resultado final dela. Só vende trabalho quem pode realizá-lo independentemente de outrem, com seus próprios meios e da forma que ele próprio determine. Quem assim não pode proceder, em decorrência da natureza do trabalho, vende força de trabalho, vende a si mesmo.

Além disso, é preciso que o profissional ou empresário (rural ou urbano) queira se associar. Esse traço é fundamental para caracterizar uma cooperativa. Ninguém pode ser obrigado a se associar, porque a voluntariedade é essência de toda associação, cooperativa ou não. É a vontade de se associar que garante a idoneidade de qualquer corporação.

Diante do exposto, poderíamos afirmar que os Grupos de Trabalhadores em Confecção de Lima Campos se constituem enquanto um caso de fraude à aplicação do Direito do Trabalho, podendo ser-lhe atribuído vínculo empregatício com a empresa-mãe, na medida em que é clara a dependência econômica, a subordinação e direção dos trabalhos

pelo contratante de seus serviços. A atribuição do vínculo empregatício entre cooperativas de trabalho, como a estudada aqui, e seu contratante tem sido uma decisão corriqueira na Justiça do Trabalho<sup>86</sup>.

Apesar dessa constatação, a cooperativa em Lima Campos, embora seja mais vantajosa para a empresa-mãe (mesmo que seu proprietário afirme o contrário, como vimos em sua fala) e para o município na medida em que a remuneração (pouco ou muito) circula na cidade, trouxe também uma certa melhoria financeira para seus associados, e até então é o único empreendimento industrial no município, além de ser a propulsora de mudanças na estrutura sócio-econômica deste, na medida em que ocupa uma mão-de-obra, anteriormente excluída do mercado de trabalho, a mão-de-obra feminina, configurando-se um caso especial dentro do projeto e das práticas cooperativas, como analisaremos no capítulo seguinte.

---

<sup>86</sup> Citamos, no segundo capítulo alguns exemplos de Tribunais que estão reconhecendo a existência de vínculo empregatício. Mas esta discussão também tem estado presente nos jornais de circulação nacional, a exemplo da matéria “ Cooperativas de trabalhadores enfrentam ações”, que fala das várias ações civis públicas que estão tramitando pelo país acusando os fabricantes de sucos de laranja em São Paulo, cafeicultores na Bahia, fabricantes de calçados e tecidos no Ceará de utilizarem cooperativas para esconder uma relação com vínculo empregatício (Gazeta Mercantil, 22/07/1998, p.A-8).

### **Entre a exclusão e a precarização. A participação das mulheres nas cooperativas de trabalho: à guisa de conclusão**

---

A precarização das relações e condições de trabalho realmente tem atingido a todos, homens e mulheres, mas estas ainda são vítimas das condições mais degradantes em se tratando de remuneração, de empregos em tempo parcial, de postos de trabalho mais precários e menos qualificados, trabalho a domicílio, além de uma presença forte no mercado informal. Hirata (1998: 5-6) considera tal contexto como a emergência internacional de uma “*nova figura salarial feminina de crise*”, uma vez que o aumento da participação das mulheres na força de trabalho não tem sido acompanhado pela igualdade com trabalhadores masculinos, sendo um tipo de “*inserção excluída*” (Posthuma, 1998: 22), na qual o lugar ocupado pelo trabalho feminino está, muitas vezes, relacionado com a manutenção do confinamento das mulheres em postos cujo conteúdo do trabalho assemelha-se com o trabalho doméstico; há uma identificação do uso das sensibilidades corporais com o trabalho desqualificado, simples e naturalizado (Rizek & Leite, 1998: 63-64).

#### **5.1 O processo de reestruturação produtiva e a questão de gênero**

Como afirma Posthuma (1998:21), o processo de reestruturação produtiva nas últimas décadas tem propiciado um aumento da participação feminina na população economicamente ativa em quase todos os países. Porém, segundo a autora, esta tendência tem acontecido concomitantemente com transformações profundas na oferta e no conteúdo do trabalho. As transformações têm ocorrido no sentido da precarização das relações e condições de trabalho, por isso, a atividade econômica feminina, embora crescente, está

sendo marcada por segregação ocupacional, em setores de baixo status, com remuneração menor que os homens, mesmo quando elas exercem a mesma carga horária e têm níveis de escolaridade equivalentes.

### 5.1.1 As trabalhadoras na indústria têxtil nordestina

A mão-de-obra feminina sempre foi atraente aos setores industriais tradicionais, como a indústria têxtil, mas nos últimos anos este setor tem demonstrado um maior interesse nesse tipo de mão-de-obra, como demonstrado no terceiro capítulo.

Para localizarmos a mão-de-obra feminina nas unidades têxteis nordestinas classificamos os estabelecimentos enquanto micro, pequeno, médio e grande segundo o seu número de empregados<sup>87</sup> (RAIS, Estatísticas de 1998 a 2000; Área geográfica: Região Nordeste, 2002). Vejamos a distribuição na tabela abaixo:

**Tabela 6: Número de empregos existentes em 31/12, segundo o tamanho dos estabelecimentos e o gênero na região Nordeste**

Número de empregados	1998			1999			2000		
	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Até 19	18.210	4.663	13.547	19.093	4.729	14.364	20.888	5.508	15.380
De 20 a 99	22.111	7,158	14.953	23.638	7.936	15.702	26.565	9.080	17.485
De 100 a 499	27.951	14.824	13.127	28.171	14.726	13.445	31.319	16.513	14.878
De 500 ou mais	32.497	19.970	12.527	37.695	21.233	16.462	41.315	22.748	18.567

Fonte: RAIS (Anuário Estatístico)

Os dados da tabela acima nos apontam que: nas empresas com até 19 empregados as mulheres predominavam nos três anos considerados, assim: em 1998 nas empresas que ocupavam até 19 empregados as mulheres representavam um total de 74,39%, os homens

<sup>87</sup> Consideramos como micro as unidades que empregam até 19 pessoas ; como pequena aquelas unidades que empregam de 20 a 99 ; como média aquela que emprega de 100 a 499 ; e como grande aquela que emprega de 500 ou mais. O número de pessoas aqui considerado seguiu a classificação da RAIS.

eram 25,60%. Em 1999 esse percentual manteve-se quase inalterado ficando as mulheres na casa dos 75,23%, enquanto os homens eram 24,76%. Já em 2000 esse percentual para as mulheres foi um pouco menor, ficando na casa dos 73,63%, enquanto os homens apresentaram um discreto aumento para 26,36%. Esse grupo de estabelecimento, considerado aqui como micro, apresentou um leve decréscimo entre os três anos, sendo sua representação, respectivamente, de 18,07%, 17,58% e 17,38% do total dos estabelecimentos industriais têxteis.

As mulheres também tendem a predominar nas empresas que empregam de 20 a 99 pessoas, sendo os seguintes percentuais: em 1998 correspondiam a 67,62% enquanto os homens eram 32,37%. Em 1999 foi de 66,42% de mulheres contra 33,57% de homens. Em 2000 foi 65,81% de mão-de-obra feminina e 34,18% de mão-de-obra masculina. Este tipo de estabelecimento, ora considerado enquanto pequeno, representava nos três anos, respectivamente, 21,94%; 21,76% e 22,10% do número total de estabelecimentos no setor.

Com o aumento do tamanho da empresa observa-se uma inversão nos dados. As mulheres deixaram de ser a maioria passando a representar nas empresas de 100 a 499 empregados, isto é, as consideradas de porte médio, os seguintes percentuais: em 1998 46,96%; em 1999 47,72%; e em 2000 47,50%, enquanto que os homens começaram a ganhar destaque, mas particularmente em 1998 quando eles representaram 53,03%; nos anos seguintes os percentuais foram 52,27%, e 52,72%. Esse tipo de empresa nos três anos ora analisados, representa do total dos estabelecimentos, respectivamente, 27,73%; 25,94% e 26,12%.

No último grupo ora analisado, o que emprega de 500 ou mais trabalhadores, as mulheres participavam com 38,54% em 1998; 43,67% em 1999; e 44,94% em 2000, já os homens mantiveram o mesmo patamar de participação, com 61,45% em 1998; 56,32% em

1999; e 55,05% em 2000, observa-se o leve crescimento no número de mulheres nessa faixa de empresas. Essas empresas, consideradas aqui como grandes, representavam 32,24% do total de estabelecimentos no setor em 1998; 34,71% em 1999; e 34,38% em 2000.

As mulheres estão concentradas nas empresas de menor porte (micro e pequenas), enquanto que os homens predominam nas médias e grandes empresas. Esta constatação nos despertou para a averiguação dos rendimentos auferidos pelos mesmos. Assim, examinaremos a tabela abaixo:

**Tabela 7: Faixa de remuneração em salários mínimos nos estabelecimentos com vínculo empregatício até 31 de dezembro de cada ano, segundo o gênero**

Faixa de remuneração	1998			1999			2000		
	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Até 1 salário	7.207	2.450	4.757	7.123	2.439	4.684	9.488	3.726	5.762
De 1,01 a 2	58.743	21.321	37.422	64.955	23.447	41.508	73.954	27.770	46.184
De 2,01 a 5	26.650	16.818	9.832	28.174	17.173	11.001	28.044	16.646	11.398
De 5,01 ou mais	6.766	5.397	1.369	6.989	4.984	2.002	6.397	4.496	1.401

Fonte: RAIS (Anuário Estatístico 2002)

A tabela acima nos aponta, em linhas gerais, que as mulheres estão concentradas na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos enquanto os homens predominam nas faixas de 2 ou mais salários, mas não pudemos averiguar as bases sobre as quais está apoiada esta diferenciação salarial, devido à falta de dados.

Apesar dessa deficiência, pudemos perceber que: em 1998 as mulheres constituíam 66% dos empregados que recebiam até 1 salário, enquanto que os homens ficaram na casa dos 33,99%. Em 1999 o percentual feminino apresentou uma leve redução,

mas ainda se manteve como predominante, concentrando 65,75% enquanto que os homens eram 36,09. Em 2000 o percentual feminino manteve sua tendência de queda ficando na casa dos 60,72%, enquanto que os homens apresentaram um discreto aumento para 39,27%. Esse movimento de aumentar o número de homens na faixa de salários mais baixos nos indica uma tendência a uma precarização maior no setor. A faixa que compreende de 1 a 2 salários continuou concentrando a mão-de-obra feminina, em 1998 o percentual foi de 63,70%, os homens ficaram na casa dos 36,29%. Em 1999 manteve-se, praticamente, o mesmo percentual sendo de 63,90% para as mulheres e 36,09% para os homens. Em 2000 os percentuais apresentaram uma leve alteração, reduzindo-se para 62,44% no caso das mulheres e aumentando para 37,59% no caso dos homens.

Nas faixas salariais mais altas houve a inversão de posições, as mulheres perderam para os homens na proporção que a faixa aumentou, assim: do total de trabalhadores na faixa de 2 a 5 salários em 1998 as mulheres correspondiam a 36,89%, enquanto que os homens ocupavam 63,10% das posições. Em 1999, apesar de haver uma redução no distanciamento entre os sexos, os homens continuaram mantendo a liderança, ficando com 60,95% enquanto que as mulheres atingiram 39,04%. Em 2000 houve um melhora na situação da mulher, mas essa não conseguiu atingir o nível masculino, ficando com 40,64% enquanto que estes representaram 59,35%.

Na última faixa, considerada de 5 salários ou mais, a disparidade entre o número de homens concentrados nesta faixa comparado com o das mulheres é gritante. Em 1998 somente 20,23% das mulheres enquadravam-se nesta faixa, já os homens eram 79,76%; em 1999 o percentual apresentou uma leve melhora para as mulheres, mas não conseguiu se aproximar do percentual masculino, sendo este de 71,31% enquanto que o feminino era de 28,645; e em 2000 os homens concentraram 78,09% enquanto as mulheres 21,90%.

Como já vimos no terceiro capítulo, cresceu o número de mulheres empregadas no setor, mas ainda predominam os homens na esfera dos salários mais altos. Embora os dados disponíveis não nos possibilitem fazer maiores inferências sobre a diferenciação salarial entre os gêneros<sup>88</sup>, pudemos perceber que com relação à jornada de trabalho no setor têxtil há um equilíbrio entre ambos, eles (homens e mulheres) trabalhavam em média 43,7 horas semanais<sup>89</sup>.

Os dados ora analisados corroboram com os trabalhos que afirmam a permanência de discriminação sexual no mundo do trabalho, mesmo em momentos de precarização geral, embora Bruschini (*apud* Hirata, 1998:18-19) afirme que o processo de reestruturação produtiva está deslocando as fronteiras do masculino e do feminino, sem podermos assegurar que a informalidade e a precarização tenha atingido mais as mulheres do que os homens.

## **5.2 As mulheres na cooperativa de Lima Campos**

A literatura sobre as cooperativas de trabalho instaladas no Nordeste brasileiro revela que a precarização atinge ambos os sexos (Lima, 1996, 1997, 1998 e 2002; Moreira, 1997; e Reis, 1999); revela também que as mulheres ainda são mais atingidas do que os homens; o caso da cooperativa de Lima Campos, oferece exemplos significativos do fato demonstrando que as funções mais remuneradas no rateio são ocupadas na maioria pelos homens, a exemplo da função de passador ( tarefa masculina por ser considerada pesada dadas as condições de trabalho em temperatura elevada) que é classificada como 1.7<sup>90</sup>.

---

<sup>88</sup> A diferenciação salarial apresentada pode, por exemplo, estar vinculada as especializações nas atividades desenvolvidas por cada um dos trabalhadores.

<sup>89</sup> Dado fornecido pela RAIS, média de horas semanais contratuais dos empregados em 31/12 nos estabelecimentos com vínculos empregatícios.

<sup>90</sup> Lembrando que os pontos são multiplicados pelas horas trabalhadas durante o mês. Para uma descrição detalhada das ocupações na cooperativa, ver anexo 4.

Várias são as justificativas para as mulheres ocuparem as funções menos remuneradas e muitas dessas justificativas estão relacionadas com as representações de gênero na sociedade, nas quais se definem tarefas tipicamente femininas e masculinas (Cavalcanti, Ramos & Silva, 1998 :104). Segundo Leite (2002 : 09) :

*“As imagens de gênero e as supostas capacidades de homens e mulheres que a elas se associam atuam ativamente sobre a organização da produção e do mercado de trabalho, conferindo-lhes lugares diferenciados na esfera econômica. No caso específico do trabalho na confecção, o tradicional aprendizado da costura como parte da formação das meninas aparece, sem dúvida, como um importante fator na determinação da preponderância feminina no setor”.*

As justificativas vão desde as habilidades “naturais” para o trabalho da costura, passando pela concepção de que a remuneração decorrente dele é apenas uma complementação à renda adquirida pelo homem, idéia esta reforçada pela ausência de trabalho anterior, como nos aponta Lima (2002 : 111).

A divisão sexual do trabalho na cooperativa em Lima Campos é percebida pelos informantes como algo naturalizado ; segundo eles não há uma divisão sexual do trabalho conscientemente, a divisão das funções foi feita com base nas *“habilidades naturais, quem se adaptou na primeira função treinada ficou, quem não rendeu foi sendo transferido até encontrar seu lugar”*. A negação da divisão sexual do trabalho em empresas parece não ser uma particularidade dessa cooperativa, uma vez que foi observada também por Cavalcanti, Ramos & Silva (1998 : 111) durante a pesquisa no Vale do São Francisco com trabalhadores e produtores de frutas para exportação (Cavalcanti, 1999 b). Porém a divisão sexual do trabalho afirma-se na rotina da cooperativa : os homens estão nas funções mais “pesadas,” como definem : carregamento de tecidos (marcação), passadoria e mecânica

que, além de exigir força física, exige um conhecimento mais refinado, embora segundo a gerente de produção, “*se preciso for eles sentam à máquina*”<sup>91</sup>.

As mulheres, como já falamos, localizam-se na parte da costura propriamente dita, tarefa que requer habilidades associadas, segundo a representação social, ao mundo feminino, tal como: atenção nos detalhes, tendo em vista que não *pode sair uma costura torta nem um acabamento mal feito*. No gerenciamento da cooperativa não há divisão sexual do trabalho, nem outra divisão qualquer, como vimos no capítulo anterior, o poder dentro da cooperativa é personificado na figura da diretora geral ; esta, por sua vez, é submetida aos mandatários da empresa-mãe.

### **5.2.1 Características demográficas e trajetórias das sócias/trabalhadoras**

As mulheres associadas aos Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos correspondem a 80% do quadro dos sócios e são, em sua maioria, casadas<sup>92</sup> (55%), com baixo nível de escolaridade, somente 20% tinham concluído o ensino médio, estão na faixa etária entre 15 e 33 anos, concentrando-se na faixa dos 18 aos 28 anos (54%). A maioria das solteiras, que correspondem a 30% do quadro, geralmente já têm filhos. Aliás, a necessidade da renda para o seu sustento e de outrem (no caso “filho sem pai”) é o motivo para permanecer na cooperativa, realidade que vai de encontro à idéia de complementariedade ao salário masculino.

---

<sup>91</sup> Esta expressão utilizada pela gerente de produção quer dizer que apesar da costura ser uma tarefa considerada tipicamente feminina, quando há necessidade de mão-de-obra nesta etapa de produção alguns homens se disponibilizam ou são disponibilizados para realizá-la.

<sup>92</sup> Agrupamos sobre a denominação de casadas as mulheres que viviam com seus companheiros, sem fazermos diferenciação entre os casamentos formais (civil e/ou religioso) e os informais.

Estas mulheres, seguindo a característica do cenário das cidades nordestinas onde as cooperativas de trabalho foram instaladas, não possuíam experiência fabril anterior, com exceção das operárias da IN-VEST, fábrica que gerou a cooperativa,

*“Eu nunca tinha trabalhado antes, eu tenho duas irmãs que trabalham lá, aí ela (gerente de produção) me convidou pra trabalhar lá, quando eu comecei eu tinha 15 anos, hoje eu tenho 17”* (revisora).

*“Eu comecei a trabalhar com Fulano em 1995, porque eu trabalhava na prefeitura na época, (...) o que me levou a trabalhar com ele é que na prefeitura não tinha estabilidade, nem pagava bem”* (costureira).

*“Eu fui até animada, né, porque eu digo: eu ganho pouquinho na prefeitura, esses R\$ 23,00 (vinte e três reais) não dá quase de pagar nem a água, (...) ele atrasava o pagamento da gente”* (ajudante).

Os postos de trabalho oferecidos anteriormente eram no setor público (que nem sempre garantia os direitos trabalhistas, a exemplo das professoras que chegavam a receber R\$ 30,00 a R\$ 50,00 por mês, antes do FUNDEF), no pequeno número de estabelecimentos comerciais que também não respeitavam a legislação trabalhista, na agricultura, principalmente nas roças familiares e na coleta do coco babaçu e no setor informal: vendedores ambulantes (a exemplo das feirantes), prestadores de serviços (a exemplo das lavadeiras). Elas foram atraídas para a cooperativa pela possibilidade de aprender um ofício e ter ganhos superiores, tendo em vista que poucas trabalhadoras tinham conhecimento de costura, embora esta atividade seja relacionada como uma atividade doméstica. Mas a inexperiência em trabalho fabril ou mesmo em qualquer outro lugar é vista como uma vantagem para o proprietário da empresa-mãe, uma vez que a inexperiência é sinônimo de ausência de vícios, tanto de comportamento como de postura, sendo mais fácil “treiná-las”, devendo ser entendido como adestrá-las.

Mas as expectativas das trabalhadoras em parte foram frustradas, na medida em que a aprendizagem de um ofício não se configurou, por causa do parcelamento das tarefas.

Com exceção das costureiras piloto,<sup>93</sup> nenhuma outra (isto é, a maioria) sabe fazer uma calça completa e os ganhos também foram motivos de frustração, pois não chegam a atingir a média mensal do município,

*“De aprender a gente aprendeu muito, antigamente eu não sabia fazer nada nem pegar numa máquina, e hoje se eu for fazer, mas eu não sei fazer uma calça, não saberia viver de costura, porque eu só sei fazer aquele serviço. Agora ela (a peça) já tando cortada pra gente só costurar, só passar a costura eu sei, mas pra fazer ela todinha eu não sei”* (costureira).

Porém, é fato que muitas dessas mulheres consideram a situação atual de trabalho na cooperativa melhor do que a anterior, excetuando novamente as ex-operárias da INVEST que vivenciaram o trabalho assalariado e desfrutaram dos direitos a ele acoplados, muito embora a rotina de trabalho seja desgastante, não só pelo volume e intensidade do trabalho, quando há, mas sobretudo pela falta de uma rotina pré-estabelecida, uma vez que esta é determinada pela produção, que por sua vez é sazonal; há períodos sem trabalho (até vinte dias, considerando que o produto desta confecção é calça social masculina e, portanto, não altera muito o modelo no decorrer das estações) sem remuneração, sem dia e horário certo pra trabalhar e descansar, como vimos no capítulo anterior. A ausência de uma rotina de trabalho não alterou muito o andamento da rotina do lar, uma vez que os cuidados com a casa, com alimentação, com os filhos e maridos são compartilhados com outras mulheres formando uma rede de apoio familiar na qual a figura da avó (paterna ou materna) é primordial, além de cunhadas e irmãs mais novas que não estejam trabalhando ainda, bem como as vizinhas, são relações de solidariedade muito comuns em sociedades não industrializadas, como discutido por Durkheim (1999).

A inserção dessas mulheres no mercado de trabalho provocou mudanças em todas as esferas do seu cotidiano, não só na administração do lar, mas também nas relações com

---

<sup>93</sup> Aquelas que dominam todo o processo de produção da calça.

seus companheiros, segundo as informantes, os maridos tendem a respeitá-las mais em virtude da sua contribuição financeira nas despesas familiares, conseqüência positiva apontada pelo proprietário da empresa-mãe, mas também tendem a reclamar das tarefas domésticas não realizadas, como, por exemplo, pela roupa mal passada, pela limpeza da casa, pelo sabor da comida (muitas vezes feita às pressas antes de sair para o trabalho, ou quando chegam na hora do almoço). cremos que as reclamações são maneiras indiretas de manter o poder patriarcal, “*lembrando quem é o chefe da casa*”. As mulheres também passaram a ter mais credibilidade no comércio local, podendo comprar produtos a prazo e podendo bancar certos “luxos” anteriormente impróprios, como “*uma roupa nova ou um perfume melhor*”, como veremos na fala abaixo,

*“Quem trabalhava aqui era só meu marido, primeiro ele nunca reclamou nada pra mim, tanto como ajudando em casa como trabalhando ele nunca reclamou, quando eu falei que ia trabalhar ele disse é Fulana tu precisa trabalhar porque tu quer tuas coisas e eu pra mim te dar às vezes tu precisa e eu não posso te dar na hora que tu precisa por isso tu que sabe”* (costureira).

*“Eu tinha mais convivência, vivia mais em casa e tudo, quase não trabalhava, mas aí trabalhando só faço chegar almoçar e volto, só faço falar com meus filhos e marido almoço e saio, só almoço, janto, só, mas”,* (costureira).

*“Eu tenho muito menos tempo (pra família), eu convivo mais com as pessoas da cooperativa do que na minha casa. Porque a gente diz que tem a noite, mas a noite a gente tem que dormir cedo pra trabalhar cedinho, assim a gente passa mais tempo lá, com as amigas lá do que em casa com o marido”* (costureira).

As atividades desenvolvidas pelas sócias da cooperativa em Lima Campos são propícias para o desencadeamento de Lesões por Esforço Repetitivo (LER), mas nenhuma vinculação entre alguns possíveis sintomas (dores nas articulações dos dedos, dores nas pernas, na coluna ou problemas na visão) e o trabalho nos foi relatada. A “*penosidade do trabalho sobre o corpo não é percebida como causa de problema de saúde, embora não seja difícil reconhecer as conseqüências negativas de posturas corporais que o*

*desempenho de certas tarefas obriga a tornar exaustivamente rotineiras e repetitivas”* (Cavalcanti ; Ramos & Silva, 1998 : 111). Esse é um problema sério que é agravado pela ausência de direitos como falta remunerada para tratamento de saúde, uma vez que a cooperativa não mantém um fundo de reserva para qualquer eventualidade, como reflete a fala a seguir,

*“Se ficar doente nem tem direito em nada e nem ganha nada também, se eu estou em casa hoje, eu estou sem ganhar nada, mesmo não sendo culpa nossa, continuo em casa essa semana eu não trabalhei nem um dia, que tá faltando serviço, o serviço chegou mas não chegou no nosso setor ainda, só que esses dias a gente tá sem ganhar nada, se adoecer, ficar em casa não ganha nada”* (Costureira).

As eventualidades acontecem e a ausência do fundo de reserva (obrigação da cooperativa segundo a Lei 5.764, art.28, alínea D)<sup>94</sup> já deixou os sócios em situação financeira difícil quando no dia do rateio, em um mês de grande produção, eles foram assaltados. Todo o dinheiro que seria rateado na sede da cooperativa foi levado pelos assaltantes e até hoje não há pistas deles. Mas esta não é a única forma de subtrair a renda desses trabalhadores. Eles são vítimas de várias outras formas, como a utilização da estrutura física da cooperativa para a instalação do escritório da empresa-mãe e de uma parte do processo de produção que ficou sob sua responsabilidade, como também descontos automáticos no pagamento das peças produzidas quando há problemas nas mesmas, bem como reduzir na contagem o número de peças montadas entregues pela cooperativa para a empresa-mãe e atrasar o pagamento destas.

Assim, os trabalhadores da cooperativa de Lima Campos estão entre a exclusão e a precarização. Com base na literatura citada e nas opiniões dos nossos informantes

---

<sup>94</sup> O fundo de reserva segundo a lei deve ser formado de no mínimo 10% das sobras líquidas do exercício (Lei 5.764, de 16/12/1971. OCB, 1993).

definimos as características da cooperativa estudada, como poderemos visualizar melhor no quadro 1:

Quadro 1  
**Algumas características da cooperativa de trabalho instalada em Lima Campos**

Ausência de fundo de reserva;
Ausência de direitos de toda natureza, licença maternidade, férias, assistência médica;
Predominância feminina;
Discriminação ocupacional e salarial baseada nas desigualdades de gênero;
Indeterminação de uma rotina de trabalho com dias na semana determinados;
Atrasos no rateio, recebimentos abaixo do salário mínimo;
Mão-de-obra desqualificada e desorganizada politicamente;
Desconhecimento do sistema cooperativo com a criação da empresa “de cima para baixo” ;
Identificação de uma pessoa como “patrão”.

As características ora listadas nos possibilitam afirmar que tal experiência não se enquadra no grupo de cooperativa que privilegia a sua natureza de projeto, preocupando-se com a formação e o crescimento de seus sócios enquanto indivíduo e principalmente enquanto ser social nem no grupo que privilegia seu caráter de prática, mais voltado para as relações com o mercado. Ela é uma forma distorcida de associativismo na qual homens e mulheres, mas principalmente estas últimas, estão sendo exploradas em benefício do capital.

As características da cooperativa de Lima Campos listadas acima (que, resguardando certas particularidades, podem ser generalizadas para as cooperativas de trabalho criadas no Nordeste brasileiro a partir de 1990) estão diretamente relacionadas com os objetivos últimos que motivaram e motivam a sua criação, isto é, reduzir custos de produção via terceirização por contingência, diferenciando-as das cooperativas que

proporcionam aos seus associados autonomia frente ao capitalista, por serem frutos de um movimento de conquista social, a exemplo das experiências européias revistas no segundo capítulo. A precarização das condições e relações de trabalho têm sido o resultado final desse grupo de cooperativas de trabalho instalado no interior nordestino.

Cabe ressaltarmos que embora esse tipo de cooperativa esteja, atualmente, predominando na região Nordeste, devido aos seus fatores atrativos (mão-de-obra abundante, barata, e desorganizada politicamente) ele também tem ocorrido em cidades do Sul e Sudeste do país, a diferença é que nestes lugares já há uma forte reação, visível pelas várias decisões judiciais a favor do estabelecimento de vínculo empregatício entre a contratante, chamada aqui de empresa-mãe, e os associados da cooperativa, fato que no Nordeste está apenas começando. Parece-nos interessante reforçar que a história do cooperativismo no Brasil está relacionada com as regiões Sul e Sudeste, uma vez que estas regiões foram o palco para as primeiras experiências cooperativistas dos imigrantes europeus, experiências estas no setor do cooperativismo agrícola, que posteriormente contou com o apoio estatal, como tem sido até hoje, uma vez que foram identificadas como um instrumento de reestruturação das atividades agrícolas, diferenciando-as de outras formas de associação, como os sindicatos. É importante reafirmarmos que o surgimento do cooperativismo no Brasil esteve associado a um momento de crise no setor agrário, servindo para reanimar as atividades do setor, estando portanto associado aos interesses das elites políticas e agrárias, sendo fruto não de um movimento de conquista social, mas de uma política de controle social e de intervenção estatal, desvirtuando-se dos objetivos perseguidos pelos criadores históricos das empresas de tipo cooperativista, fato que tem

total correlação com a situação atual vivida por algumas cooperativas de trabalho no Nordeste, diversificando apenas o tipo de elite<sup>95</sup> a ser beneficiada.

## **Conclusão**

A elite brasileira atualmente beneficiada pelas cooperativas de trabalho no Nordeste tem sido, como vimos neste trabalho, a industrial. São os empresários das indústrias consideradas tradicionais, como as de vestuário que basicamente têm transferido suas plantas fabris para as cidades nordestinas em busca da mão-de-obra barata, desorganizada e desqualificada, objetivando, com isso, reduzir seus custos de produção, visando o chamado “custo chinês”, auferido muito facilmente com a subcontratação das cooperativas de trabalho para realizarem parte do seu processo de produção sem o ônus dos encargos sociais e trabalhistas.

É com este objetivo, como vimos, que as cooperativas de trabalho entram no cenário nordestino a partir de 1990. Elas surgem como uma alternativa para a manutenção do processo de acumulação de capital em um momento de crise do setor industrial têxtil e não para beneficiar o trabalhador com todas as vantagens que o sistema cooperativista poderia lhe oferecer, a partir do seu caráter de projeto, que ressalta a humanização das relações de trabalho e o crescimento dos associados enquanto ser individual e ser coletivo/político como vêm destacando as experiências ligadas à economia solidária, bem como do seu caráter de prática voltado para assegurar a sua viabilidade econômica, a exemplo das cooperativas agrárias e financeiras que têm adotado estratégias de gestão bastante semelhantes ao modelo de empresa capitalista.

---

<sup>95</sup> A diversificação da elite a ser beneficiada é válida para o Nordeste, uma vez que no Sudeste quem tem recorrido com mais frequência a este tipo de cooperativa é a elite agroexportadora, destacando-se os produtores de laranja.

As cooperativas de trabalho, a exemplo do nosso estudo de caso — a cooperativa dos Grupos de Trabalhadores em Confecções de Lima Campos —, apresentam particularidades aparentemente paradoxais como a questão da flexibilização do trabalho que, ao facilitar a inclusão no mercado de trabalho de pessoas anteriormente dele excluídas, destacando-se a figura feminina, jovem e sem qualificação, revela o seu lado perverso, dificultando as esferas da sua vida, através de uma rotina de trabalho incerta que, por sua vez, desorganiza a rotina doméstica; através da aquisição de doenças ligadas ao trabalho, como a LER, isentando-se das responsabilidades sobre o seu tratamento. Mas, mesmo sendo uma *inserção excluída*, na ótica dos atores envolvidos nesse fenômeno, principalmente os próprios trabalhadores, tal situação é considerada “melhor do que nada”, ou “melhor do que antes”, quando o antes representa o nada, embora não haja ainda indicadores mensuráveis das mudanças produzidas por estes empreendimentos nos municípios, pode-se perceber que a instalação da cooperativa implicou em Lima Campos uma maior circulação monetária na cidade, as falas a seguir demonstram bem essa realidade:

*“Primeiro: é pouco o que a gente ganha? É, mas é melhor do que a gente estar em casa direto sem ganhar nada”* (costureira).

*“Eles têm medo de sair, porque não é um salário legal, não é, trabalha demais? Sim trabalha, mas pior sem ele, porque há famílias lá completa trabalhando”* (costureira piloto).

Outra particularidade aparentemente paradoxal destas cooperativas é a sua estreita relação com o Poder Público. A relação de cooperativas com o Poder Público no Brasil não é novidade, como vimos no segundo capítulo, mas com estas, especificamente, é paradoxal, uma vez que elas são criadas burlando, claramente, a legislação trabalhista com o patrocínio governamental. Recorrer às cooperativas de trabalho para livrar-se do ônus com os encargos sociais e trabalhistas que acompanham o emprego formal, só foi possível com a

alteração da Lei 442, como vimos no decorrer deste trabalho. Além disso, os governos estaduais e municipais têm participado ativamente na idealização, criação e desenvolvimento dessas cooperativas que, diante das referências empíricas expostas e analisadas na presente dissertação, podem ser pensadas enquanto cooperativas fraudulentas de trabalho, como denomina, o Ministério Público do Trabalho (Gazeta Mercantil, 1998: A-8) ou enquanto “cooperfraudes”, na medida em que são empresas criadas “de cima pra baixo”, sem a participação dos sócios, os quais são convocados a se associarem, desconhecendo os princípios, valores e objetivos do sistema cooperativista; os sócios obedecem determinações de uma empresa privada sobre jornada de trabalho, metodologia, disciplina e formas de rateio da renda auferida; não há democracia interna e a administração além de ser exercida por uma única pessoa, é claramente submetida à direção da empresa contratante dos serviços da cooperativa. Mas isso, na nossa ótica, não invalida as vantagens do sistema cooperativista como um todo, uma vez que as empresas cooperativas sejam aquelas criadas visando os objetivos e sigam, em suas práticas diárias, as determinações dos princípios e valores do sistema cooperativista, dessa forma elas são, inegavelmente, um instrumento de aperfeiçoamento das relações de trabalho e de crescimento pessoal e social do trabalhador.

Para finalizar, gostaríamos de frisar que a construção de cooperativas de trabalho consideradas aqui como fraudulentas é um processo em curso e como tal apresenta muitas outras questões a serem pesquisadas.

O estudo de caso aqui realizado nos oferece algumas dimensões do problema que, bem assinaladas pelos nossos informantes, revelam que as cooperativas de trabalho “não têm padrão, mas têm, porque eles continuam mandando”; revelam também a contínua precarização do trabalho de homens e mulheres que “difícilmente chegam a receber um

salário mínimo e não têm direito a nada” e, no caso das mulheres, reconhecidos os limites locais de geração de emprego, admitem que “o agora é melhor do que antes”.

## Bibliografia

- ABRAMO, L. & ABREU, A. R. P. (1998). Gênero e trabalho na sociologia latino-americana: Uma introdução. In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. de P. (orgs). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, pp. 9-18.
- ABRAMO, L. (1998). Um olhar de gênero. Visibilizando precarizações ao longo das cadeias produtivas. In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. de P. (orgs). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, pp. 39-61.
- ABREU, A. R. de P. (1993). Trabalho e qualificação na indústria de confecção. In: **Revista de Estudos feministas**. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, vol. 1, N.2, pp. 293-304.
- \_\_\_\_\_. & SORJ, B. (1993). Trabalho a domicílio nas sociedades contemporâneas-uma revisão da literatura recente. In: ABREU, A. R. de Paiva & SORJ, B. (orgs.). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, pp. 11-24.
- \_\_\_\_\_. (1993). Trabalho a domicílio e relações de gênero: as costureiras externas do Rio de Janeiro. In: ABREU, A. R. de Paiva & SORJ, B. (orgs.). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, pp.43-61.
- \_\_\_\_\_. (1994). Subcontratação e trabalho a domicílio – a influência do gênero. In: MARTINS, H & RAMALHO, J. R. (orgs.). **Terceirização: diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: Hucitec/Nest-Cedi.
- \_\_\_\_\_. & RAMALHO, J. R. (1998). Os impactos sociais da terceirização industrial no Rio de Janeiro: um estudo de caso no setor de telecomunicações. In: CASTRO, N. A. & DEDECCA, C. S. (orgs). **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, pp. 155-188.
- ACÓRDÃO. (2001). 1ª T- N° 06705. Santa Catarina: Tribunal Regional do Trabalho. V. 219.
- ANDERSON, P. (1995). Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.(org.). **Pós-neoliberalismo – as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp.9-23.
- ANDRADE, R. (2001). A construção do objeto. **Aula proferida na disciplina Metodologia da pesquisa Psicossocial no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ**. Rio de Janeiro: UERJ, 20 de agosto.
- ANTUNES, R. (1992). **A rebeldia do trabalho: o confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80**. 2ª ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- \_\_\_\_\_. (1995). **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas.
- \_\_\_\_\_. (2000). **Os sentidos do trabalho**. 3ª ed. São Paulo: BOITEMPO.
- ARAÚJO, N. & LIMA, J. C. (1998). *Trabalho associado, capital e reação sindical: as cooperativas de trabalho industrial. Comunicação apresentada ao GT Sindicalismo e Política XXII Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 27 a 31 de outubro.*

- BALTAR, P. E. A. (1998). Abertura econômica e absorção de mão-de-obra no Brasil. In: CASTRO, N. A. & DEDECCA, C. S. (orgs.). **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, pp. 19-30.
- BANDEIRA, M.L (1997). Divisão sexual do trabalho: práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUEIRA, D. E; POTENGY, G.F & CAPPELIN, P. (orgs.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 155-175.
- BECKER, H. (1999). **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC.
- BENAKOUCHE, R. (1998). Globalização ou Pax Americana? In: ARRUDA JÚNIOR, E. L. (org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: EDIBEJ, pp.8-28.
- BIALOSKORSKI NETO, S. (1997). Gestão do agribusiness cooperativo. In: MÁRIO, ° B. (coord.). **Gestão agroindustrial**. Vol 1. São Paulo: Atlas, pp. 515-524.
- BRAVERMAM, H. (1997). **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- BRUSCHINI, C. (2000). Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/1995). In: ROCHA, M. I. B. (org.). **Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios**. Campinas:ABEP, NEP/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34., pp. 13-58.
- BRUYNE, P, HERMAN, J & SCHOOTHEETE,M. 1977 – **Dinâmica da pesquisa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CAILLÉ, A. (1998). Nem holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. V. 13 n. 38, outubro.
- CARDOSO, A. M. (1999). Reforma econômica, competitividade e relações industriais no Brasil: estudos de caso nos setores automobilístico e têxtil. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Ano 5, n. 9, pp. 83-113.
- CARRILLO, J. (1998). Entreprises exportatrices et changements dans l' organisation du travail au Mexique. In: HIRATA, H; LAUTIER, B. & SALAMA, P. (orgs.). **Les Transformations du travail (Amérique latine, Asie)**. Paris: Reveu tiers-Monde, PUF-IEDES, n. 154, abr-jun., pp. 157-180.
- CASTRO, N. A. & DEDECCA, C. S. (1998). Flexibilidade e Precarização: Tempos mais duros. In: CASTRO, N. A. & DEDECCA, C. S (orgs.). **A ocupação na América Latina: Tempos mais duros**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, pp.9-18.
- \_\_\_\_\_. & GUIMARÃES, I. B. (1997). Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. In: SIQUEIRA, D. E; POTENGY, G.F & CAPPELIN, P. (orgs.). **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 177-211.
- CAVALCANTI, J. S. B; RAMOS, J. V. R. & SILVA, A. C. B. (1998). O trabalho feminino na agricultura de exportação. As trabalhadoras na viticultura do Nordeste do Brasil. In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. de P. (orgs.). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, pp. 101-114.
- CAVALCANTI, J. S. B. (1999 a). Desigualdades sociais e identidades em construção na agricultura de exportação. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Ano 5, n. 9, pp.155-171.
- \_\_\_\_\_. (1999 b). Globalização e processos sociais na fruticultura de exportação do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B (org.). **Globalização, trabalho,**

- meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 123-170.
- \_\_\_\_\_. & SILVA, A. C. B. (1999 b). Estratégias produtivas e o trabalho de homens e mulheres na fruticultura de exportação: o caso do Vale do São Francisco. In: CAVALCANTI, J. S. B (org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, pp. 123-170.
- \_\_\_\_\_. & MOTA, D. M. (2003). Trabalho na fruticultura irrigada do nordeste do Brasil. In: BENDINI, M. & STEIMBREGER, N (orgs.). **Territorios y organización social de la agricultura.** Buenos Aires; GESA, La Colmena, Universidad Nacional del Comahue, pp. 107-122.
- CHESNAIS, F. (1996). **A mundialização do capital.** São Paulo: Xamã.
- COLBARI, A. (2002). Impasses e contrastes na modernização das empresas do setor de confecções. In: **Sociedade em debate.** Pelotas: V. 8, n. 2; EDUCAT, pp. 85-112.
- COMPLEXO COOPERATIVO DE MONDRAGÓN. (2001). **Mondragón Corporación Cooperativa: A historia de una experiencia.** www.mondragon.mcc.es
- CORDEIRO, S. M. (2001). **O papel das cooperativas de trabalho no contexto das transformações da sociedade brasileira: um estudo de caso no município do Rio de Janeiro.** Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: FGV, (mimeo).
- CORIAT, B. (1994 a). **L'atelier et l'ê robot: Essai sur l'ê fordisme et la production de masse à l' age de l' électronique.** Paris: Collection Choix-Essais, Christian Bourgois éditeur.
- \_\_\_\_\_. (1994 b). **Pensar pelo avesso: o modelo japonês de trabalho e organização.** Rio de Janeiro: UFRJ Revan.
- COUTROT, T. (1999). **Critique de l'organisation du travail.** Paris: Éditions La Découverte.
- DA MATTA, R. (1990). **Carnavais malandros e heróis.** 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S/A.
- DEFOURNY, J. (1988). Coopératives de production et enterprises autogérées: une synthèse du débat sur les effets économiques de la participation. In: QUADEN, G. **Mondes en developpement.** Paris, Tome 16, n. 61, pp. 139-153.
- DICKSTEIN, C. (1998). The role of Cooperative Developing Worker Cooperatives: Lessons from Philadelphia. **Economic and Industrial Democracy.** V. 9 n. 2, may, 197-223.
- PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO 15ª REGIÃO. (1997). Sentenças. Campinas: **Divisão de informática,** última atualização 23 de outubro.
- DURKHEIM, E. (1999). **Da divisão do trabalho social.** São Paulo: Martins Fontes.
- FARIA, A. & NAKANO, M. (1997). Empresas autogestionárias: uma alternativa diante do desemprego. In: **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação SEADE, v.11, n. 4, pp. 41-46.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2002). **Cooperativas disfarçam crise do emprego.** 07/04, p. B1.
- FOLHA DE SÃO PAULO. (1995). **Tigres cearenses: 'negócios da China' chegam ao Nordeste.** 31 de dez, p.2-6.
- GAZETA MERCANTIL. (1997). **Calçados Bottero é a 11ª indústria gaúcha que investe na Bahia.** 22 de out, p.C-03.

- GAZETA MERCANTIL. (1998). **Têxteis: sem chances para a ineficiência**. 22 de janeiro, p.C-8.
- GAZETA MERCANTIL. (1998). **Cooperativas de trabalhadores enfrentam ações**. 22 de julho, p.A-8.
- GIL, C. A. (1987). **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas.
- GORENDER, J. (1997). Globalização tecnologias e relações de trabalho. In: **Estudos Avançados** 11 (29), pp. 311-362.
- GORINI, A. P. F. & SIQUEIRA, S.H.G. (1997). Complexo têxtil brasileiro. **BNDES Setorial**, novembro, pp.133-156.
- GRUPO de TRABALHO sobre COOPERATIVA. (1997). A negação do Direito. Boletim Informativo. Campinas, 15 de maio.
- GUILLERM, A. & BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- HACKER, S. L. (1998). Gender and Technology at the Mondragon System of Producer Cooperatives. **Economic and Industrial Democracy**. V. 9 n. 2, may, pp. 227-243.
- HAGUETTE, M. T. F. (1990). **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes.
- HIST, P. (1994). **Associative Democracy. New Forms of Economic and Social Governance**. Amherst: University of Michigan Press.
- HARVEY, D. (1994). **A condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola.
- HIRATA, Helena (1998). Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudos do Trabalho**. Ano 4, n.7, pp. 5-28.
- KERLINGER, F. N. (1980). **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: EPU - Editora da Universidade de São Paulo.
- IBGE. (1973). Censo demográfico 1970. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (1998). Contagem populacional 1996. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (1999). Cidades@. Síntese. Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. (2003). Censo demográfico 2000. Resultados da Amostra. Rio de Janeiro.
- LAVINAS, L. & SORJ, B. (2000). O trabalho a domicílio em questão: perspectivas brasileiras. In: ROCHA, M. I. B. (org.). **Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios**. Campinas:ABEP, NEP/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG/ São Paulo: Ed. 34., pp. 211-236.
- LEITE, M. (2002). Trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. Paris, **Seminário Mulher e Trabalho**, (mimeo.).
- LIMA, J. C. (1993). **Mercado de trabalho e nova classe operária: uma revisão temática**. Cadernos de Textos n.27, Mestrado em Ciências Sociais/UFPB (Série Debates).
- \_\_\_\_\_. (1996). **Trabalho, mercado e formação de classe: estudo sobre operários fabris em Pernambuco**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB.
- \_\_\_\_\_. (1997). Negócios da China: a nova industrialização do Nordeste. **Novos Estudos Cebrap**, n.49, novembro, pp. 141-158.
- \_\_\_\_\_. (1998). Cooperativas de produção industrial: autonomia e subordinação do trabalho. In: CASTRO, N. A. & DEDECCA, C. S. (orgs). **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, pp. 211-229 (Série II Congresso Latinoamericano de Sociologia do Trabalho).

- \_\_\_\_\_. (1999). Novas formas, velhos conteúdos: diversidade produtiva e emprego precário na indústria do vestuário. In: **Política & Trabalho**. Ano 15, n. 15. João Pessoa: PPGS-UFPB, pp. 121-139.
- \_\_\_\_\_. (2000). A subcontratação em cooperativas de trabalho no Nordeste: descentralização produtiva e flexibilização das relações de trabalho. In: ABREU, A. R. de P. (org.). **Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, pp. 255-269.
- \_\_\_\_\_. (2001). A “nova informalidade” e os trabalhadores: maiores ganhos(?), menos direitos. Caxambú: XXV Encontro Nacional da ANPOCS, outubro. (mimeo).
- \_\_\_\_\_. (2002). **As artimanhas da flexibilização: O trabalho terceirizado em cooperativas de produção**. São Paulo: Terceira Margem.
- MARTÍNEZ, I. & PIRES, M. L. L. e S. (1999). Cooperativas e desenvolvimento rural: As recentes discussões no campo da “Nova Geração de Cooperativas”. In: **Perspectiva Econômica**. São Leopoldo: Editora Unisinos, V. 34, n. 108 (cooperativismo 46), pp. 123-137.
- MARX, K. & ENGELS, F. (1976). **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora ALFA-OMEGA.
- MARX, K. (1989). **O capital**. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- MATTOSO, J. E. L. (1998). Globalização, neoliberalismo e flexibilização. In: ARRUDA JÚNIOR, E. L. (org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: EDIBEJ, pp. 39-49.
- MAUAD, M. (2001). **Cooperativas de trabalho : sua relação com o Direito do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: LTr.
- MELLO, P. J. S. (1998). Globalização e reestruturação produtiva do fordismo ao toyotismo. In: ARRUDA JÚNIOR, E. L. (org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: EDIBEJ, pp. 271-283.
- MELLO, Z. C. de (1991). O governo Collor em face da crise brasileira. In: VELLOSO, J. P. (org.) **Condições para a retomada do desenvolvimento**. São Paulo: Nobel, p.23-28.
- MELO, R. S. (1996). Cooperativas de Trabalho. Campinas: **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região**, n. 8, pp.124-130.
- MINAYO, M. C. S (org.). (1999). **Pesquisa Social**. Petrópolis: Vozes.
- MONTEIRO FILHA, D. C. M. & SANTOS, A. M. M. M. (2002). Cadeia têxtil: estruturas e estratégias no comércio exterior. In: **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n. 15, pp. 113-136.
- MOREIRA, M. V. C. (1997 a). **Cooperativismo e Desenvolvimento: O caso das Cooperativas de Confecções do Maciço de Baturité**. Fortaleza, (mimeo)
- \_\_\_\_\_. (1997 b). A inserção da mão-de-obra feminina na indústria de confecção do Ceará: o caso das cooperativas de Confecções do Maciço de Baturité. **Caderno CRH**, n.26/27, jan./dez. pp.351-373.
- MONTEIRO, A.A.(1999). **O cooperativismo maranhense**. 3ª ed. São Luis: OCEMA.
- NEVES, M. A. (2000). Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, M. I. B. (org.). **Trabalho e Gênero: Mudanças, permanências e desafios**. Campinas:ABEP, NEP/UNICAMP e CEDEPLAR/UFGM/ São Paulo: Ed. 34, pp. 171-185.
- OCB. (1993). **Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. 3 ed. Brasília.
- O ESTADO DO MARANHÃO. (2002). **Maranhão torna-se mais atrativo**. 20 de janeiro.
- O IMPARCIAL, (1996). **Setor industrial começa a deslanchar**. 01 de outubro.
- OFFE, C. (1994). **Capitalismo desorganizado**. 2ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense.

- PICCININI, V. C. (1998). O trabalho flexível na indústria calçadista. In: CASTRO, N. A. & DEDECCA, C. S. (orgs). **A ocupação na América Latina: tempos mais duros**. São Paulo/Rio de Janeiro: ALAST, pp. 211-229.
- PINHO, D. B. (1976). **A racionalidade econômica do cooperativismo**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, (mimeo).
- PIRES, M. L. L. e S. (1999 a). **O cooperativismo agrícola em questão: A trama das relações entre projeto e prática em cooperativas do Nordeste do Brasil e do Leste (Quebec) do Canadá**. Tese de Doutorado. Recife: UFPE, (mimeo).
- \_\_\_\_\_. (1997). Cooperativismo: Limites e perspectivas na era da globalização. In: **Revista Universidade e Sociedade**. São Paulo: ANDES, ano VII, n. 14, outubro, pp. 78-84.
- \_\_\_\_\_. (1999 b). Cooperativismo: entre os ideais utópicos e as exigências da competitividade do mercado. Um estudo de caso de uma cooperativa frutícola no Vale do São Francisco. In: **Perspectiva Econômica. São Leopoldo**: Editora Unisinos, v. 34, n. 108, out/dez. pp, 79-104.
- \_\_\_\_\_. & CAVALCANTI, J. S. B. (2000). Cooperativas agrícolas e mercados globais. Estratégias competitivas e desafios. In: **Anais do X Congresso Mundial de Sociologia Rural e XXXVIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, realizado no Rio de Janeiro, período de 30 de julho a 05 de agosto.
- POSTHUMA, A. C. (1998). Mercado de trabalho e exclusão social da força de trabalho feminina. In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. de P. (orgs). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, pp. 21-38.
- RAIS. (2002). **Anuário Estatístico**.
- RAMALHO, J. R. (1994). As diversas faces da negociação no meio sindical brasileiro. In: MARTINS, H. S. & RAMALHO, J. R. (orgs.). **Terceirização: Diversidade e negociação no mundo do trabalho**. São Paulo: HUCITEC, CEDI/NETS, pp. 155-171.
- \_\_\_\_\_. (1997). Precarização do trabalho e impasses da organização coletiva no Brasil. In: ANTUNES, R. et all (orgs.) **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 2ª ed. São Paulo: BOITEMPO, pp.85-113.
- RAMÍREZ, A J. R. (1998-1999). Análisis psicosocial del sistema de participación del cooperativismo de trabajo asociado de Andalucía. **Sociología del Trabajo** 35, Nueva Época, Inverno.
- RAMOS, A. L. (1998). Acumulação flexível, toyotismo e desregulamentação do direito do Trabalho. In: ARRUDA JÚNIOR, E. L. (org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: EDIBEJ, pp. 244-256.
- REIS, C. R. N. (1999). **A indústria têxtil no Maranhão: Passado e presente de um sonho fabril**. Monografia de conclusão de curso. São Luís: UFMA, (mimeo).
- RICHARDSON, R. J. & Colaboradores(1999). **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas.
- RIOS, G. S. L. (1989). **O que é cooperativismo**. São Paulo: Brasiliense.
- RIZEK, C. S. & LEITE, M. P. (1998). Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. In: ABRAMO, L. & ABREU, A. R. de P. (orgs). **Gênero e trabalho na sociologia latino-americana**. São Paulo; Rio de Janeiro: ALAST, pp. 63-82.
- RUAS, R. (1993). Notas acerca das relações entre trabalho a domicílio, redes de subcontratação e as condições de competição. In: ABREU, A. R. de Paiva & SORJ, B.

- (orgs.). **O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, pp. 25-41.
- SANTOS, A. M. M. M.; CORRÊA, A. R.; ALEXIM, F. M. B.; PEIXOTO, G. B. T. (2002). Deslocamento de empresas para os estados do Ceará e da Bahia: o caso da indústria calçadista. In: **BNDES Setorial**. Rio de Janeiro, n. 15pp. 63-82.
- SANTOS, B. S. (2002). Prefácio. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 13-22.
- SANTOS, B. S. & RODRÍGUEZ, C. (2002). Introdução: para ampliar o cânone da produção. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 23-77.
- SANTOS, M. (2000). **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 3ªed. Rio de Janeiro: Record.
- STANDING, G. (2000). La inseguridad laboral. In: **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**. Ano 6, n. 11, pp. 47-106.
- SILVA, M. H. P. (2001). **Cooperativismo na área de atuação da ASSEMA: um estudo das cooperativas de Lago do Junco e Esperantinópolis**. Dissertação de mestrado. São Luís : UFMA, (mimeo).
- SILVA, R. P. (1998). O neoliberalismo e o discurso da flexibilidade dos direitos sociais relativos ao trabalho. In: ARRUDA JÚNIOR, E. L. (org.). **Globalização, neoliberalismo e o mundo do trabalho**. Curitiba: EDIBEJ, pp. 63-94.
- SILVA FILHO, C. V. (2002). **Cooperativas de trabalho**. São Paulo: Atlas.
- SINGER, P. (1997). Economia solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo. In: **Proposta**. Rio de Janeiro, n. 72, março/maio, pp. 7-38.
- \_\_\_\_\_. (1998). **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Editora Contexto.
- \_\_\_\_\_ & SOUZA, A. (2000). **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2002). A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 81-129.
- THOMPSON, E. P. (1987). **A formação da classe operária inglesa**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- THOMPSON, G. HIST, P. (1998). **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes.
- VARGAS, F. (1999). L'émergence du chômage au Brésil: reproduction et changement des rapports sociaux. In: HEINEN, J. & KERGOAT, D. **Un continent noir: le travail feminine**. Paris; L' Harmattan, cahiers du genre n. 26, pp. 111-119.
- VEIGA, S.M & FONSECA, I. (2001). **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A: Fase
- VIEITEZ, C. G. & DAL RI, N. M.(2001). **Trabalho associado: Cooperativas e empresas de autogestão**. Rio de Janeiro: DP&A.
- WEBER, F. (2001). **Le travail à-côté: Étude d'ethnographie ouvrière**. Paris: Éditions de l'EHESS.

## Anexo 1

*Tabela 8: Pessoas entrevistadas por cargo ocupado, sexo, local da entrevista e data.*

Cargo ocupado	Sexo	Local	Data
Sócio-proprietário	Masculino	Sede da fábrica	21/11/1997
Secretária	Feminino	Sede da fábrica	22/11/1997
Operária/costureira	Feminino	Residência	23/11/1997
Operária/costureira	Feminino	Residência	23/11/1997
Operária/ajudante de costura	Feminino	Residência	24/11/1997
Operário/passadoria	Masculino	Residência	24/11/1997
Ex-operária	Feminino	Residência	25/11/1997
Operária/costureira	Feminino	Residência	25/11/1997
Gerente de produção	Feminino	Residência	26/11/1997
Dirigente de associação	Feminino	Residência	27/11/1997
Operária/costureira piloto	Feminino	Residência	28/11/1997
Ex-operária	Feminino	Residência	29/11/1997
Operária/ajudante de costura	Feminino	Residência	30/11/1997
Presidente da Associação JK e diretora geral dos Grupos	Feminino	Sede da cooperativa	09/01/2002
Proprietário da	Masculino	Sede da empresa	10/01/2002

empresa cabeça		instalada nos galpões da cooperativa	
Diretor administrativo da cooperativa	Masculino	Sede da cooperativa	11/01/2002
Associada/costureira	Feminino	Residência	12/01/2002
Associada/costureira	Feminino	Residência	14/01/2002
Associada/revisionista	Feminino	Residência	15/01/2002
Comerciante	Masculino	Estabelecimento comercial	16/01/2002
Vice-presidente da Associação Getúlio Vargas	Feminino	Residência	17/01/2002
Comerciante	Masculino	Estabelecimento comercial	18/01/2002
Associada	Feminino	Sede da cooperativa	19/07/2002
Associada	Feminino	Sede da cooperativa	20/07/2002

## Anexo 2

### Roteiros das entrevistas

#### Entrevista realizada com o proprietário da empresa-mãe:

- 1- Origem da cooperativa;
- 2- Como e de quem partiu a idéia da criação da cooperativa;
- 3- Como foram os contatos com o Banco do Nordeste e com o governo do estadual;
- 4- O financiamento como se deu;
- 5- Como se deu a escolha da construtora e quem acompanhou a construção da estrutura física da cooperativa;
- 6- A compra das máquinas como foi feita;
- 7- Como foi a divulgação da criação da cooperativa no município;
- 8- Como foi a recepção da notícia de criação da cooperativa e fechamento da fábrica;
- 9- Como é a estrutura administrativa da cooperativa;
- 10- Como é a organização do processo de trabalho;
- 11- Quem determinou a metodologia de trabalho;
- 12- Em que termos é o contrato entre a empresa-mãe e a cooperativa;
- 13- Quem são os fornecedores;
- 14- De onde vem a matéria-prima;
- 15- Quem são os compradores da produção;
- 16- Qual a avaliação sobre o empreendimento.

### **Entrevista realizada com os cooperados que trabalharam na fábrica:**

- 1- Como foram trabalhar na fábrica;
- 2- Como era o trabalho, o ritmo de trabalho, o salário;
- 3- Como e quando ficaram sabendo da criação da cooperativa;
- 4- Quais as expectativas com relação a ela;
- 5- Como se deu a inscrição na cooperativa;
- 6- Quem era o responsável pela inscrição;
- 7- Quem organizou o treinamento;
- 8- Quem e de onde eram os instrutores;
- 9- Quanto tempo demorou o treinamento;
- 10- Quanto receberam pelas peças produzidas neste período;
- 11- Porque ficaram instalados na antiga fábrica;
- 12- Fazer uma comparação entre o trabalho na fábrica e na cooperativa;
- 13- Quais as mudanças observadas e a avaliação sobre elas;
- 14- Qual a preferência: ser cooperado ou assalariado;
- 15- A relação com a direção da cooperativa;
- 16- A quem reclamar;
- 17- Noção de cooperativismo;
- 18- O que é uma cooperativa;
- 19- Como é participação deles na vida da cooperativa;
- 20- Quem determina os horários de trabalho;
- 21- Quanto e quando recebem pelo trabalho;
- 22- O que mudou na vida pessoal.

### **Entrevista com os cooperados que não trabalharam na fábrica:**

- 1- Onde trabalharam antes da cooperativa, se trabalharam;
- 2- Como ficaram sabendo da cooperativa, e porque optaram por trabalhar nela;
- 3- O que pensam do trabalho na cooperativa;
- 4- Qual a avaliação sobre antes e pós-cooperativa;

### **Entrevista com os comerciantes locais:**

- 1- Como é a movimentação comercial no município;
- 2- Como se dão as vendas: à vista ou a prazo;
- 3- Quem são os clientes;
- 4- Se houve alguma modificação no movimento comercial com a criação da fábrica;
- 5- Comparando com o período da cooperativa se melhorou ou piorou;

Cabe ressaltar que os roteiros foram mesclados conforme o andamento da entrevista. Além disso, várias outras informações não previstas foram obtidas no decorrer das falas.

### Anexo 3

**Tabela 9: Linha de montagem**

Etapas	Procedimentos	Equipes
Operação de marcação	Separar as peças, por tamanho, cor e modelo, logo que são descarregadas do caminhão.	Primeiro grupo denominado de “grupo de marcação” Grupo exclusivamente <b>masculino</b>
Operação do pence	Fazer o pence no cóis da calça	Inicia-se o segundo grupo denominado de “grupo do bolso traseiro”
Operação do vivo	Passar a costura externa	
Operação abrir bolso		
Operação virar bolso	Virar para o lado do avesso	
Operação travete	Reforçar a costura do bolso	
Operação espelho do bolso	Costurar um pedaço do tecido da calça no forro do bolso	

Operação acabamento do bolso		
Operação passar bolso	Engomar o bolso	
Operação costurar o espelho da frente no forro do bolso		Inicia-se o terceiro grupo, denominado “grupo do bolso dianteiro”
Operação costurar revéu		
Operação costurar bolso e o revéu na lateral		
Operação pespontar o bolso		
Operação fazer a prega		
Operação casar o bolso	Reunir, através de fichas de identificação (cor, tamanho, quantidade e modelo), os bolsos dianteiros com os traseiros. Esta operação é realizada pelas ajudantes pra agilizar o trabalho das costureiras.	
Operação viés	Costurar o bolso	
Operação chuleamento		
Operação mesa do par	Juntar dos dois lados da calça	
Operação lateral	Costurar as laterais e o entre pernas da calça	Inicia-se o quarto grupo, denominado “grupo do zíper”
Operação par do zíper	Combinar cor e tamanho do zíper com o modelo da calça	
Operação costurar zíper	Costurar a primeira vista e depois o zíper	
Operação fazer e cortar o passante	Costurar tiras de tecido que está sendo manuseado e cortá-las no tamanho que serão costuradas no cós da calça	Inicia-se o quinto grupo, denominado “grupo do cós”
Operação colar o cós	Colar a entertela para o cós ficar firme	
Operação Costurar o primeiro firmado		
Operação costurar o segundo firmado		
Operação costurar o cós social		
Operação colocar a etiqueta		
Operação costurar o cós na		

calça		
Operação passar o cóis		
Operação costurar botão ou colchete		
Operação ponta		
Operação gancho		
Operação alfinetar o tamanho do cóis	Alfinetar de acordo com o tamanho da calça (38 a 50)	
Operação pespontar o cóis		
Operação traveti do bolso dianteiro		Inicia-se o sexto grupo denominado “acabamento”
Operação cadeado		
Operação arremate	Retirar os pedaços de linha que ficam no tecido	
Operação abrir costura		Inicia-se o sétimo grupo denominado “passadoria” Grupo exclusivamente <b>masculino</b>
Operação passar as pernas da calça	Engomar somente as pernas da calça	
Operação passar o cóis e as pregas		
Operação revisão	Examinar todas as peças, caso haja defeito devolver para ser corrigido	Inicia-se o oitavo e último grupo denominado “revisão”
Operação empacotamento		

Fonte: Dados da pesquisa

#### Anexo 4

**Tabela 10: Cargos e pontuação para orientar o rateio**

<b>Função</b>	<b>Atividade</b>	<b>Pontuação para o rateio</b>
Ajudante	Deslocar as peças entre os galpões, combinar cor e tamanho do zíper com o modelo da calça.	1,3
Ajudante sênior	É uma ajudante polivalente.	1,4
Costureira	Costurar as peças, montando-as.	1,5

Costureira piloto	Costureira polivalente, sabe fazer todas as funções, podendo substituir quem precisar a qualquer momento.	1,6
Passador ( <b>homem</b> )	Engomar as roupas	1,6
Passador de peça completa ( <b>homem</b> )	Passador “polivalente”, sabe passar a calça completa.	1,7
Revisor	Revisa a peça, faz inspeção.	1.8
Supervisor ou auxiliar de encarregado	Ajuda a encarregada a gerenciar a produção.	2.0
Encarregado	Gerente de produção por grupo ou equipe.	3.0
Mecânico ( <b>homem</b> )	Fazer a manutenção das máquinas.	3.0
Administração	Gerencia a cooperativa.	3.0

Fonte: Dados da pesquisa